



nº. 45, 1º sem./ 2020

revista  
**vernáculo**

## **Revista Vernáculo**

Número 45, 1º sem/2020

### **Edição do Número**

Hilton Costa

### **Montagem**

Alysson de Avila Costa

Hilton Costa

### **Capa**

Ana Paula Bellenzier

### **Crédito da imagem**

Foto: Delil Souleiman retirada do site: <https://expresso.pt/dossies/diario/2017-09-22-Uma-independencia-que-ninguem-quer.-a-nao-ser-o-maior-povo-do-mundo-sem-Estado>

**ISSN 2317-4021**

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

## **Corpo Editorial**

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Francielle de Souza, Hilton Costa, Isabela Brasil Magno, Leonardo Brandão Barleta, Leticia Ruoso Wehmuth

## **Conselho Consultivo**

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lorena A. de Muniagurria (USP)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Lúcio Souza Lobo (UFPR)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Marcelo Fronza (UFMT)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)	Fagner Carniel (UEM-PR)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Bruno de Macedo Zorek (UNICAMP-SP)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)
Carlos E. Suprinyak (UFMG)	Lise Fernanda Sedrez (UFRJ)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
		Tiago Luis Gil (UnB)

**ISSN 2317-4021**

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

## Sumário

### Artigos

Apreensões de si enquanto escritor em Why I Write de George Orwell (1946)	
Janis Caroline Boiko da Rosa .....	6
Primavera curda, da utopia à realidade: Confederalismo democrático na Síria	
Pricyla Weber Imaral .....	40
As formas da cidade islâmica, uma apresentação	
Ingrid Requi Jakubiak .....	66
Política de abrigo: perspectivas de mulheres sobre a Casa-Abrigo no Paraná	
Rosilda Fernando da Paz.....	87
Direito à cidade: revisitando o conceito de Henri Lefebvre sob uma perspectiva marxista feminista	
Camila Carolina Hildebrand Galetti	
Nathalie Drumond.....	109
Monografia	
Os trajes e as crianças: uma análise sobre indumentária infantil e seus padrões de gênero (1883-1918)	
Isabela Brasil Magno .....	139
Impressão de leitura	
Ensino de história em poucas palavras: questionamentos, inquietações e abertura crítica	
Edson Silva de Lima .....	154

# Artigos

# **Apreensões de si enquanto escritor em *Why I Write* de George Orwell (1946)**

Janis Caroline Boiko da Rosa<sup>1</sup>

**Resumo:** *Why I Write* foi um ensaio de George Orwell, publicado na revista *Gangrel* em 1946. Nesse texto o autor reconstruiu sua trajetória como escritor e apresentou o que o motivava a escrever, localizando sua tarefa vocacional na militância. Através desse texto é possível buscar a visão que Orwell apresentou de si e de seu projeto literário. A análise *Why I Write* apresentada neste artigo tem, portanto, a intenção de explorar como Orwell deu sentido às próprias vivências no texto e constituiu um projeto literário engajado a partir dessas experiências. Visamos, também, analisar a visão que o autor expressou de si e de sua produção artística. Para realizar tais análises, mobilizamos as discussões de autores como Paul Ricoeur, Leonor Arfuch e Pierre Bourdieu, acerca da escrita autobiográfica, bem como nos apropriamos do debate de Benoît Denis acerca da literatura engajada.

**Palavras-Chave:** George Orwell, autobiografia, escrita engajada.

## **Captures of the self as a writer on George Orwell's *Why I Write***

**Abstract:** *Why I Write* was a George Orwell essay published in *Gangrel* magazine in 1946. In this text the author reconstituted his career as a writer and presented what motivated him to write, placing his vocational task in political militancy. Thus, it is possible to seek, in this text, Orwell's vision of himself and of his literary project. By analysing *Why I Write*, we intend to explore how Orwell gave meaning to his own experiences inside this text and how he built an engaged literary project through these experiences. This paper

---

<sup>1</sup> Doutoranda em história na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em história pela UFPR, licenciada em história pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Bolsista CAPES. E-mail: janisboikor@gmail.com.

aims, therefore, at analyzing Orwell's view of himself and of his artistic work. This analysis was made possible by mobilizing the debate about autobiographical writing, presented by Leonor Arfuch, Pierre Bourdieu and Paul Ricoeur, as well as the discussion around engaged literature, carried out by Benoît Denis.

**Keywords:** George Orwell. autobiography. engaged writing.

Em 1946, a revista *Gangrel* enviou a uma série de escritores uma proposta de ensaio, o periódico propunha que estes autores lhe respondessem à pergunta “por que escrevo?”. A *Gangrel* era uma revista trimestral, de esquerda, focada na crítica literária. Tratava-se de uma revista pequena, cuja curta existência (de um ano) passou quase sem ser notada. O editor da revista, J. B. Pick, como informado por Thomas Sawyer no editorial de abertura, reconhecia as dificuldades de criar uma revista dedicada à crítica literária, tendo em vista o grande número destas que já existia. Ainda assim, o editor defendia seu projeto, afirmando que a crítica literária era uma linha de frente contra o avanço mundial do totalitarismo (MARKS, 2011, p.167).

Ainda em 1946, J.B. Pick e o co-editor, Charles Neil, pediram a uma variedade de autores que escrevessem sobre suas tarefas vocacionais. No terceiro número da revista, Pick publicou um texto no qual afirmava que o trabalho vocacional era a única salvação e felicidade que o indivíduo, despido do egoísmo e da ilusão, poderia descobrir no mundo. Neste número também foi enunciado que a revista

havia convencido Neil M. Gunn<sup>2</sup>, Rayner Heppenstall<sup>3</sup>, Claude Houghton<sup>4</sup>, Henry Miller<sup>5</sup>, Alfred Perles<sup>6</sup> e George Orwell a enviarem textos sobre o motivo que os levava a escrever. Estes textos seriam publicados nos próximos números da revista. Na ocasião, apenas as respostas de Gunn, Heppenstall, Perles e Orwell foram publicadas. Os vínculos entre esses autores são vagos, consistindo em relações de amizade e admiração. Alguns desses escritores chegavam a citar outros, mas nem todos os membros do grupo mantiveram laços com todos os outros. Deste modo, fica pouco claro o que motivou a seleção destes autores, especificamente (MARKS, 2011, p. 167).

Tendo em vista que a temática do ensaio foi determinada pela revista, não é possível saber se Orwell tinha o desejo de escrever um testemunho pessoal neste momento ou não. O texto enviado por Orwell foi o ensaio intitulado, *Why I Write*, publicado em 1946 pela revista *Gangrel* e republicado inúmeras vezes posteriormente. Nesse, o autor se questionou sobre os caminhos de seu empreendimento literário e sobre

---

<sup>2</sup> Neil M. Gunn foi um escritor, crítico e dramaturgo do renascimento escocês. Seu trabalho tardio, entre 1940 e 1950, passou a tratar da questão totalitária.

<sup>3</sup> Rayner Heppentall foi um poeta, romancista e produtor de rádio britânico. Até 1960 o escritor se afirmou como politicamente de esquerda, durante os anos 1960 este se aproximou do conservadorismo. Seus diários, publicados ao fim de sua vida, continham passagens preconceituosas e negativas referentes aos grupos minoritários.

<sup>4</sup> Claude Houghton foi um escritor britânico, cuja obra não foi muito bem recebida pelo público geral, ainda que elogiada pelos pares.

<sup>5</sup> Escritor e crítico literário estadunidense. Muitos de seus livros foram banidos nos EUA, Inglaterra, França e Japão, sendo vendidos ilegalmente.

<sup>6</sup> Escritor austríaco naturalizado inglês.



os motivos que poderiam impulsionar um escritor de prosa. No texto, Orwell analisou seu próprio trabalho e trajetória, notando a importância do impulso histórico e do propósito político na sua produção (MARTINS, 2005, p. 51). Portanto, esse texto nos possibilita averiguar o modo como o escritor narra a própria trajetória e a significa num projeto literário. Levantando questões como: De que maneira Orwell interpreta suas próprias experiências e vivências? Que narrativa apresenta de si mesmo? Que papel o escritor atribui a si e a suas obras? O que motiva sua escrita e como este motivo se encaixa numa narrativa de si específica?

Ainda que a produção ensaística de George Orwell tenha importância pouco conhecida no Brasil, textos como *A Hanging*, *Shooting an Elephant*, *Boys Weeklies*, *Politics and the English Language* e *Why I Write* adquiriram reconhecimento por sua forma, bem como por suas capacidades provocativas e recreativas. O gênero ensaístico forneceu ao autor um meio versátil para transmitir suas opiniões e subsequentes revisões de suas próprias ideias. Nos ensaios, Orwell se apresentava como uma figura argumentativa, engajada e analítica, combatendo as tendências fascistas e totalitárias existentes na Inglaterra, assim como o Imperialismo, e defendendo sua compreensão do socialismo (MARKS, 2011, p. 2-54). Martins (2004, p. 3) sugeriu que o enredo das ficções orwellianas, elaboradas entre 1940-1950, colocaria em evidência as convicções políticas do autor, fazendo com

que o tom do Orwell ensaísta ecoasse em *Animal Farm* e *Nineteen Eighty-Four*. Deste modo, cremos que esta análise de *Why I write* melhor nos habilita a compreender o engajamento político de Orwell em sua trajetória como literato militante.

Levando em consideração o uso frequente de Orwell do ensaio como espaço de narrativa da experiência, buscamos, ao analisar esse texto, compreender a visão que Orwell apresentou de si e de seu projeto literário. Para tanto observaremos: como o escritor via sua própria trajetória; qual papel ele atribui a si mesmo enquanto escritor e intelectual; qual propósito artístico e intelectual motiva sua escrita; e qual foi o papel da política na relação que Orwell estabeleceu com sua produção artística.

Para realizar estas análises, nos apropriaremos das discussões de Paul Ricoeur, Pierre Bourdieu, Leonor Arfuch e Ângela de Castro Gomes acerca da escrita autobiográfica. Paul Ricoeur, ao discutir a identidade narrativa, observou que a constituição identitária de um sujeito é, também, um ato interpretativo de si. Ao narrar-se o indivíduo se apropria de práticas narrativas, como as de construção de um enredo, para costurar suas experiências num relato que o constitui enquanto personagem ao mesmo tempo em que constrói a trama. Bourdieu notou que essa trama costuma ter sentido único, aplicado teleologicamente. Já Gomes discutiu a escrita autorreferencial como um modo de estabilização e harmonização da identidade do indivíduo moderno. Por

fim, Leonor Arfuch propôs pensarmos na escrita autobiográfica como ipseidade, ou seja, manutenção de si perante o outro, feita dialogicamente, neste caso, com a *Gangrel*. Tais debates nos possibilitam compreender *Why I Write* como um ensaio autobiográfico em que o autor estabiliza sua identidade enquanto escritor e alinha suas experiências numa narrativa de si feitas em diálogo com uma pequena revista de esquerda radical. Com a mobilização desses teóricos, podemos nos questionar acerca da imagem de si apresentada pelo escritor.

## **Ensaaiando-se**

O texto intitulado *Why I Write* consiste em um ensaio sobre si. O gênero literário ensaio põe em questão os limites entre o discurso objetivo e a forma (ARNT, 2000, p. 4). O gênero poderia ser subdividido em dois: o ensaio erudito e o literário, sendo o segundo caracterizado pela sua liberdade e pela retórica do eu, na qual o enunciador se apresenta como subjetividade ativa que explora o mundo a partir de si, trazendo a experiência sensível e as percepções afetivas das vivências (DENIS, 2002, p. 93-95). George Orwell utilizou amplamente o ensaio literário para debater tópicos políticos e apresentar narrativas testemunhais, levando ao público relatos embebidos em análises sociais e políticas. Como veremos à frente, *Why I Write* não

foge desse padrão, já que se trata de uma narrativa da própria trajetória do autor e de uma análise das suas experiências e motivações.

O ensaio não possui um campo de competência prescrito, ou seja, não é ciência nem arte, mas caminha entre as duas. Sua proximidade com a autonomia estética parece tomada de empréstimo da arte, contudo, o ensaio se diferencia desta por seu meio específico, os conceitos, e por sua pretensão à verdade desprovida de aparência estética (ADORNO, 2003, p. 16-18). Theodor W. Adorno (2003, p. 22-41), tendo abordado principalmente os usos do ensaio na filosofia, afirmou que este não compactuava com a violência do dogma, o qual atribuía dignidade ontológica à abstração e aos conceitos atemporais. O autor observou que o ensaio não busca o eterno no transitório, mas sim eternizar o transitório em si. Este está desembaraçado da ideia tradicional de verdade, bem como do ideal de certeza. A ideia de método foi suspensa nele, a sua profundidade advém da sua capacidade de se aprofundar no objeto, não de sua capacidade de reduzi-lo a outra coisa. O gênero textual consiste em uma forma crítica por excelência, cujas satisfações retóricas vêm das ideias de felicidade e liberdade perante o objeto, que se apresenta de forma mais espontânea do que se fosse inserido em estruturas textuais mais metodológicas.

Sua forma é fragmentária, assim como a sua realidade, sua unidade é encontrada através das fraturas, não através do aplainamento delas. A descontinuidade é essencial ao ensaio. Escreve

“ensaísticamente” o sujeito que compõe experimentando, que questiona e prova seu objeto. Aquele que o submete à reflexão e o ataca de vários lados, transformando o objeto em palavras. No caso de *Why I Write*, o objeto de Orwell foi seu próprio eu, enquanto escritor e intelectual, bem como seu projeto literário. Orwell ensaiou-se em uma autoanálise vocacional (ADORNO, 2003, p. 35-36).

Enquanto ensaio sobre si *Why I Write* navegou as experiências pessoais e profissionais de George Orwell com bastante liberdade artística, mesclando a narrativa autobiográfica em prosa com a poesia. O autor buscou no passado os motivos de exercício profissional do presente, amarrando suas ações presentes e futuras com uma noção de jornada que se iniciava na infância, seguia pela juventude – mudando o enfoque de sua escrita – e chegava à vida adulta. Orwell deu forma e unicidade ao seu projeto literário através da escrita do ensaio, com a criação de uma narrativa de suas vivências e atuações que possuía sentido uno. Suas escolhas e experiências foram, então, articuladas dentro de uma mesma proposta. Ainda, o texto apresentou liberdade de forma e estilo, trazendo a escrita pragmática característica do escritor (DENIS, 2002, p.45-46).

Em *Why I Write* Orwell reconstituiu sua jornada, dando ao texto um cunho autobiográfico. Para Lejeune autobiografia seria “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, acentuando sua vida individual, particularmente a história de

sua personalidade” (LEJEUNE *apud* ARFUCH, 2010, p. 45). Na autobiografia, o autor conta suas histórias ou experiências de vida, esses textos são narrativas, estando sujeitos a certos procedimentos compositivos, dentre eles a remissão ao eixo temporal – que surge como modelador da experiência. A narrativa de si atribui forma ao informe, supondo uma relação possível entre tempo vivido, o tempo do relato e o tempo da leitura. O relato funciona como a forma de estruturação da vida, e por consequência, da identidade (ARFUCH, 2010, p. 111-112).

Paul Ricoeur (1991, p. 13-149; GUBERT, 2019, p. 136-141) discutiu o modo como a narrativa organiza as memórias a partir do presente, gerando coerência, estabelecendo padrões e causalidades que dão sentido e ligam ações. Para o autor a identidade pessoal é entendida na relação com a permanência no tempo, essa se dá através daipseidade e identidade – *idem* e *ipse*. O *idem* é a mesmidade, o ser imutável no tempo. Já a *ipseidade* diz respeito à alteridade, esta enfatiza a relação do si com o outro, ela não assume um núcleo imutável da personalidade, mas pensa na identidade do sujeito como manutenção que possibilita a confiança nas relações sociais do indivíduo. Tais permanências de si seriam conjuradas pelo caráter e pela palavra dada: o caráter seria “o conjunto de disposições duráveis pelas quais se reconhece uma pessoa” (RICOEUR, 1991, p. 144); e a palavra dada seria a promessa cumprida e a constância da amizade, ligada a *ipseidade*

por seu cunho relacional. A ipseidade se apresenta na promessa e na fidelidade à palavra.

Ipse e idem podem ser articulados narrativamente. A identidade narrativa se originou na articulação da história com a ficção, tendo em vista que as histórias de vida se tornam compreensíveis através de práticas narrativas, as quais seriam provenientes da ficção, como a intriga. Para o autor: “Relatar é dizer quem fez o que, por que e como, mostrando no tempo a conexão entre esses pontos de vista” (RICOEUR, 1991, p. 174). Para Ricoeur, a compreensão de si é uma interpretação, a qual encontraria na narrativa uma mediação privilegiada. A identidade necessariamente interage com o relato de uma história de vida, este relato a compõem, uma vez que a narrativa constrói a identidade do personagem na construção do enredo. O sujeito, na medida em que interpreta o mundo, é também, em si, um ato de interpretação (RICOEUR, 1991, p. 138-193).

Angela de Castro Gomes (2004, p. 11) observou que a escrita de si – ou escrita autorreferencial – está integrada num conjunto de práticas chamado de produções de si, que consiste na relação estabelecida entre o indivíduo e os documentos produzidos por ele sobre si mesmo. As práticas englobadas vão da escrita (diários, cartas e autobiografias) ao acúmulo de memórias através de objetos materiais (cartões-postais, fotos, etc.), essas ações atribuem sentido ao mundo que cerca o sujeito e possibilitam a criação de uma identidade, que o torna singular perante o

mundo social. Essa singularidade se traduz na multiplicidade de papéis sociais exercidos pelo sujeito e na fragmentação deste e de suas memórias através do tempo. Seria exatamente por esse eu singular do indivíduo, que a autora chama de moderno, não ser contínuo ou harmônico que as práticas de produção de si se proliferaram, atendendo uma demanda de estabilidade e permanência através do tempo (GOMES, 2004, p. 15).

Estando o caráter configurativo das narrativas articulado com o caráter narrativo da experiência, Leonor Arfuch (2010, p. 126) propôs que pensássemos a forma autobiográfica como uma espécie de palavra dada (logo, envolvendo a permanência da identidade perante outro), de permanência num trajeto de reencontro do eu, depois de atravessadas as peripécias. Deste modo, a narrativa autobiográfica parte de um deslocamento no espaço-tempo, que introduziria uma nuance de vaivém da identidade narrativa, que não deixaria de envolver uma dualidade que ressignifica constantemente as instâncias de autoconhecimento, ou seja, indivíduo se reinterpreta e ressignificaria. A autora assumiu um descentramento constitutivo do sujeito enunciador, inclusive na sua função testemunhal de si, enquanto enunciador e objeto, não pensando neste discurso como uno, mas múltiplo, até porque é constituído dialogicamente com um destinatário. No caso de Orwell, seu interlocutor seria a *Gangrel*, seu editor, Pick, e seu público leitor. Orwell parte do momento de escrita do ensaio, em direção ao seu eu do



passado e o significa e interpreta em diálogo com a proposta da revista. Arfuch sugeriu, ainda, que os relatos suscetíveis à enunciação são coautoras (conversas, histórias de vida, entrevistas, relação psicanalítica), esses constroem urdiduras reconhecíveis como próprias, mas definidas nas relações com elementos exteriores ao eu (ARFUCH, 2010, p. 135).

Por fim, Pierre Bourdieu (2006, p. 186) apontou que o mundo social normaliza a identidade, dando a essa características de previsibilidade e inteligibilidade. O que implica que, no relato totalizante das manifestações do eu, a vida é um conjunto inseparável de acontecimentos de uma existência individual. Esse tipo de relato apresenta a vida como um caminho, com encruzilhadas e emboscadas, ou como caminho que percorremos e que deve ser percorrido, trajeto linear unidirecional, contendo etapas e um fim. Para Bourdieu, (2006, p. 183-186) o sujeito e o objeto do trabalho biográfico teriam, quase sempre, uma preocupação de dar sentido à existência narrada, extraíndo uma lógica retrospectiva e prospectiva, uma constância, estabelecendo relações inteligíveis de causalidade entre estados sucessivos, organizando etapas de desenvolvimento necessário. Todos esses elementos estarão presentes em *Why I Write*. Para Bourdieu (2006, p. 184-185), essa propensão torna o autor ideólogo da própria vida, selecionando acontecimentos, estabelecendo conexões para lhe dar

coerência, pensando-os em função de uma intenção, e daí seria criado o relato totalizante da vida do indivíduo.

## **Orwell, o literato militante**

A escrita de *Why I Write* está situada num momento histórico determinado. Com a Crise de 1929, duas guerras mundiais, fascismos, campos de concentração e bombas atômicas, a intelectualidade precisava revisar-se e buscar entender seu passado recente, presente e papel. Como produto desta necessidade, diversas obras foram escritas como: *As Origens do Totalitarismo* (1951) de Hannah Arendt; *A sociedade aberta e seus inimigos* (1945) de Karl Popper; *O eu inconsciente* (1957) de Carl Gustav Jung; *Zniewolonyumysł* (1953) de Czesław Miłosz; os textos *Educação depois de Auschwitz* (1966) de Theodor W Adorno, *“Face ao vento”*: *Manifesto dos tempos novos* (1946) de Lucien Febvre, *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica* (1936) de Walter Benjamin; a peça *Esperando por Godot* (1952) de Samuel Beckett, etc. Concomitantemente a este movimento ocorreu o fenômeno da literatura engajada. Esse fenômeno, segundo Denis, se deu nas gerações de escritores que sucederam a Grande Guerra, sendo proveniente do surgimento de um campo literário autônomo, da figura do intelectual e da Revolução de Outubro. A partir dos anos de 1920 e 1930, foi,

segundo o autor, visível uma politização do campo literário. É nessas movimentações que Orwell se encontrava, e *Why I Write*, enquanto escrita autobiográfica, evidencia o sujeito buscando dar sentido a suas experiências em meio à incessante movimentação política do século XX. (DENIS, 2002, p. 19-23).

*Why I Write* se inicia como relato autobiográfico, segue em direção a uma análise de todas as possíveis motivações de escrita de um autor, enfoca as motivações de Orwell, apresenta um poema e finaliza debatendo o projeto literário do autor e seus anseios para o futuro. Passado presente e futuro são engajados neste texto que segue um fluxo próximo daquele de um diário, viajando pelo tempo, por pensamentos e por materiais, sem compromissos formais ou metodológicos. Essa estética próxima de uma bricolagem potencializa o aspecto confessional do texto, que traz consigo uma promessa de veracidade intimista já na sua proposta de abordar os motivos vocacionais do autor. O início do texto segue uma linearidade temporal, partindo da infância de George Orwell. O autor começa o texto afirmando que:

Desde muito jovem [...] eu sabia que, quando crescesse, deveria me tornar um escritor. Entre os dezessete e os vinte e quatro anos eu tentei abandonar esta ideia, mas eu o fiz com a consciência de que estava ofendendo meu verdadeiro eu e que cedo ou tarde eu deveria sossegar e escrever livros. (tradução nossa, 1968, p. 1)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “From a very early age [...] I knew that when I grew up I should be a writer. Between the ages of about seventeen and twenty-four I tried to abandon this idea, but I

Já de início, temos a presença de uma concepção de trajeto, com sentido uno e que acessa as memórias da infância a partir de uma perspectiva profissional do presente. Temos, também, o movimento de vai-e-vem no tempo, em diálogo com a proposta vocacional da *Gangrel*. Orwell segue contando que foi o filho do meio, com uma diferença de cinco anos entre cada irmão, e que mal conheceu o pai, o que fez com que fosse uma criança solitária, desenvolvendo maneirismos desagradáveis que o tornaram impopular na escola. A impopularidade o levou a desenvolver o hábito de criar histórias e conversar com amigos imaginários (ORWELL, 1968, p. 1). A partir destas lembranças, Orwell concluiu que suas ambições literárias estavam misturadas com seu sentimento de isolamento e subvalorização: “Eu sabia que tinha facilidade com as palavras e o poder de enfrentar fatos desagradáveis, e eu senti que isso criava um tipo de mundo privado no qual eu poderia consolar a mim mesmo pelos meus fracassos do cotidiano” (tradução nossa, 1968, p. 1)<sup>8</sup>.

Assim, temos a figuração de uma criança solitária, socialmente deslocada e fracassada, que buscava nos mundos imaginários um lugar para si, mantendo, portanto, contato com a literatura. Essa figura isolada

---

did so with the consciousness that I was outraging my true self and that sooner or later I should settle down and write books.” (ORWELL, 1968, p. 1).

<sup>8</sup> “I knew that I had facility with words and a power of facing unpleasant facts, and I felt that this create a sort of private world in which I could get my own back for my failure in everyday life.” (ORWELL, 1968, p. 1)

parece remeter às narrativas da genialidade na infância, em que, frequentemente, esta imagem é construída. Durante a infância, Orwell escrevia pouco, mas o autor afirmou que começou a escrever aos quatro ou cinco anos, criando poemas patrióticos durante 1ª Guerra Mundial, os quais foram publicados nos jornais, bem como poemas naturalistas e um conto – que ficaram incompletos. Posteriormente escreveu poemas semicômicos, participou da produção de revistas escolares e manteve um exercício literário que consistia em criar histórias sobre si mesmo, nas quais começava como um herói e terminava fazendo uma descrição crua do que via e fazia, hábito que manteve até os vinte e cinco anos (ORWELL, 1968, p. 1-2). Portanto, Orwell conta que: “ao longo destes anos [no colégio] eu estive envolvido, em algum sentido, com atividades literárias” (tradução nossa, 1968, p. 1-2)<sup>9</sup>.

Aos dezesseis, o autor diz ter descoberto o prazer do mero som das palavras com o poema *Paradise Lost*, de John Milton. Esse prazer somado ao costume descritivo teria levado Orwell a querer escrever enormes romances naturalistas com finais infelizes, cheio de descrições e passagens em que as palavras seriam usadas pelo prazer de seu som. Ideias que deram forma ao primeiro romance de Orwell, *Burmese Days* (ORWELL, 1968, p. 2-3). Esse livro se passa na Birmânia sob o domínio do Império Britânico, o enredo gira em torno do conflito entre

---

<sup>9</sup> “throughout this time I did in a sense engage in literary activities.” ( ORWELL, 1968, p. 1-2)

o antagonista U PoKyin (um magistrado birmanês corrupto), o médico nativo Dr. Veras wami e o protagonista (um britânico branco) John Flory. O texto explora temas como imperialismo, racismo e corrupção, mas se destaca dentre os romances de Orwell por sua linguagem e descrições extravagantes.

*Burmese Days* se trata de um romance naturalista, o naturalismo foi um movimento literário do final do século XIX, que aplicava ideias e princípios científicos, como a teoria evolucionista e suas variantes, à ficção. Os autores desse movimento criavam personagens que se comportavam de acordo com os impulsos e desejos de um animal na natureza. Muitos destes escritores acreditavam que a verdade poderia ser encontrada nas leis naturais. Como o foco naturalista é a natureza humana, as histórias são guiadas pelos personagens, e não pelo enredo. Émile Zola foi precursor deste movimento – que atingiu seu auge nos EUA –, seu ensaio *O romance experimental* (1881) definia que o escritor naturalista sujeitava personagens e eventos críveis a condições experimentais. Além disso, outro princípio do movimento, segundo Zola, era o determinismo, que assumia que o destino de um indivíduo é fixado por forças fora de seu controle, como genética e ambiente. Deste modo, os escritores destes textos frequentemente tratavam de decadência urbana e moral. O naturalismo em língua inglesa foi mais frequente nos EUA do que na Inglaterra, em partes isso se deveu ao período Eduardiano na literatura, que ocorria no último país em

concomitância com o desenvolvimento do naturalismo (GALE, 2017, p. 7-8).

Esse trecho inicial apresenta uma jornada que vai da infância solitária, passando pelas cenas de leitura e escrita, e chegando a uma primeira definição de um gênero de interesse. Arfuch (2010, p. 224-225) notou que a infância de um escritor se distingue das outras pela marca do livro e da cena de leitura, que funcionaria como cena fundante a partir da qual o trabalho autobiográfico recuperaria uma filiação e anunciaria seu pertencimento a uma comunidade escolhida. Orwell se alinha teleologicamente com essa comunidade letrada e com a cena de leitura. Cabe aqui lembrar a compreensão de ilusão biográfica de Pierre Bourdieu, em que o sujeito alinha sua experiência numa narrativa retrospectiva, centrando seu eu e criando um senso de jornada, com intempéries, etapas e sentido. A infância foi, portanto, a primeira etapa, alinhada com o sentido da trajetória.

O próprio autor considera o relato da infância e o motivo de escrita inseparáveis: “Forneci todo este pano de fundo de informações porque não creio que se possa acessar os motivos de um escritor sem saber algo de sua infância” (tradução nossa, 1968, p. 3)<sup>10</sup>. Isso pois, antes mesmo de começar a escrever o autor adquiriria “uma atitude emocional da qual nunca escaparia completamente” (tradução nossa,

---

<sup>10</sup> “I give all this background information because I do not think one can assess a writer's motives without knowing something of his early development.” (ORWELL, 1968, p. 3).

1968, p. 3)<sup>11</sup>. Haveria, claro, um amadurecimento emocional, mas, para Orwell, se o autor escapasse totalmente de suas primeiras influências, ele mataria seu impulso de escrita. Assim, a compreensão de Orwell do que motiva e de como se desenvolve um escritor estavam implicadas na sua leitura de si e/ou vice-versa.

Sua jornada segue em direção ao início de sua vida adulta, na Indian Imperial Police, realizando uma função que não lhe agradava. Sua saída dessa função foi seguida pelo empobrecimento e senso de derrota. Tais experiências teriam reforçado seu ódio a autoridade e o feito consciente da existência da classe operária e da natureza do imperialismo. Não muito depois ocorreu a ascensão de Hitler e a Guerra Civil Espanhola, com esses eventos veio, para o autor, a confirmação de seu posicionamento político e, consecutivamente, de seu posicionamento como intelectual (ORWELL, 1968, p. 4).

A jornada de Orwell como escritor e sua identidade dentro dessa comunidade artística sofreram determinações do tempo vivido, assim: “Em tempos pacíficos eu poderia ter escrito livros ornamentados ou meramente descritivos, e poderia ter permanecido quase inconsciente das minhas lealdades políticas. Como as coisas são, fui forçado a me tornar uma espécie de panfleteiro (tradução nossa, ORWELL, 1968, p.

---

<sup>11</sup>“an emotional attitude from which he will never completely escape” (ORWELL, 1968, p. 3).



4)<sup>12</sup>. A relação do autor com seu tempo é marcada por um de senso de responsabilidade. Essa sensação foi apresentada como definidora de sua razão de escrita, de seu projeto literário e de sua leitura de si enquanto intelectual.

A narrativa de Orwell segue, então, em direção a uma afirmação do pertencimento histórico e lealdade a uma comunidade, neste caso aos trabalhadores. No trecho precedente percebemos a articulação das intempéries e fracassos à jornada intelectual e aos seus motes literários, mas é da relação entre o autor e seu tempo que a imagem do escritor engajado emerge. Essa imagem marca a compreensão identitária de Orwell. Através da interpretação destes eventos traumáticos do século XX, o escritor tomou consciência do seu pertencimento à sociedade sua contemporânea, renunciando a posição de espectador e colocando sua arte a serviço de determinadas causas. Escrevendo a partir de e para sua época. Dessa maneira, o engajamento procederia “numa larga medida, da consciência que o escritor possui da sua historicidade: ele se sabe situado num tempo preciso, que o determina e determina a sua apreensão das coisas” (DENIS, 2002, p. 38).

Das memórias da infância às vivências da Guerra Civil Espanhola, as experiências foram significadas na narrativa montada por Orwell, culminando no engajamento. No enredo desta autobiografia as

---

<sup>12</sup>“In a peaceful age I might have written ortane or merely descriptive books, and might remained almost unaware of my political loyalties. As it is I have been forced into becoming a sort of pamphleteer.”(ORWELL, 1946, p. 4).

memórias são arranjadas de modo que gere um senso de progresso e sentido. Gontijo (2006, p. 110-111) notou que:

A ideia de progresso autorizou a visão de que o indivíduo passa por um processo de desenvolvimento. Assim, a narrativa biográfica pôde se afirmar como um escrito retrospectivo, capaz de construir ou inventar uma imagem coerente do indivíduo biografado. A narrativa autobiográfica (assim como a biográfica) se baseia na preocupação de dar sentido à existência, conferindo-lhe um suporte retrospectivo e prospectivo.

No caso de Orwell temos a narrativa de um menino solitário que inventava mundos imaginários. Esse menino cresceu para trabalhar na Birmânia como oficial da polícia imperial, se tornando parte de uma classe opressora do imperialismo e optando, posteriormente, por abandonar essa posição, viver entre os trabalhadores e lutar na Espanha. Nesse caminho, o narrador encontrou seu anti-imperialismo, antitotalitarismo, ódio à autoridade, sua noção de socialismo democrático e seu projeto literário. Cada uma dessas vivências se amarra à premissa vocacional demandada pela *Gangrel*, cada etapa se significa na perspectiva do surgimento de Orwell como escritor engajado.

Orwell discutiu os motivos que levam um autor a escrever, levantando quatro possibilidades e discutindo sua relação com elas. Essas são: 1) puro egoísmo: este se define quase como um desejo de fama, reconhecimento, imortalização, vaidade e vingança daqueles que

o esnobaram na infância; 2) entusiasmo estético: seria a percepção da beleza no mundo e nos arranjos de palavras, sons, ritmos e no bom enredo, que daria ao autor o desejo de partilhar uma experiência que lhe parece valiosa, este desejo estaria presente em todos os autores, ainda que mais em um que em outros; 3) impulso histórico: este seria o desejo de ver as coisas como são, de encontrar os fatos verdadeiros e salvá-los para a posteridade – essa concepção de história é diretamente conectada com o propósito político de Orwell; 4) propósito político: desejo de mover o mundo em determinada direção, de alterar a ideia de sociedade pela qual se deveria lutar. Para Orwell esses impulsos se embatem e devem flutuar de pessoa para pessoa, de tempo para tempo (ORWELL, 1968, p. 3-4).

Como já dito, Orwell notou o quanto suas vivências da Guerra Civil Espanhola e outros eventos em 1936 e 1937 mudaram a escala e lhe deram clareza sobre seu posicionamento. O escritor afirmou que: “Toda linha de trabalho sério que escrevi desde 1936 foi escrita, diretamente ou indiretamente, *contra* o totalitarismo e *pelo* socialismo democrático como o entendo” (grifo do autor, tradução nossa, 1968, p. 5)<sup>13</sup>, tal afirmação também se conectava a sua leitura do presente, “me parece bobagem, num período como o nosso, pensar que é possível evitar escrever destes assuntos. [...] é simplesmente uma questão de

---

<sup>13</sup>“Every line of serious work that I have written since 1936 has been written directly or indirectly, *against* totalitarianism and *for* democratic socialism, as I understand it” (ORWELL, grifo do autor, 1946, p. 5)

qual lado tomar e que abordagem seguir” (tradução nossa, ORWELL, 1968, p. 5-6)<sup>14</sup>.

A experiência na Espanha foi definidora da posição política de Orwell – a qual não foi nem um pouco inerte, alterando-se ao longo dos anos que se seguiram. Para John Newsinger (1999, p. 24), nesse período Orwell desenvolveu um tipo idiossincrático de socialismo revolucionário combinado com a hostilidade ao comunismo e à União Soviética. Enquanto servia com a milícia catalã no Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), Orwell havia visto uma utopia, uma “aberração social momentânea que permitia que as pessoas se comportassem como ‘seres humanos’ e não como ‘engrenagens na máquina capitalista” (tradução nossa, VANISKAYA, 2005, p. 16),<sup>15</sup> e teria sido graças à coordenação da classe trabalhadora que essa vivência utópica de igualdade, liberdade e esperança foi possível. Essa experiência alimentou a esperança do autor no socialismo. Além disso, Orwell havia visto que a União Soviética e os comunistas não pretendiam promover a causa da revolução na Espanha, mas sim destruir a esquerda revolucionária para o bem da política externa soviética (NEWSINGER, 1999, p. 24).

---

<sup>14</sup>“It seems to me nonsense, in a period like our own, to think that one can avoid writing of such subjects. [...] It is a simply question of which side one takes and what approach one follows” (ORWELL, 1946, p. 5-6)

<sup>15</sup> “a momentary social aberration that had allowed people to behave like “human beings,” and not like “cogs in the capitalist machine” (VANYSKAYA, 2005, p. 16).

A discussão sobre a categorização do socialismo de Orwell é longa e apresenta o risco da criação de uma imagem harmônica de Orwell, enquanto que o posicionamento do autor dentro do socialismo foi móvel, sofrendo múltiplas influências e respondendo a diversas preocupações provenientes das mudanças políticas. Para George Woodcock, amigo de Orwell, o autor em questão não era um grande adepto da discussão política em termos de planejamento social ou definição de plataformas partidárias, mas o que o preocupava mais eram princípios gerais de conduta (THOMAS, 1985, p. 422).

Como já dito, existem múltiplas divergências acerca da categorização do socialismo de Orwell e mesmo sua definição como revolucionário ou reformista tem sido motivo de debates. É necessário, portanto, observar que a noção apresentada pelo autor de socialismo democrático é ambígua e originou um longo debate que continua se desenrolando. Em *Why I Write*, Orwell apresentou duas frentes tomadas pela sua produção literária: a crítica ao totalitarismo e a defesa do socialismo democrático. O alinhamento político do escritor foi, também, uma questão de integridade intelectual e dizia respeito a sua relação identitária, seu senso de responsabilidade para com certos grupos (como trabalhadores, militantes de esquerda, etc.), bem como para com suas obras. Suas realizações políticas, artísticas e pessoais eram interdependentes e participavam mutuamente de sua constituição e figuração de si.

As obras de Orwell, posteriores à Guerra Civil Espanhola, foram marcadas por um compromisso com o coletivo. Denis (2002, p. 33) notou que o engajamento liga o individual ao coletivo, nesse os escritores traduzem em atos e para outros, escolhas voluntárias, as quais manifestam uma fidelidade a si e um compromisso ético. O escritor engajado liga-se à coletividade como que por uma promessa, colocando em jogo sua credibilidade e reputação. Além disso, ao engajar a literatura o escritor a inscreve num processo que a ultrapassa, fazendo com que a obra literária sirva a algo que não é ela mesma (DENIS, 2002, p. 31). Em Orwell o motivo da escrita, seu mote e a experiência do autor se alinham, sendo seu objetivo transformar a escrita política em arte e encaixar suas concepções estéticas na sua escrita política, “O que eu mais tenho querido fazer nos últimos dez anos é transformar a escrita política em arte” (tradução nossa, ORWELL, 1968, p. 6).<sup>16</sup> Ainda, acerca do papel político de sua escrita, Orwell afirmou:

Meu ponto de partida é sempre um senso de partidarismo, um senso de injustiça. Quando sento para escrever um livro eu não digo a mim mesmo ‘eu vou produzir uma obra de arte’. Eu escrevo porque há uma mentira que quero expor, um fato ao qual quero chamar atenção, e minha preocupação inicial é ser ouvido. [...] Meu livro sobre a Guerra Civil Espanhola, Homage to Catalonia, é, claro, um livro francamente político [...]. Mas entre outras coisas esse contém um capítulo, cheio de citações de jornais, defendendo trotskistas que estavam sendo

---

<sup>16</sup> “What I have most wanted to do throughout the past ten years is to make political writing into an art.”(ORWELL, 1946, p. 6.).

acusados de conspirar com Franco. [...] Por acaso eu sabia algo que poucas pessoas na Inglaterra puderam saber: que homens inocentes estavam sendo falsamente acusados. Se eu não tivesse me enraivecido com isso, nunca deveria ter escrito o livro (tradução nossa, ORWELL, 1968, p. 6).<sup>17</sup>

Orwell se preocupava em deixar relatos testemunhas, buscando fazer justiça aos trotskistas (por exemplo) pela narrativa de sua memória. A sensação de dever de memória marcou o motivo histórico de Orwell. Nesse sentido, a escrita teria, para o autor, uma função de revelação e preservação dos fatos. O senso de injustiça, o fato ao qual deve ser chamada a atenção e o problema que merece ser ouvido surgiam, nesse trecho, como gatilhos que desencadeariam a escrita do autor. Sua concepção de si como intelectual tomou a forma de um protetor da verdade e da justiça, o que nos parece estar de acordo com a concepção sartriana de intelectual, na medida em que essa figura faz uso de suas técnicas, oriundas da prática profissional, para a busca da verdade sob as ilusões e mentiras (SARTRE, 1994, p. 53).

---

<sup>17</sup>“My starting point is always a feeling of partisanship, a sense of injustice. When I sit down to write a book, I do not say to myself, ‘I am going to produce a work of art’. I write it because there is some lie that I want to expose, some fact to which I want to draw attention, and my initial concern is to get a hearing.[...] in a new way the problem of truthfulness. My book about the Spanish civil war, *Homage to Catalonia*, is of course a frankly political book[...]. But among other things it contains a long chapter, full of newspaper quotations and the like, defending the Trotskyists who were accused of plotting with Franco.[...] I happened to know, what very few people in England had been allowed to know, that innocent men were being falsely accused. If I had not been angry about that I should never have written the book.” (ORWELL, 1946, p. 6).

As intenções políticas e historiográficas de Orwell não eram independentes de suas motivações estéticas. A preocupação com o belo teve um papel importante na atuação profissional do autor, que notou que seu trabalho só era possível por ser, também, uma experiência estética. A busca de uma fusão da estética com a política se iniciou em *Animal Farm* (ORWELL, 1968, p. 28), sendo continuada em *1984*. Com relação à forma da escrita, Orwell enfoca a clareza e limpeza, evitando tudo que fosse desnecessário e pedante. Para o autor a pior coisa que poderia ser feita seria se render às palavras. Aquele que escreve deveria evitar tornar-se prisioneiro da língua. A boa escrita dependeria da sonoridade, gramática, ortografia, sintaxe e estilo, assim como da disponibilidade de quebrar regras para manter o laço entre o leitor e o escritor (ABRAMS, 2014, p. 69).

Por fim, Orwell notou que seus motivos não seriam apenas de espírito cívico, uma vez que todos os autores “são vaidosos, egoístas e preguiçosos, e no fundo de seus motivos há um mistério. [...] Pelo que se sabe, este demônio é o mesmo que faz um bebê chorar por atenção” (tradução nossa, ORWELL, 1968, p. 7)<sup>18</sup>. Desta maneira, Orwell terminou o ensaio quebrando uma visão mítica de si, na qual sua militância assume papel central, e deixou a vaidade, o egoísmo, a preguiça e a sede por atenção surgirem como parte de sua razão de

---

<sup>18</sup> “selfish, and lazy, and at the very bottom of their motives there lies a mystery. [...] For all one knows that demon is simply the same instinct that makes a baby squall for attention.” (ORWELL, 1946, p. 7).



escrita e de sua figuração de si. Contudo, a militância seguiu sendo o propósito principal:

Não posso dizer com certeza qual dos meus motivos é o mais forte, mas sei qual deles merece ser seguido. E olhando para trás, através de meu trabalho, eu vejo que, invariavelmente, onde me faltou propósito político é onde escrevi livros sem vida. (tradução nossa, ORWELL, 1968, p. 7).<sup>19</sup>

A questão política não foi sua única motivação, mas foi sua principal, dando vida ao seu trabalho e sentido ao seu papel como escritor. Nesta função engajada, Orwell centra sua narrativa de si e sua identidade como literato. Nesse ensaio, tomou forma um projeto literário que pretendia tornar a escrita política numa arte e que não abdicava da busca de justiça e da resistência ao totalitarismo. Para o autor, todo o artista é um propagandista e o motivo político – que aparece neste ensaio como desejo de empurrar o mundo em determinada direção e alterar a definição do futuro pelo qual se deve lutar – deu a literatura uma habilidade de impor visões de mundo e redesenhar as projeções que definem valores e ideias sociais (CLARKE, 2007, p. 171). Assim, Orwell construiu um projeto que instrumentalizou a literatura para lutas políticas.

---

<sup>19</sup> “I cannot say with certainty which of my motives are the strongest, but I know which of them deserve to be followed. And looking back through my work, I see that it is invariably where I lacked a political purpose that I wrote lifeless books.” (ORWELL, 1946, p. 7).

## Considerações Finais

*Why I write* foi um ensaio, bastante livre em sua forma, no qual Orwell discutiu sua trajetória como escritor, desde a infância solitária, inventando narrativas e amigos imaginários, às vivências políticas dos anos de 1930 que funcionaram como alinhador político para Orwell e lhe deram clareza sobre que tipo de literatura gostaria de escrever. Neste ensaio, o principal interlocutor de Orwell foi J. B. Pick, editor da revista, o qual pediu a alguns escritores que escrevessem sobre suas tarefas vocacionais e o qual pensou a *Gangrel* como uma frente contra o avanço totalitário. Orwell não escreveu este texto para analisar sua existência ou devido a angústias pessoais, mas a pedido de Pick, e com o objetivo de publicação.

Orwell reconstituiu sua trajetória de vida, dando-lhe um sentido uno, se utilizando de procedimentos compositivos para dar forma às suas experiências, como o eixo temporal, constituindo uma narrativa autobiográfica. As narrativas autobiográficas organizam as memórias a partir do presente, gerando coerência e estabelecendo padrões de causalidade que dão sentido e ligam ações, criando uma identidade narrativa, baseada na permanência no tempo, a qual é dependente do enredo (RICOEUR, 1991, p. 13-193). Enquanto compreensão de si, a identidade interage com a história relatada que passa a compor a própria identidade. A escrita de si pertence ao conjunto de práticas da produção

de si, as quais atribuem sentido ao mundo que cerca o sujeito, possibilitando a criação de uma identidade (GOMES, 2004, p.11-15). Deste modo, a escrita de si possui caráter configurativo que se liga a uma busca de si de um indivíduo descentrado (ARFUCH, 2010, p. 126-135), que tenta dar sentido a sua experiência na narrativa e extrair uma lógica retrospectiva e prospectiva. (BOURDIEU, 2006, p. 183-186)

A narrativa que Orwell constrói sobre si já foi pensada para que fosse lida por um número razoável de pessoas (não muitas, afinal a *Gangrel* era uma revista pequena). Nessa, o autor conecta suas vivências, gerando um relato com sentido e etapas. Sua narrativa de si culmina com o engajamento, isto é, com uma sensação de dever ético referente ao seu tempo, desencadeado pela experiência da Guerra Civil Espanhola. Nesse relato das próprias experiências, tudo se encaixa numa figuração de Orwell-escritor-militante, que luta contra o totalitarismo e pelo socialismo democrático, um defensor da verdade movido contra a injustiça, um escritor que, apesar dos motivos vaidosos e egoístas, sabe quais motivos são dignos de serem seguidos, e esses são os mais nobres.

É nessa motivação histórico-política que o autor encontra seu papel, o qual alinha sua identidade – pois foi através das vivências como soldado, oficial e fracassado que o escritor encontrou seu posicionamento político – sua profissão e sua arte. Para o ensaísta, sua própria integridade estética e intelectual se liga a seus atos políticos,

dentre os quais está escrita. O que deu vida a sua produção foi a política, pois foi no ato de engajamento de sua arte que Orwell se colocou na sua obra. Os propósitos intelectuais, artísticos e políticos de Orwell se alinham com uma identidade de literato militante. No texto, o escritor se construiu como um escritor que desde a infância se conectou a cena de leitura e criação textual, mas que foi, pelos eventos de seu tempo, levado à lealdades inescapáveis, as quais tomaram controle de sua produção artística. A partir dessa narrativa de si, suas experiências são enredadas.

## Referências

ABRAMS, Douglas. George Orwell's classic essay on writing. **Maine State Bar**, v. 65, Augusta, p. 65-69, 2014. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2406060](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2406060)>. Acesso em: 20 out. 2018.

ADORNO, Theodor W. O Ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2003.

ANGUS, Ian; ORWELL, Sonia. **The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell (v. II)**. Londres: Penguin Books, 1968.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ARNT, Hérís. Editorial. **Logos**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 13, v. 2, p.4, 2000. Disponível em:

<<http://www.logos.uerj.br/PDFS/anteriores/logos13.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CLARKE, Ben. **Orwell in context**: communities, myths, values. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento**: de Pascal a Sartre. Bauru: Editora EDUSC, 2002.

GALE, Cengage Learning. A Study Guide for "Naturalism". Michigan: Gale Study Guides, 2017.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **A escrita de si a escrita da história**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Disponível em: <[http://www.academia.edu/26982819/O\\_velho\\_vaqueano\\_Tese\\_de\\_doutorado](http://www.academia.edu/26982819/O_velho_vaqueano_Tese_de_doutorado)>. Acesso: 20 out. 2018.

GUBERT, Paulo Gilberto. Da constituição da identidade narrativa na obra “O si mesmo como um outro” de Ricoeur. **Pólemos**. Brasília, vol. 1, n. 1, p. 135-145, 2012. Acesso em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/11487>>. Acesso: 25 out. 2019.

LARROSA, A. Operação Ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27-43, 2004. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25417>>. Acesso em: 16 out. 2018.

MARKS, Peter. **George Orwell the essayist: literature, politics and periodical culture**. New York: Bloomsbury Academic, 2011.

MARTINS, Adriana Alves de Paula. A resistência à(des-)ordem do mundo ou a dimensão ético-política da escrita de George Orwell. In: VIEIRA, Fátima; SILVA, Jorge Bastos da (orgs.). **George Orwell: Perspectivas Contemporâneas**. Porto: FLUPE-DITAS, 2005.

NEWSINGER, John. The American connection: George Orwell, literary Trotskyism' and the New York intellectuals. **LabourHistoryReview**, v. 64, p. 23-43, 1999, p. 24. Disponível em: <<https://online.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/lhr.64.1.23>>. Acesso em: 20 out. 2018.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

THOMAS, Paul. Mixed Feelings: Raymond Williams and George Orwell. **Theory & Society**, v. 14 n.º 4, p. 419- 443, 1985. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/657221>>. Acesso em: 20 out. 2018.

VANYSKAYA, Anna. The Bugle of Justice: The Romantic Socialism of William Morris and George Orwell. **Contemporary Justice Review**, v. 8, n.º 1, p. 7–23, March 2005.

WHITE, Richard. George Orwell: Socialism and Utopia. **Utopian Studies**, v.19, n.º1, Pennsylvania, p. 73–95, 2008. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/WHIGOS>>. Acesso em: 20 jul. 218.

## Fontes

ORWELL, George. Why I Write [1946]. In: ORWELL, Sonia; ANGUS, Ian (org.). **The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell** (Volume 1). Londres: Penguin, 1968.

Recebido em 08/03/20 aceito para publicação em 02/04/20

# Primavera curda, da utopia à realidade: Confederalismo democrático na Síria.<sup>1</sup>

Pricyla Weber Imaral<sup>2</sup>

**Resumo:** A população curda forma um dos maiores conjuntos étnicos do mundo, sem um Estado. Aproximadamente trinta milhões de pessoas vivem nesta região, que atualmente está dividida entre os territórios da Turquia, Síria, Iraque e o Irã. Durante o processo de formação dos Estados modernos que contemplam a região, os curdos tiveram seu direito de autodeterminação negados, sendo submetidos à assimilação forçada. Frente a isso, os curdos buscaram formas de resistências, as quais trataremos melhor ao longo deste artigo. Com o início da guerra na Síria os curdos da Turquia e Síria conseguiram pôr em prática o projeto de emancipação desenvolvido por Abdullah Öcalan, líder e fundador do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão): o “Confederalismo Democrático”. Proposta que tem por objetivo reorganizar a sociedade curda sem a necessidade de um Estado, atuando de forma anticapitalista e antipatriarcal. Este projeto começou a ser implementando nas províncias de Rojava, Afrin e Kobane (em território sírio) a partir de 2012. Este artigo, portanto, tem por objetivo refletir sobre as narrativas em torno do projeto unificador que vem sendo desenvolvido pelo grupo, principalmente aquelas que dizem respeito à produção de uma nação como espaço de autonomia tendo como objeto as províncias curdas da Síria.

**Palavras Chave:** Autonomia, Fronteiras, Curdistão

---

<sup>1</sup>O presente artigo é uma versão ampliada dos resultados da pesquisa de Iniciação Científica de caráter voluntário, intitulada “*Um ou muitos Curdistão? Processo histórico da busca de um Estado por uma nação dividida*”. Orientada pelo professor Doutor Hector Rolando Guerra Hernandez.

<sup>2</sup>Graduada de História Memória e Imagem, pela Universidade Federal do Paraná. Possui experiência de pesquisa na área de história, com ênfase em história contemporânea e Oriente Médio, com enquadramento principalmente no Curdistão.



**Abstract:** The Kurdish population forms one of the largest ethnic groups in the world without a state. Approximately thirty million people live in this region, which is currently divided between the territories of Turkey, Syria, Iraq and Iran. During the process of formation of the modern states that contemplate the region, to Kurds were denied their right of self-determination and were subjected to forced assimilation. Faced with this, the Kurds sought forms of resistance, which we will deal with better throughout this article. With the outbreak of the war in Syria, the Kurds of Turkey and Syria were able to implement the emancipation project developed by Abdullah Öcalan, leader and founder of the Kurdistan Workers Party (PKK): the "Democratic Confederalism". Proposal aimed at reorganizing Kurdish society without the need for a state, acting in an anti-capitalist and anti-patriarchal manner. This project began to be implemented in the provinces of Rojava, Afrin and Kobane (in Syrian territory) since 2012. This article, therefore, aims to reflect the narratives around the unifying project being developed by the group, especially those concerning the production of a nation as autonomy space having as its object the Kurdish provinces of Syria

**Keywords:** Autonomy, Borders, Kurdistan.

A Primavera Árabe chegou na Síria em 2011, lá acabou se tornando um dos casos mais complexos entre os países envolvidos, pois as movimentações logo, converteram-se em guerra civil, deixando vários mortos e acumulando um grande número de refugiados. Este evento, no entanto, foi de suma importância para a população curda, A primavera foi o que impulsionou a aplicação do Confederalismo Democrático na Síria, pois, desestabilizou várias estruturas políticas no país, assim os curdos aproveitaram o momento para consolidar as propostas do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) que por sua vez já circulava por todo o Curdistão a muito tempo (VÀZQUEZ,

2016, p.108). Através da guerra e do enfraquecimento das fronteiras, a partir de 2012 as tropas curdas YPG<sup>3</sup> e YPJ<sup>4</sup>, uniram-se contra o exército de Al Assad, presidente da Síria, contra a *Al Nusra*<sup>5</sup> e contra o Exército da Síria Livre.<sup>6</sup> Tendo-os derrotado, passou a tomar o controle da maior parte das províncias de Rojava. O afastamento do regime permitiu que o PYD<sup>7</sup> (partido filiado ao PKK) passasse a organizar a sociedade segundo os preceitos do Confederalismo Democrático. No mesmo ano Rojava declarou-se uma região autônoma dividida em três cantões: *Cizîrê*, *Kobanî* e *Afrin* (EGRET; ANDERSON, 2016:63). Tendo isso em vista, este artigo buscará compreender as transformações políticas e sociais que os curdos têm protagonizado durante sua busca pelo direito de autodeterminação a partir dos casos de Rojava, Afrin e Kobane na Síria. Serão discutidos os aspectos históricos de produção desse sistema político como alternativa unificadora.

---

<sup>3</sup> *Yekîneyên Parastina Gel* - Unidades de Proteção Popular.

<sup>4</sup> *Yekîneyên Parastina Jinê*. – Unidades de Defesa das Mulheres.

<sup>5</sup> *Jabhat Fateh al-Sham* - foi um grande agrupamento *jiadista*, de orientação sunita, que operava na Síria, onde pretendia instituir um Estado Islâmico. Foi uma das principais forças opositoras ao governo de Bashar al-Assad.

<sup>6</sup> FSA - *FreeSyrianArmy*. Uma das principais forças de oposição ao regime de Bashar Al-Assad, na Síria. Chegou a reunir mais de 100 mil soldados.

<sup>7</sup> *Partiya Yekîtiyademokrat* – Partido da União Democrática.

## Processos unificadores e o destino do Curdistão

Curdistão é o nome dado à região que compõem o conjunto linguístico, cultural e étnico formado majoritariamente por curdos. A região reivindicada como Curdistão está localizada próximo à cordilheira dos Zagros, contemplando Turquia, Síria, Irã e Iraque, onde, *Başûrê* (Curdistão iraquiano), *Bakur* (Curdistão turco), *Rojava* (Curdistão sírio) e *Rojhilat* (Curdistão iraniano), sendo a Turquia o país que concentra o maior número de curdos na região, cerca de 20 milhões. Os curdos são um grupo indo-europeu e encontram-se assentados na Mesopotâmia por aproximadamente quatro mil anos (RIBEIRO, 2015, p. 20). No entanto, somente a partir da segunda metade do século XX que a noção de uma identidade curda começou a se desenvolver dentro do âmbito político turco (ÖCALAN, 2008, p. 24). A região hoje reivindicada pela população curda é fruto de um longo processo histórico. Sua primeira divisão aconteceu em 1639, dividindo as populações entre o Império Otomano e o Persa iniciando o processo de fragmentação e assimilação (RIBEIRO, 2015, p. 20). Apesar das fronteiras já estabelecidas, os curdos não deixaram de reivindicar sua autodeterminação, contudo, passaram a sofrer fortes repressões pelas forças estatais. As opressões sofridas pela população curda foram sentidas de forma muito semelhante nos quatro países que englobam a região.

Por estarem assentados na região por tanto tempo, em um lugar extremamente estratégico (no meio do Oriente Médio) serviu como uma região de passagem. Nesse sentido, o grupo sofreu com invasões e pilhagens por parte dos assírios, citas, mongóis, turcos, assim, como foi palco também da expansão do Islã (ÖCALAN, 2008, p. 12). Depois de muitas invasões e disputas, no século XVI sob o tratado de *Qasr-e Shirin*<sup>8</sup> o Império Otomano teve suas fronteiras estabelecidas. Neste contexto, grande parte das tribos curdas ficaram sob domínio Otomano. Durante este período o Império permitia que as tribos curdas vivessem de forma semi-independentes (BRUINESSEN, 1992, p.137). Apesar deste relativo sossego, os principais conflitos, tanto do Império Persa, como do Otomano, se deram na região do Curdistão, dos quais podemos destacar os conflitos entre as tribos *Kara Koyunlu*<sup>9</sup> (1375 a 1468) e *AqQoyunlu*<sup>10</sup> (1378-1501).

No Império Persa os curdos eram vistos com certa desconfiança pelos iranianos. Aos poucos estas atitudes se intensificaram até que, a partir do surgimento dos nacionalismos, as minorias étnicas passaram a ser combatidas, como parte da postura nacionalistas. (EGRET; ANDERSON, 2016, p.18). Ademais, essas mudanças não ficaram

---

<sup>8</sup>O Tratado de *Zuabe*, também chamado Tratado de *Qasr-e Shirin*, foi um acordo assinado entre o Império Safávida e o Império Otomano em 17 de maio de 1639

<sup>9</sup>A Confederação do Cordeiro Preto - federação tribal turcomana que governou a região do Azerbaijão até a armênia 1375 a 1468.

<sup>10</sup>A Confederação da ovelha branca – era uma federação turcomana rival, do cordeiro negro, que tinha como cidade principal *Diyarbakır*.

restritas apenas aos persas. A partir da segunda metade do século XIX, o Império Otomano desenvolve uma série de investidas contra o grupo tentando se apropriar de suas terras. Processos esses que foram se acirrando até o fim de Império. Após a Primeira Guerra Mundial as atuais fronteiras do Oriente Médio foram estabelecidas. Sob o acordo *Sykes-Picot*<sup>11</sup> os Estados modernos da Síria e Iraque foram criados, o Iraque, então, passou a ser administrado pelos ingleses que estabeleceu o Rei Faisal<sup>12</sup> como um monarca cliente na região. Enquanto a Síria passou a ser protetorado francês. Nesse contexto a questão curda não foi considerada. A primeira tentativa de criação de um Estado curdo se deu apenas em 1920, através de Tratado de *Sèvres*,<sup>13</sup> no Artigo 62 estava consagrada a criação de uma comissão, nomeada por França, Itália e Reino Unido, que deveria, num prazo de seis meses, implantar o novo esquema para a autonomia local das áreas curdas a leste do Eufrates, sul da Armênia e norte da Síria (PEIXINHO, 2010, p.54).

Ainda sob o contexto do pós-Primeira Guerra, na Turquia aproximadamente 700 mil curdos foram desalojados de seus territórios.

---

<sup>11</sup> Acordo secreto assinado em 1916, entre o diplomata britânico e Mark Sykes e o Francês Georges-Picot. Neste acordo, França e Inglaterra fizeram uma partilha dos territórios árabes, prevendo a derrota de Império Otomano.

<sup>12</sup> *Fayal al-Awwalibn al-Husaynibn* foi rei do Reino Árabe da Grande Síria em 1920, e foi Rei do Iraque de 23 de agosto de 1921 a 1933.

<sup>13</sup> O Tratado de *Sèvres* foi um acordo de paz assinado entre os Aliados e o Império Otomano em 10 de agosto de 1920, após a Primeira Guerra Mundial. O Tratado partilhava o Império Otomano entre o Reino da Grécia, o Reino de Itália, o Império Britânico e a República francesa, além de estender o território da Armênia e previa criação de um Estado curdo.

Entre os anos de 1919 e 1922 militares turcos liderados por Mustafa Kemal Atatürk<sup>14</sup> travaram uma guerra de independência, sendo, inclusive, auxiliados pelos curdos a tomar o poder. A estratégia militar e política de Atatürk era a união dos muçulmanos contra os “infiéis”, no entanto, estas ações não foram mantidas após a declaração da República, pois, esta se tornou um governo secular (RIBEIRO, 2015, p.21). A vista disso, em 1923 sob o tratado de *Lousanne*,<sup>15</sup> a República da Turquia foi criada, dando soberania aos turcos sobre territórios perdidos anteriormente, nesse contexto o tratado de *Sèvres* não foi ratificado, mantendo as fronteiras e negando a chance de criação de um Estado curdo (RIBEIRO, 2015, p.21). Após a revogação do tratado aconteceram várias revoltas, reivindicações e manifestos no Iraque contra os britânicos, apesar disso, o desejo curdo não foi atendido. Os ingleses conseguiram suprimir três revoltas, até que formalmente transferiram o controle do Curdistão iraquiano para o recém-formado Reino de Iraque (EGRET; ANDERSON, 2016: 17). Desta forma, sob forte repressão de grupos étnicos, seguida de violência estatal, configuraram-se as novas e atuais fronteiras do Curdistão. Todavia, as

---

<sup>14</sup> Ou apenas Atatürk - “pai dos turcos”. Fundador e primeiro presidente da República da Turquia.

<sup>15</sup> O Tratado de Lausanne foi firmado por Reino Unido, Itália, França, Grécia, Romênia, Japão, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, e a Turquia. Este acordo levou à consideração internacional da nova República da Turquia como legatária do extinto Otomano, cancelando também o Tratado de *Sèvres*, que havia sido firmado pelo governo otomano de Istambul.

populações curdas não se mantiveram passivas frente às dominações imperialistas, ao passo que aumentava a opressão, os curdos intensificaram os movimentos de resistência. No ano de 1946, *Qazi Muhammad*<sup>16</sup> do PDKI<sup>17</sup> criou a primeira República curda independente no Irã. O "Estado da República do Curdistão" foi fundado em *Mahabad*, entretanto, durou menos de um ano, pois após o final da Segunda Guerra Mundial a ocupação do território por tropas soviéticas passou a ser a não ser mais tolerada, chegando ao ponto de Teerã, apoiada pela Grã-Bretanha e pelos EUA, a apresentar ao Conselho de Segurança da ONU, uma representação contra a presença das tropas soviéticas no país (GONÇALVES, 2015, p.202). Após este ocorrido, e com a expulsão dos soviéticos, as tropas iranianas destruíram a República de Mahabad. Neste mesmo ano, no Iraque, o Partido do Curdistão Democrático<sup>18</sup> e suas forças de guerrilhas *Pashmergas*<sup>19</sup> buscaram legitimar sua posse territorial, mas também foram derrotados.

Após a dissolução dos Impérios Persa e Otomano e os surgimentos dos Estados modernos, a causa curda não conseguiu ser resolvida, muito pelo contrário, ocorreram de medidas chauvinistas de modo a assimilá-los dentro das novas estruturas. Nos anos 1970 as

---

<sup>16</sup>Qazi Muhammad foi um líder curdo iraniano que fundou o Partido Democrático do Curdistão iraniano e liderou a curta República de Mahabad.

<sup>17</sup>*Democratic Party of Iranian Kurdistan*, Partido Democrático do Curdistão Iraniano.

<sup>18</sup>PDK – *Partiya Demokrat a Kurdistanê*.

<sup>19</sup>É um termo utilizado pelos curdos para se referir aos combatentes de seu exército e significa literalmente "*aqueles que enfrentam a morte*".

políticas nacionalistas começaram a se intensificar em todo o Oriente Médio, fazendo com que minorias étnicas passassem à clandestinidade. Nesse contexto, as tribos curdas passaram por processos que ficaram conhecidas como: *persianificação* *arabização* e *turquificação*. Estes processos foram marcados pela forma violenta em que atuaram não apenas contra curdos, mas contra qualquer grupo, ou etnia diferente da nacional, no caso, persas, árabes ou turcos. No Irã, essas medidas começaram a ser aplicadas ainda sob o regime do *Xá*Rheza Khan<sup>20</sup> que, impôs a *persianificação* a todas as minorias étnicas. Isso se reverteu consequentemente, em uma série de problemas para as populações não persas. Lideranças civis e políticas desapareceram, houve proibição da língua e cultura curda. Paulatinamente a região de *Rojhilat* foi sendo ocupada por militares, resultando em deslocamentos em massas (EGRET; ANDERSON, 2016, p.18).

De forma igualmente hostil estas medidas de *arabização* passam a ser implementadas como política de Estado pelo território Iraquiano a partir da década de 1960, quando aldeias em torno de *Kirkuk* foram invadidas. Nesse contexto, ocorreram muitas deportações e desaparecimentos forçados. Sob o regime BAATH<sup>21</sup> do então

---

<sup>20</sup>*Xá Reza Khan* organizou um golpe em 1921 no qual tomou o controle de todas as forças militares no Irã. Governou entre os anos de 1921 a 1925.

<sup>21</sup>Partido Socialista Baath Árabe, de ideologia nacionalista e pan-arabista. Fundado em 7 de abril de 1947 por Saddam Hussein.



presidente *Saddam Hussein*<sup>22</sup> a situação começou tomar outras proporções, através de uma série de campanhas intitulada *Anfal*– o governo promoveu diversos ataques sobre as populações curdas. Na terceira fase da campanha,<sup>23</sup> aconteceram ataques com armas químicas, sobre a cidade de *Halabja*,<sup>24</sup> em decorrência desta operação ao menos 5 mil curdos morreram.

A criação do Estado moderno da Turquia, sob liderança de Atatürk, promoveu a era conhecida como *Kemalista*,<sup>25</sup> nesse períodoo nacionalismo aflorou de forma ainda mais violenta, iniciando ao processo de *turquificação*,<sup>26</sup> onde foi promovida uma limpeza étnica em todo o território turco. Durante este processo, como parte de uma política de trocas, houve mudança de aproximadamente 1,2 milhões de cristãos ortodoxos gregos para a Grécia, enquanto muçulmanos gregos foram “devolvidos” para a Turquia (ZEYDANLIOĞLU, 2008, p.6). Os curdos tiveram seu idioma proibido e passam a ser chamados de turcos das montanhas. (EGRET; ANDERSON, 2016: 51). Qualquer demonstração cultural foi banida, assim como, a violência da imposição

---

<sup>22</sup>*Saddam Hussein Abd al-Majid al-Tikriti*, foi presidente do Iraque de 16 de julho de 1979 a 09 de abril de 2003.

<sup>23</sup> Houve o total de oito fases desta campanha, se estendendo de fevereiro de 1988 até agosto do mesmo ano. (IHSAN, Mohammed. 2017)

<sup>24</sup>O massacre de *Halabja*: uma Pompeia destruída pela mão humana <<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/o-massacre-de-halabja-uma-pompeia-destruida-pela-mao-humana/>> acesso em: 07/04/2019

<sup>25</sup>Referência à Mustafa Kemal Atatürk.

<sup>26</sup>Projeto nacionalista implementado na Turquia, o qual previa uma ‘homogeneização’ da nação.

linguística passou a valer dentro e fora do âmbito domiciliar, os pais foram proibidos de conversar em língua nativa com seus filhos, sendo passível a multas.<sup>27</sup> O nome da região conhecida como Curdistão desde a época do Império Otomano foi removido dos mapas e as cidades e aldeias renomeadas com nomes turcos, o ensino de línguas não turcas foram igualmente proibidas.<sup>28</sup>

Nas montanhas, colinas, escolas e edifícios oficiais passaram a ser exibidas bandeiras e slogans chauvinistas: “*Quão feliz é aquele que diz que eu sou um turco*”; “*Um turco é igual a todo mundo*” e “*Uma língua, um povo, uma bandeira.*”<sup>29</sup> Posturas como estas acabaram se convertendo em dogmas políticos, visto que o Culto ao Atatürk teve grande aumento, a medida em que o islã foi desencorajado. Através da laicização da sociedade e a remoção do islã como elemento de coesão social,<sup>30</sup> conflitos étnicos passaram a ser frequentes, além disso, os curdos começaram a enfrentar restrições religiosas. O Estado turco promoveu um governo colonial na região, forçando a “reabilitação” dos indivíduos<sup>31</sup>. Em 1934 foi aprovada no parlamento, uma lei denominada de “lei de assentamento” dividindo a sociedade turca em grupos e zonas com a finalidade de deportar curdos.

---

<sup>27</sup> ZEYDANLIOĞLU, Welat. “*The White Turkish Man’s Burden*”: Orientalism, Kemalism and the Kurds in Turkey. 2008. p.5.

<sup>28</sup> Idem

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> *Ibidem*. p.13.

“Lei de Assentamento” (*Skân Kanunu*). O artigo 11 da lei ordenou que os curdos fossem redistribuídos e que a quantidade total de curdos não poderia passar de 10% da população de qualquer distrito para o qual eles foram enviados. Famílias curdas que foram dispersadas em toda a Turquia não eram autorizadas a ter contato uns com os outros. Para que houvesse uma ruptura da coesão social. Algumas crianças foram enviadas para internatos, onde seriam ensinadas exclusivamente falar o idioma turco (Yıldız, 2001: 242-253). É claro que as deportações foram parte do processo de engenharia social e de construção nacional Kemalista e habilitado autoridades para “ajustar” a composição demográfica por meio de assimilação. (ZEDANLIOĞLU, 2008, p.10).<sup>32</sup>

Durante as décadas de 1920-30 houve uma série de levantes curdos, milhares de pessoas foram assassinadas por militares turcos, em resposta a esses processos, sendo os mais famosos: *Koçgirino* ano de 1920, *Sheikh Said* em 1925, *Ağrı/Ararat* em 1927 e *Dersim* em 1937 (RIBEIRO, 2015, p.22). Os projetos assimilacionistas do Estado turco andaram lado a lado com a destruição da cultura material curda. A perseguição contra o grupo sempre foi uma política de Estado e após os golpes militares, que ocorreram nos anos 1960, 1971 e 1980, essas práticas continuaram sendo comuns, sob regimes laicos, ou religiosos,

Na Síria essas políticas de *arabização* começaram nos anos 1970 e se estenderam até fim da primeira década dos anos 2000. Inicialmente o Estado sírio passou a realocar milhares de árabes em terras curdas,

---

<sup>32</sup> Traduzido do inglês.

com intuito de criar uma espécie de “cinturão árabe.” Nesse contexto, pelo menos 150 mil curdos foram expulsos (EGRET; ANDERSON, 2016: 61). Desta maneira, submetendo minorias à assimilação forçada, quaisquer demonstrações culturais passaram a ser combatidas, o idioma curdo foi proibido, chegando até a proibições de nomes curdos na escolha dos nomes dos filhos (VÀZQUEZ, 2016, p.103). Sob o governo de Bashal Al Assad<sup>33</sup> essas medidas se estenderam ao controle econômico da região, através de uma política de empobrecimento da população curda. Desta forma, estabeleceu que a região de Rojava apenas poderia produzir trigo e petróleo, os procedimentos de refinamento do petróleo e o processamento do trigo passaram a ser desenvolvidos em outras partes do país, fazendo com que a economia do Curdistão Sírio, estivesse completamente atrelada ao Estado. No âmbito educacional, a desigualdade também configurava como políticas do Estado, nesse sentido, apenas escolas de ensino primário foram permitidas, pois, estas ensinariam a língua e cultura árabe. Qualquer outro tipo instituição educacional estava proibido. As últimas imposições desse nível ocorreram no ano de 2008, quando passou a ser proibida a construção de prédios de grande porte, freando assim a possibilidade do surgimento de qualquer indústria que pudesse

---

<sup>33</sup>Bashar Hafez al-Assad é o atual presidente da Síria, está no governo desde julho de 2000

minimamente contribuir para o desenvolvimento da região (VÀZQUEZ, 2016, p.102).

Com a chegada da Primavera Árabe na Síria, os protestos acabaram desembocando em uma guerra civil que se estende até os dias de hoje. Devido às fragilidades das fronteiras sírias, o grupo jihadista do autointitulado Estado Islâmico<sup>34</sup> atravessou a fronteira do Iraque rumo ao país em 2013 e atacou a população curda, que, por sua vez, criou milícias de defesas para proteger seu território. Em meio a isso, surgiu o partido o TEV-DEM,<sup>35</sup> este grupo se popularizou rapidamente na região através de suas propostas inclusivas, que contemplavam todas as camadas da sociedade em diferentes regiões, com as mais diversas etnias e culturas. Seu primeiro objetivo foi estabelecer comitês e comunas, com o maior número de etnias e culturas representadas diversidades possíveis. Nessas reuniões começaram a se discutir assuntos como: gênero, meio ambiente, economia, educação, saúde etc. Este grupo também foi responsável pela criação de grupos de defesa popular YPG<sup>36</sup> e YPJ<sup>37</sup>. Um dos principais trabalhos desenvolvidos pelo TEV-DEM foi a elaboração de um documento denominado por eles de

---

<sup>34</sup>*Islamic State of Irak and Syria*, é uma organização *jihadista* e *wahabita*, surgiu durante o conflito causado pela invasão norte-americana no Iraque. Tem como objetivo criar no Oriente Médio o califado.

<sup>35</sup>*Tevgera Civaka Demokratik* - Movimento para uma Sociedade Democrática, é uma aliança formada por grupos sociais, civis, partidos políticos etc. Tem como principal objetivo organizar a sociedade em Rojava.

<sup>36</sup>*Yekineyen Parastina Gel* - Unidades de defesas populares masculinas.

<sup>37</sup>*Yekineyen Parastina Jinê* - Unidade de defesa das mulheres, criada em 2013.

Contrato Social,<sup>38</sup> onde se estabeleceu a separação de Estado e religião, proibição de casamento entre menores de 18 anos, assim como estabeleceu direitos para mulheres e crianças como: proibição da circuncisão feminina, proibição da poligamia e, acima de tudo, a sociedade precisa ser sustentável. Conceitos de nacionalismos estatal, militar e religioso não seriam mais aceitos, além de ser proibida a gestão centralizada (BAHER, 2014: 11).

## **PKK e a proposta Confederalista**

O partido surge em 1978 na Turquia, sob a liderança de Abdullah Öcalan e se formou juntamente com a onda de movimentos de descolonização da região. Naquele momento o partido seguia a ideologia marxista-leninista e tinha como princípio fundamental a independência do Curdistão, caracterizado como grupo guerrilheiro, lutando de forma ativa contra o Estado turco. Inicialmente o PKK foi apoiado por grupos como o Fatah<sup>39</sup> e FL<sup>40</sup> (VÀZQUEZ, 2016: 53), mas alguns anos depois acabou deixando de lado alguns apoios políticos, principalmente devido às mudanças das táticas de guerrilha e

---

<sup>38</sup>*Contrato social de la Federación Democrática del Norte de Siria*. Equivalente à primeira "constituição" de Rojava.

<sup>39</sup>Movimento de Libertação Nacional da Palestina, organização política e guerrilheira, fundada em 1959.

<sup>40</sup>Frente popular pela libertação da Palestina é uma organização política e militar de orientação marxista-leninista fundada em 1967.

posteriormente devido à transformação ideológica do partido. Desde seu surgimento, o partido foi considerado como grupo terrorista pela Turquia. No início dos anos 2000 o Estado turco promoveu pressão internacional para que Estados Unidos e União Europeia também passassem a incluir o grupo na lista internacional de terroristas, por esta razão Öcalan precisou se esconder, encontrando na Síria um ‘aliado’. O país abrigou vários membros do PKK ao longo dos anos 1980, sendo apenas uma questão de estratégias geopolíticas, tendo em vista que Síria e Turquia não possuem relações amigáveis. A permanência do grupo na Síria possibilitou o crescimento e o desenvolvimento do partido – transformando o PKK na maior organização política do Curdistão, atuando como braço de outros partidos, como o KCK<sup>41</sup> HDP e YPD.

Em 1998 a Turquia pressionou a Síria para que não mais desse asilo político a Öcalan. Assim, em uma ameaça de guerra entre os países, o regime sírio expulsa o líder do grupo de seu território obrigando-o a migrar em busca de asilo em diferentes países. Um ano depois ele é capturado no Quênia e encontra-se até os dias de hoje preso sob a tutela do Estado Turco (RIBEIRO, 2015: p. 31). No final da década de 1990 o grupo rompe com a perspectiva marxista. Na prisão, Öcalan produziu uma série de documentos que fomentaram mudanças na perspectiva ideológica do partido, das quais a mais significativa foi a renúncia da criação de um Estado curdo. Destacando-se frente a outros

---

<sup>41</sup>KCK - Confederação dos povos do Curdistão.

movimentos políticos, o PKK realizou uma leitura crítica da realidade, analisando os acontecimentos ocorridos em torno do sistema soviético, das ideias do socialismo real e dos movimentos de libertação nacional (VÁSQUEZ, 2016: 56). A nova proposta do partido surgiu a partir de influências do anarquista Murray Bookchin<sup>42</sup> e também a experiência do movimento Zapatista de Chiapas, no México.<sup>43</sup>

Desta forma, Öcalan publicou sua obra de maior relevância para nova postura ideológica do partido o “Confederalismo Democrático”, configurando-se como proposta de autogestão para a população curda e estabelecendo um amplo projeto visando a soberania econômica, social e política. Para o líder do partido, o Estado-Nação não é mais uma opção, pois em sua percepção vários dos problemas no Oriente Médio, assim como no mundo, se deram a partir da criação de Estados modernos. Quando grandes potências europeias resolveram separar regiões em Estados aos moldes ocidentais, a criação de barreiras artificiais resultou em mais injustiça social, portanto, não faria sentido reproduzi-lo. Ao longo das últimas décadas, os curdos não só lutaram contra a repressão dos poderes dominantes e pelo reconhecimento de sua existência, mas também pela libertação de sua sociedade do domínio do feudalismo (ÖCALAN, 2011: 25).

---

<sup>42</sup>EGRET, Eliza. ANDERSON, Tom. et al. “*şoreşa Rojava. Revolução: uma palavra feminina*”. Trad. Anelise Paiva Csapo. São Paulo: Terra livre, 2016.

<sup>43</sup>MOREL, Ana Paula. M. “*Confederalismo democrático*”. Trad. Coletivo libertário de apoio a Rojava. Rio de Janeiro, Rizoma, 2016.



Öcalan sugere então, a implementação da democracia radical, segundo ele, sua aplicação não necessariamente, depende de uma estrutura estatal. Na proposta confederalista, a democracia seria exercida por todos, através do voto direto o povo teria 100% de atuação nesta sociedade. Öcalan pauta o confederalismo em dois pilares principais: feminismo e ecologia. O feminismo, pois, considera que as mulheres desempenham um papel importante dentro da cultura curda, criticando a forma como o Ocidente, dentro do contexto capitalista, subordina a mulher.

Muitos sistemas civilizados têm empregado o sexismo a fim de preservar seu próprio poder. Eles impuseram a exploração das mulheres e as usaram como uma importante reserva de mão de obra barata. As mulheres são consideradas um recurso valioso, uma vez que elas geram a prole e possibilitam a reprodução do homem. Assim, a mulher é tanto um objeto sexual quando uma mercadoria. Ela é uma ferramenta para a preservação do poder masculino e pode, no melhor dos casos, se tornar um acessório da sociedade masculina patriarcal (ÖCALAN, 2011: 23).

E ecologia, pois Öcalan possui uma visão voltada para o socialismo, e na produção e exploração da natureza de forma consciente, posicionando-se contra o consumo extensivo de produtos artificiais sem nenhuma preocupação de cunho ambiental. Por este motivo, o Confederalismo é de caráter anticapitalista. Pois segundo ele

é impossível conciliar o a exploração dos recursos naturais com a produção em massa de bens de consumo.

Um modelo ecológico de sociedade é em essência um modelo socialista. Um equilíbrio ecológico só será possível com a transição entre uma sociedade alienada baseada no despotismo e uma sociedade socialista. Seria ilusão acreditar que a preservação do meio ambiente é compatível com o sistema capitalista. Pelo contrário, o sistema capitalista contribui avidamente para a devastação do meio ambiente. A proteção do meio ambiente deve ser levada em consideração seriamente durante o processo de mudança social. (ÖCALAN, 2008: 36).

O princípio essencial na filosofia de Öcalan é a *Nação Democrática*. Desta forma, o modelo do Estado-Nação seria um obstáculo, criando uma rede de opressão e exploração. O conceito de *Nação Democrática* inverte esta definição. Uma nação democrática não está ligada por fronteiras políticas rígidas, ou a uma única língua, cultura, religião ou, apenas uma interpretação da história, muito pelo contrário, significa pluralidade e comunidade. Significa também, uma sociedade de pessoas livres iguais que convivem juntas em solidariedade. A nação democrática permite que as pessoas se convertam em uma nação por si mesmas, sem ter que se submeter ao poder e ao Estado, convertendo-se em nação através da politizaçãocom instituições autônomas no âmbito social, diplomático e cultural, assim

como com a economia e no direito de autodefesa.<sup>44</sup> Öcalan, questiona o Estado-Nacional como forma administrativa ideológica sendo inventada e imposta à população, pensando a nação dentro do confederalismo de forma mais fluida e maleável, algo completamente oposta à ideia de homogeneidade imposta pelos Estados.

O excesso de ênfase na categoria de nação no Oriente Médio é tão negativo quanto serão graves as consequências de se negligenciar o aspecto coletivo nacional. Por isso o método de tratamento da questão não deve ser ideológico, mas científico e não deve ser estatal, mas com base no conceito de nação democrática e comunalismo democrático (ÖCALAN, 2011: 37).

O Confederalismo Democrático no Curdistão é também antinacionalista, destina-se a realização do direito de autodefesa dos povos, pelo avanço da democracia em todas as partes do Curdistão, sem questionar as fronteiras políticas existentes. Seu objetivo não é a fundação de um Estado curdo, o movimento pretende estabelecer estruturas federativas no Irã, Iraque, Síria e Turquia, abertas para todos os curdos, e ao mesmo tempo, criar uma confederação comum para as quatro partes do Curdistão (ÖCALAN, 2011: 36), pensando a sociedade através de um contrato social comum com princípios éticos fundamentais para que igualdades de gênero, étnicas e religiosas sejam

---

<sup>44</sup>Contrato social de la Federación Democrática del Norte de Siria<<https://rojavaazadimadrid.org/contrato-social-de-la-federacion-democratica-del-norte-de-siria/>> Acesso em: 10/04/2019.

estabelecidas. O Confederalismo Democrático, portanto, é o paradigma contrastante de pessoas oprimidas. Se identificando como um paradigma social sem Estado, baseando-se na ampla participação popular, propondo a superação da modernidade capitalista.

## **A questão nacionalista**

O surgimento dos nacionalismos trouxe muitos problemas nos mais diversos lugares. O Oriente Médio não esteve isento disso, através de políticas de *turquificação*, *persianificação* e *arabização* –Essas políticas nacionalistas são eventos importantes para pensar a divisão atual do território curdo. Nessa perspectiva, podemos apontar os surgimentos dos nacionalismos como problemático, principalmente no tocante da questão curda. A crescente onda nacionalista possibilitou a criação dos Estados-Nacionais dos quais conhecemos hoje. Contudo, além dos Estados modernos não se tratarem de estruturas naturais em sua essência, são expressas de forma religiosa e apaixonada, criando um ambiente de opressão para sujeitos interpretados como não nacionais. Nesse sentido, o Confederalismo Democrático surge como uma alternativa aos nacionalismos, acolhedora para os grupos mais diversos sob a premissa de que a democracia é o caminho para uma sociedade mais igualitária. Diante desses fatos, o pensamento moderno sobre o que se trata de nação e nacionalismos se mostra insuficiente e incapaz

de resolver os problemas no Oriente Médio. Nessa lógica de opressão representada pelo Estado-Nacional qualquer sujeito que possa vir a se opor a esses discursos hegemônicos passam a ser perseguidos, considerados terroristas, inimigos na nação.

## **Considerações finais**

Os curdos formam um grupo étnico muito diverso e se reconhecem através da sua história em comum. Atualmente não possuem mais uma unidade linguística, dentro de cada território o idioma curdo se desenvolveu de forma diferente, devido às assimilações sofridas perante as imposições nacionalistas, juntos resistiram contra as determinações estatais. No que contempla a unidade política e religiosa eles também são variados, alguns foram assimilados ao islã, outros tantos permanecerem Yazidis. Como vimos nas descrições anteriores os curdos foram fragmentados e isso causou uma divisão interna principalmente no campo ideológico, onde temos o Curdistão no Iraque como proposta completamente do diferente da proposta em Rojava.

As perspectivas teóricas e metodológicas do Partido dos Trabalhadores foram se desenvolvendo de tal forma que a autocrítica promovida por Öcalan junto ao PKK, vai além de apenas mudanças ideológicas. O movimento é definido basicamente por uma sociedade ecológica, democrática e de igualdade de gênero, formando um

conjunto de ideias, que passaram a ser reais em Rojava, mudando a paisagem política econômica e social na região. Ao renunciar ao Estado-Nação, busca a criação de uma sociedade onde as pessoas podem viver juntas, sem instrumentalização do patriarcado, do racismo em uma sociedade mais ética e igualitária. A mudança de paradigma do PKK foi crucial para o que está sendo aplicado no Curdistão Sírio, pois, o partido levou em consideração todo o contexto histórico e o posicionamento geográfico do Curdistão. A impossibilidade da aplicação do marxismo no Oriente Médio foi o que impulsionou uma mudança de paradigma. Esta capacidade de conseguir enxergar para além do seu próprio eixo e entender que o Estado, tanto socialista como capitalista, não resolveria seus problemas, assim como não resolveu as questões de outros países, foi crucial para a mudança ideológica e novo posicionamento do partido.

O Confederalismo Democrático, enquanto proposta política, tem se mostrado muito efetivo em sua aplicação em Kobane, Rojava e Afrin. A autonomia democrática e o Confederalismo constituem não apenas uma capacidade ideológica e institucional para frear os impulsos do Estado e do capitalismo, mas também é um sistema que promove uma superação das estruturas políticas existentes promovidas por impulso capitalista. Em meio a tudo isso, o grupo tem mostrado que é possível a existência de outras possibilidades revolucionárias anticapitalista.

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Trad. Denise Bottman. Companhia das letras, São Paulo. 2008.

ARCOS, Javier C. “*El Kemalismo: Un caso de centralitarismo práctico-radical em la disyuntiva identitaria turca. Mustafâ Kema lAtatürk (1881-1938)*” USACH, Santiago 2011. p. 83-100.

BAHER, Zarer. *El experimento Del kurdistan oeste (kurdistan sírio) há probado que el Pueblo puede realizar câmbios*. El Quipo Editor. 2014.  
BEICA, Juan Carlos. *La revolución de Kurdistan y Médio Oriente*. El Trabajador. 2015.

CANTELMO, Maria C. “Il declino del kemalismo e il nuovo volto dell’islam politico. Il ventennio cruciale della Turchia contemporanea: 1980-2002.” ROMA, SISSCO, 2018 p.1-13

CENGİZ, Dinç, “*The Welfare Party, Turkish Nationalism and Its Vision of a New World Order*” ALTERNATIVES: TURKISH JOURNAL OF INTERNATIONAL RELATIONS, v.5 n.3, 2006. p.1-17

PDKI<[http://pdki.org/english/commemoration-event-for-victims-of-irans-holy-war-against-kurdistan-in-hawler/?fbclid=IwAR0\\_zSpFS3NwgHXN\\_pkB8vAZeBCBExMKzZoBcvkCm9rd2hBTRHJR6MA2rtM](http://pdki.org/english/commemoration-event-for-victims-of-irans-holy-war-against-kurdistan-in-hawler/?fbclid=IwAR0_zSpFS3NwgHXN_pkB8vAZeBCBExMKzZoBcvkCm9rd2hBTRHJR6MA2rtM)> Acesso em 06/04/2019.

EGRET, Eliza ANDERSON, Tom. et al. *şoreşa Rojava. Revolução: uma palavra feminina*. Trad. Anelise Paiva Csapo. São Paulo: Terra livre, 2016.

DRESSLER, Markus. George B. Nutting: *Letter to the Missionary Herald (Turkey, 1860) and Baha Said Bey: Alevi Communities in Turkey (Turkey, 1926)*”. Leiden: Brill, 2017, p. 325-338.

FAWCETT, John; TANNER, Victor. *The Internally Displaced People of Iraq*. THE BROOKINGS INSTITUTION, Washington D.C.2002  
BOZARSIAN, Hamit. Radicalismos, violências e integração política na Turquia. *Tempo Social*, vol.13 no.1 São Paulo May 2001. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010320702001000100006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702001000100006&lang=pt)>. Acesso em: 10/04/2019.

FAWCETT, John; TANNER, Victor. *The Internally Displaced People of Iraq*. THE BROOKINGS INSTITUTION, Washington D.C.2002.  
HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Trad. Antônio Candido. Rio de Janeiro, Paz e terra.1991.

ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo democrático. Trad. Coletivo libertário de apoio a Rojava*. Rio de Janeiro, Rizoma, 2016.

\_\_\_\_\_. *Guerra e paz no Curdistão*. International INITIATIVE EDITION. 2008.

PEIXINHO, Maria de Fátima. A.S. *Curdistão no Iraque, Ensaio de uma nação, contextos e desafios*. PORTO. 2010.

RIBEIRO. Maria Florência, G. “*Trajetória do movimento de mulheres no noroeste do curdistão: a institucionalização do confederalismo democrático e da jineologî (1978-2018)*”. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre - RS: Instituto de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

\_\_\_\_\_. “*A revolução em Rojava: Jin, Jiyan, Azadî (mulhere, vida, liberdade)*”(Monografia). Santana do Livramento – RS: Universidade Federal do Pampa. 2015

VÀZQUEZ, Jordi. *A revolução ignorada: Liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no oriente médio*. Trad. Paulo Ferraz. Autonomia literária. 2016.



ROJAVA Azadî. Disponível em:<<https://rojavaazadimadrid.wordpress.com/2018/02/02/confederalismo-democratico-de-la-modernidad-capitalista-hacia-la-modernidad-democratica/>> Acesso em 12/04/2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. MEDEIROS, Sabrina. VIANNA, Alexander Martins. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções Volume II 1919-1945. A época dos Fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. São Paulo, Ed. Elsevier. 2015. Modernidad y Pensamiento Descolonizador disponível no em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jYvwP0WfPyU&t=2718s>> acesso em 07/04/2018

TRATADO DE SEVRES. Disponível em <https://www.dipublico.org/3680/tratado-de-sevres-1920/> acesso em 06/05/2020

ÜNVER, Akin. H. “*Turkey’s Kurdish Question: Discourse and politics since 1990*” New York. ROUTLEDGE, 2015, p.158.

VÀZQUEZ, Jordi. *A revolução ignorada: Liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no oriente médio*. Trad. Paulo Ferraz. Autonomia literária. 2016.

ZEYDANLIOĞLU, Welat. “*The White Turkish Man’s Burden*”: *Orientalism, Kemalism and the Kurds in Turkey*. 2008. p.5.

Recebido em 07/09/18 aceito para publicação em 26/08/19

# As formas da cidade islâmica, uma apresentação<sup>1</sup>

Ingrid Requi Jakubiak<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo trazer ao debate brasileiro alguns dos modelos de “cidade islâmica” que tiveram mais influência nos estudos do mundo muçulmano desde o tipo ideal de cidade de Max Weber (1864-1920). Os primeiros modelos, inseridos no contexto dos grandes impérios coloniais europeus, agiram como legitimadores “científicos” da empresa colonial, afirmando que as formas das cidades do *Dar al-Islam* seriam intrínsecas ao Islã e incompletas enquanto comunidades urbanas. Em contraste com essa visão, estudiosos do período em que o pensamento pós-colonial se instalava, como Albert Hourani, apresentavam um novo modelo de cidade do mundo muçulmano, baseado mais nas circunstâncias políticas, sociais e geográficas do que em uma suposta natureza islâmica na constituição do espaço. Assim, foi possível reconhecer a cidade muçulmana como mais um elemento apropriado pelo Ocidente para legitimar a empresa colonial.

**Palavras chave:** mundo muçulmano, cidades, cidades muçulmanas, Islã, Orientalismo

**Abstract:** The aim of this paper is to bring some of the models for the “Islamic city” which most influenced the studies of the Muslim world since Max Weber’s (1864-1920) city ideal type into the Brazilian debate. The first models, set in the context of the great European colonial empires, acted as “scientific” legitimators of the colonial enterprise, alleging that the forms of *Dar al-Islam*’s cities were intrinsic to Islam and incomplete as urban communities. In contrast, scholars contemporary to the period in which post-colonial thought was emerging, like Albert Hourani, presented

---

<sup>1</sup> Este artigo é derivado da monografia de conclusão de curso da autora, realizada sob orientação da professora Marcella Lopes Guimarães.

<sup>2</sup> Graduada no curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal do Paraná.

a new city model for the Muslim world, more based on the political, social and geographical circumstances rather than on a supposed “Islamic nature” in the constitution of space. Therefore, it was possible to recognise the Muslim city as another element appropriated by the West to legitimize the colonial enterprise.

**Keywords:** Muslim world, cities, Muslim cities, Islam, Orientalism

Entre o Brasil e as terras tradicionalmente ocupadas pelo Islã há uma enorme barreira geográfica que é o Oceano Atlântico. Este é um motivo bastante razoável para explicarmos a ausência de pesquisas sobre as cidades muçulmanas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, pois o estudo da urbe possui uma relação essencial com a pesquisa arqueológica. Os únicos trabalhos brasileiros que se aproximam desta temática até a submissão deste artigo são a tese de doutorado de Beatriz Bissio<sup>3</sup>, o livro resultante dela, *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*<sup>4</sup>, e o artigo de Elaine Senko sobre a concepção de cidade de Ibn Khaldun<sup>5</sup>. Mesmo assim, este assunto

---

<sup>3</sup> Cf. BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico (séc. XIV)*: o exemplo de Ibn Jaldún e Ibn Battuta. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

<sup>4</sup> Cf. BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>5</sup> SENKO, Elaine Cristina. “A concepção de cidade para o historiador medieval Ibn Khaldun (1332-1406) no século XIV”. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS/II JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS

pode possuir relevância para estudiosos do mundo muçulmano no Brasil, uma vez que a análise das cidades muçulmanas foi uma das ferramentas para a maneira de pensar que conhecemos como Orientalismo, a qual fundamentou a exploração colonial do Magreb e do Oriente Médio e cujo conhecimento é essencial a qualquer pesquisador que se proponha a estudar o Islã e a civilização construída a partir e em torno dele. Este artigo tem como objetivo realizar uma breve apresentação ao público acadêmico brasileiro de como se organizou esta concepção orientalista de “cidade islâmica” e como ela foi questionada como modo de justificação da ação colonial.

## **Os modelos da “cidade islâmica”**

Max Weber (1864-1920), apesar de não ter sido o primeiro a estudar as cidades do Oriente Médio, foi quem definiu um quadro teórico e metodológico que seria de enorme influência para os orientalistas que viriam depois dele. Segundo Goddard, a base para as formulações do sociólogo alemão vinha de uma pergunta relativa a seu próprio tempo: por que a Europa era tão poderosa e a Ásia,

incluso o Oriente Médio, estava em declínio<sup>6</sup>? Esta pergunta implicava ela mesma em uma dicotomização entre Europa e “Oriente”, na qual buscava-se demonstrar a superioridade da Europa em progresso e as falhas inerentes das sociedades orientais.

O modelo de Weber para definir a existência da urbe, apresentado em sua obra *Economia e Sociedade*, possuía cinco requisitos: 1) fortificações (muralhas); 2) um mercado; 3) um tribunal próprio e uma lei ao menos parcialmente autônoma; 4) uma forma relacionada de associação e 5) autonomia e autocefalia, ao menos parcialmente<sup>7</sup>. De forma geral, esta é uma formatação que se aplicava às cidades do ocidente latino, mas as cidades do Oriente Médio nunca cumpriram todos os requisitos. Fustat, por exemplo, só passou a ter muralhas sob Saladino, quinhentos anos após sua fundação<sup>8</sup>. Como veremos mais adiante, não era comum haver nas cidades muçulmanas associações como as corporações de ofício latinas e se destaca, ainda, a ausência de instituições municipais. Em geral, a figura que representava a população citadina a nível local era o *qādi* (juiz) e por vezes algum comerciante exercia alguma liderança ou influência local, mas a autoridade efetiva vinha do

---

<sup>6</sup> GODDARD, Cedrik Christopher. *The Question of the Islamic City*. 1999. 136 f. Tese para a obtenção do Grau de Mestre em Artes - McGill University, Montreal, 1999, p.4.

<sup>7</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, vol.2. São Paulo: Editora UnB, 2004, p.419.

<sup>8</sup> Wensinck *et al.* “Cairo” In BOSWORTH, Clifford Edmund (org). *Historic Cities of the Islamic World*. Leiden-Boston: Brill, 2007, p.71-72.

poder central, sultão ou califa<sup>9</sup>. A falta destes elementos significaria, no modelo de Weber, que as cidades muçulmanas não eram comunidades urbanas<sup>10</sup>; ele inclusive as chama de “cidades” entre aspas.

Soa bastante estranho aos ouvidos de quem tem algum conhecimento sobre o tamanho das cidades muçulmanas uma afirmação de que elas não seriam comunidades urbanas, afinal, no século XIV, quando as cidades do ocidente latino já estavam consolidadas, a cidade mais rica e populosa a oeste da China era a dupla-capital<sup>11</sup> do Egito, o Cairo. Se levarmos em conta a estimativa de Janet Abu-Lughod, a cidade chegou a meio milhão de habitantes<sup>12</sup>. Ainda, as próprias cidades da Península Itálica que haviam permanecido ativas durante o medievo, Gênova e Veneza em especial, dependiam do comércio egípcio para obter diversos

---

<sup>9</sup> LAPIDUS, Ira. “The Evolution of Muslim Urban Society” *In Comparative Studies in Society and History*, Vol. 15, No. 1, Jan. 1973, p.49.

<sup>10</sup> Weber, op.cit., p.419.

<sup>11</sup> Thierry Bianquis utiliza o termo “dupla capital” para designar o Cairo em conjunto com Fustat. Consideramos que uma não pode ser compreendida separada da outra, uma vez que a grandeza atingida pelo Cairo é herança direta da de Fustat, que por muito tempo após a fundação da capital egípcia pelos fatímidas continuou sendo o centro de poder político e econômico do Egito e do Norte de África. Cf. BIANQUIS, Thierry. “Capítulo 8: O Egito desde a conquista árabe até o final do Império Fatímida (1171)” *In História geral da África*. Brasília: Unesco, 2010, 8 v, vol III, p.220.

<sup>12</sup> ABU-LUGHOD, Janet L. "Chapter 7: Cairo's Monopoly under the Slave Sultanate" *In The World system A.D. 1250-1350*. Nova York: Oxford University Press, 1989, p.212.

produtos, entre eles as especiarias<sup>13</sup>. Bagdá, entre sua fundação em 762 e sua derrota para os mongóis em 1258, também era extremamente populosa e, tal como a capital egípcia, tinha um trânsito intenso de estudantes que iam aprender jurisprudência nas grandes *madrastas*<sup>14</sup>. Todas essas cidades contavam, ainda, com enormes mercados conectados por uma extensa rede de relações comerciais dentro da Rota da Seda.

Apesar de todas as evidências de uma vida urbana extremamente dinâmica, o modelo weberiano sobreviveria por bastante tempo nas mãos dos estudiosos das cidades médio-orientais. Weber propunha ainda a necessidade de dois fenômenos para que as cidades se desenvolvessem e o progresso pudesse acontecer, baseados em sua compreensão do papel da ética protestante no desenvolvimento do capitalismo: o primeiro seria a existência de comunidades urbanas independentes ou cidades livres, algo que não existiria no mundo islâmico por conta da imposição de poder do Estado mais amplo sobre a cidade, o que impediria uma cidadania independente e a ação do povo da cidade. O segundo e mais

---

<sup>13</sup> Ibid., p.227-228.

<sup>14</sup> Escolas de ensino superior. De modo geral, eram voltadas principalmente para a jurisprudência, mas outras formas de conhecimento também poderiam ser praticadas, como a língua árabe e a medicina.

impactante fenômeno é o Cristianismo, sem o qual não haveria Reforma e nem ética protestante<sup>15</sup>:

E o cristianismo, que em seguida tornou-se a religião destes povos [ocidentais] profundamente abalados em suas tradições e que talvez podia sê-lo precisamente em virtude da debilidade ou ausência dos limites mágicos e de tabu, desvalorizou e quebrou definitivamente a significação religiosa de todos os vínculos de clã deste tipo. O papel, muitas vezes importante, que a comunidade eclesiástica desempenhou na organização técnico-administrativa das cidades medievais é apenas um dos muitos sintomas da influência intensa destas qualidades da religião cristã que desfazem os vínculos de clã e, por isso, são de importância fundamental para a formação da cidade medieval. O Islã não superou realmente, conforme mostra toda a história dos conflitos do califado mais antigo, os grupos regionais das tribos e os vínculos de clã, porque inicialmente continuava sendo a religião de um exército conquistador, subdividido em tribos e clãs.<sup>16</sup>

Deste modo, enquanto o Oriente Médio permanecesse islâmico (e as outras regiões do “Oriente” permanecessem com suas respectivas religiões), não haveria chance de progresso.

Se Weber formulou as bases teórico-metodológicas para os estudiosos seguintes das cidades muçulmanas, seriam os irmãos Marçais, Georges e William, que forjariam o modelo estereotípico de *cidade islâmica* propriamente dito. Sua formulação era

---

<sup>15</sup> Goddard, op.cit., p.5-7.

<sup>16</sup> Weber, op.cit., p.431.

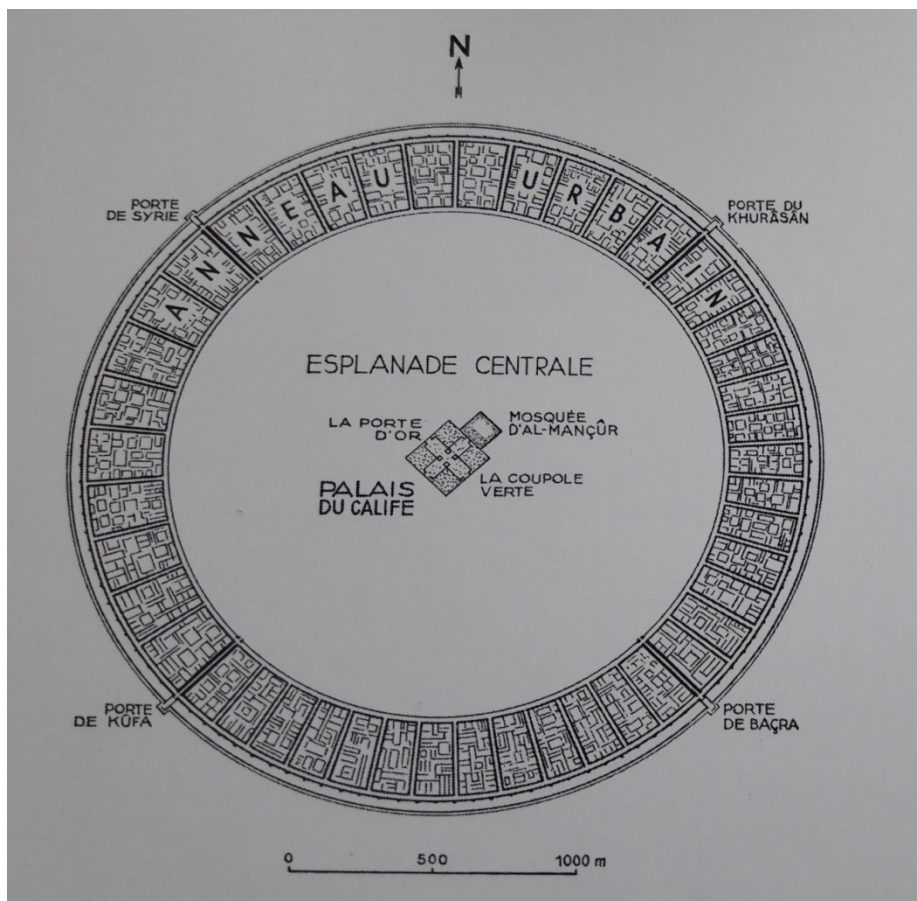


fundamentada na assunção de que o Islã tinha uma ligação intrínseca com a cidade. Ele seria uma “religião urbana” cujo adepto só conseguiria cumprir todas as obrigações na cidade, como a oração das sextas-feiras na Grande Mesquita e a reclusão das mulheres, por exemplo. Os irmãos Marçais também chamariam atenção para a falta de instituições autônomas locais com leis próprias e autonomia em relação ao governante central e consequentemente uma “cidadania” livre<sup>17</sup>. O maior legado destes historiadores franceses seria, entretanto, o retrato morfológico da cidade islâmica “típica” que eles construiriam, sendo que suas pesquisas haviam sido feitas em algumas cidades do Norte da África e na Síria. Talvez também tenha tido sua influência o modelo da Cidade Redonda de Bagdá, cuja história como centro exemplar<sup>18</sup> do mundo muçulmano poderia justificar que ela fosse usada como modelo para o resto da civilização.

---

<sup>17</sup> Goddard, op.cit., p.19.

<sup>18</sup> O centro exemplar seria o modelo no qual a sociedade deve ou busca se espelhar. No caso das cidades, as grandes urbes como Bagdá ou o Cairo exerceram o papel de modelos de civilização a serem seguidos pelo resto do mundo muçulmano medieval. Isso foi apresentado de forma mais aprofundada em JAKUBIAK, Ingrid Requi. *A Metrópole do Universo: O Cairo nos Itinerários do Islã no final do Medievo*. 2019. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.



**LEGENDA:** O plano circular da concepção inicial da cidade de Bagdá. Nele, podemos ver a Mesquita e o Palácio do Califa ao centro. Ao redor, vemos o "anel urbano" com os bairros residenciais dos membros da corte e a muralha com suas quatro portas. In: BISSIO, op.cit., 2013, Figura 14 (não paginado).

Portanto, o modelo dos Marçais foi elaborado sem levar em consideração as potenciais diversidades internas do mundo

muçulmano. Goddard nos faz uma apresentação desta ideia e em seguida traz a própria descrição de Georges Marçais:

(...) normalmente retangular em sua forma geral - uma forma determinada pelos muros da cidade. Em seguida, a cidade ostenta duas ruas principais que se estendem das muralhas e convergem em ângulos retos no centro da cidade; é aqui, na intersecção, que encontramos a principal mesquita congregacional. Frequentemente adjacente à mesquita principal está a *qsaba* ou a cidadela e o palácio do príncipe ou governante.<sup>19</sup>

(...) o centro [da cidade] é ocupado pela Grande Mesquita, o antigo centro político e também o centro religioso e intelectual da cidade (...) Perto da mesquita, o centro religioso, encontramos os provedores de itens sagrados, o *sūq* de vendedores de velas, de incenso e outros perfumes. Perto da mesquita, o centro intelectual, também encontramos os livreiros, os costureiros de livros e, perto dos últimos, o *sūq* dos mercadores de couro e fabricantes de chinelos (*babouche*) que também usam couro. Então vêm as indústrias de roupas e o comércio de tecidos, que ocupam uma parte muito grande da vida das cidades islâmicas. O componente essencial é um grande mercado [composto de] um grupo de mercadores que levam um nome misterioso, *Qaiçariya*. O *Qaiçariya* (...) é um lugar seguro circundado por uma muralha (...) o *Qaiçariya*, localizado não muito longe da Grande Mesquita, como em Fez ou em Marrakesh, por exemplo, é um centro vital da atividade econômica da Cidade. Além do comércio de têxteis, de joias e de fabricantes de chapéus (*chechias*), encontramos os fabricantes de móveis e de utensílios de cozinha (...) Há ainda os ferreiros. Nos aproximando dos portões, encontramos locais para as caravanas (...) e então os vendedores de provisões trazidas do campo.

---

<sup>19</sup> Goddard, op.cit., p.23. Tradução livre.

Nos bairros da periferia há os tintureiros, os curtidores e, quase fora da cidade, os oleiros.<sup>20</sup>

Devemos notar também a descrição que Marçais faz dos bairros. Ainda há algum consenso de que os bairros das cidades muçulmanas possuem certa “homogeneidade”; cada grupo teria seu próprio, como por exemplo, um bairro de cristãos, um de judeus, um de artesãos, um de mercadores etc. A historiografia atual compreende isso como parte de uma solidariedade interna em relação aos grupos, mas que não os isola completamente. As ruas do bairro são uma extensão das casas<sup>21</sup>, de modo que podemos compreender esta divisão, mais que como um isolamento, como uma separação entre o público e o privado e que é bastante diferente da formação ocidental. Entretanto, é notável que os orientistas que trabalharam sob a linha de Weber e dos irmãos Marçais consideravam que esta divisão dos bairros era apenas mais um fator que contribuía para a suposta falta de organização das populações destas cidades contra seus governantes. Ao mesmo tempo, pouco se falava das estruturas sociais e institucionais da cidade, de modo que esta concepção de cidade muçulmana se baseava quase que exclusivamente em sua organização física<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Marçais apud Goddard, *ibid.*, p.24. Tradução livre.

<sup>21</sup> Bissio, 2013, *op.cit.*, p.243.

<sup>22</sup> Goddard, *op.cit.*, p.33.

Em contraposição a estes modelos engessados, devemos levar em conta que muitas das cidades mais importantes do mundo muçulmano, como Damasco e Córdoba - ou, ainda, Samarcanda, que além de muito antiga sequer fazia parte do que se configurou como mundo árabe - antecederam a própria existência do Islã, o que implica que sua estrutura urbana não tinha como seguir as normas que os irmãos Marçais supunham que fosse o padrão islâmico. E mesmo em cidades de fundação muçulmana, como o Cairo, nem mesmo a centralidade da mesquita era regra, pois elas cresciam e passavam a ter diversas mesquitas cuja importância variava; a principal mesquita dos fatímidas, al-Azhar, por exemplo, estava isolada do resto da população do Cairo e de Fustat, que era sunita e realizava suas orações das sextas-feiras na mesquita de ‘Amr ibn al-‘As, enquanto em Damasco a Grande Mesquita dos Omíadas havia sido construída sobre a estrutura original da Catedral de São João Batista cristã. Até mesmo a organização administrativa do Estado sob a maior parte dos governos muçulmanos, que provavelmente moldou o modo como as cidades foram estruturadas fisicamente, definindo a localização das construções, era de herança bizantina e persa. Há ainda a importância dos fatores geográficos e as necessidades logísticas e de segurança no interior das cidades para a estruturação física local.

Não nos demoraremos detalhando cada paradigma em torno das cidades muçulmanas que viriam depois; basta-nos lembrar que

outros acadêmicos tratariam da cidade islâmica nos moldes de Weber até a primeira metade do século XX. Entendemos que é evidente o caráter orientalista no sentido apresentado por Edward Said nestas obras: há uma distinção clara entre o Ocidente e Oriente que é o ponto de partida para a análise - Europa em progresso x Ásia em declínio; cidade Greco-romana<sup>23</sup> x cidade islâmica; autonomia municipal x autocracia do poder central – e que implica em uma Europa superior diante de um Oriente inferior<sup>24</sup>, fadado ao fracasso se não se submeter à conversão ao cristianismo e ao progresso ocidental. É importante observar que tanto Weber quanto os irmãos Marçais viveram e escreveram entre o final do século XIX e o início do XX, em que o espírito imperialista europeu ainda se encontrava muito forte e tinha nos orientalistas respaldo “científico”. Além disso, é válido lembrar que parte das comparações que hoje vemos como generalizantes e reducionistas deste período tinham fundamento nas ideias de culturas com essência, internamente coerentes<sup>25</sup> que fundamentavam a construção das narrativas nacionais.

---

<sup>23</sup> Dentre as várias abordagens de trabalho acerca da “cidade islâmica” há a constante comparação com a cidade Greco-romana e também a hipótese de Jean Sauvaget de que as cidades muçulmanas eram uma reformulação de caráter islâmico das cidades da antiguidade clássica. Para isso, cf. Goddard e Hourani.

<sup>24</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.29-30.

<sup>25</sup> Ibid., p.172.

Seria apenas na década de 1960 que ocorreriam algumas mudanças nesta visão de “cidade islâmica”, já dentro de um contexto de questionamentos desta visão colonialista sobre o “Oriente” e a África. Um dos importantes marcos desta transição seria a organização e publicação dos resultados de um colóquio realizado em 1965 e publicado em 1970<sup>26</sup> por Albert Hourani, que, ainda que britânico, era filho de libaneses, e pelo húngaro Samuel Miklós Stern. Os historiadores que tomaram parte no trabalho questionavam as teses clássicas, como o modelo eurocêntrico de cidade de Weber, a rigidez de um modelo único e universal para a cidade islâmica feita pelos irmãos Marçais e a presença de guildas equivalentes às corporações de ofício da cristandade latina proposta por Louis Massignon<sup>27</sup>. O próprio nome do conceito de cidade “islâmica” foi alvo de questionamentos, pois implicava que os fatores majoritários que determinavam o modo de ser das cidades do mundo muçulmano tinham explicações na religião islâmica. Hourani chega a utilizar “cidades do *Dar al-Islam*” no lugar da antiga terminologia. Aqui, optamos por utilizar duas formas: as cidades do *Dar al-Islam* e as cidades muçulmanas, utilizando a definição de Lapidus<sup>28</sup> para estes termos: a cidade muçulmana não como um tipo específico de cidade,

---

<sup>26</sup> HOURANI, Albert H.; STERN, Samuel M. (orgs). *The Islamic City: A Colloquium*. Oxford: Bruno Cassirer Ltd, 1970.

<sup>27</sup> M. S. Stern questiona esta visão duramente em seu capítulo em *The Islamic City*. Ver Stern, 1970, *In* Hourani; Stern, 1970.

<sup>28</sup> Lapidus, op.cit., p.48.

como seria o caso da “cidade islâmica”, mas sim as cidades localizadas dentro de um ambiente cultural maior, no qual a identificação de seus habitantes e suas instituições construídas com base nestas identificações giram em torno do Islã, ainda que não determinadas por ele.

### **As instituições urbanas**

Apesar da crítica à tese de uma suposta unidade das cidades muçulmanas baseada na religião, não foi excluída a possibilidade de haver elementos característicos delas e/ou definidos pelo Islã. Diversos autores<sup>29</sup> trabalham com esta possibilidade, e *de facto* há elementos (institucionais, arquitetônicos, de organização urbana) que, pelo menos nos grandes centros, são comuns a uma quantidade considerável de cidades inseridas no *Dar al-Islam*. A importância da mesquita como local não somente de oração mas também de encontros sociais e políticos, por exemplo, permaneceu, mas a própria centralidade da Grande Mesquita acaba deixando de ser absoluta na medida em que ela passou a ser construída no interior da

---

<sup>29</sup> Podemos citar Hourani, Lapidus, Grabar e Bissio entre os autores mencionados aqui.



cidadela do governante, isolada do resto da cidade<sup>30</sup>, e outros locais ligados à religião assumiam esta função, como as *musallas*<sup>31</sup>.

São as instituições e as estruturas sociais, entretanto, que parecem ter apresentado algo mais próximo do que se entende como “coerência interna” do *Dar al-Islam*, e elas estavam relativamente bem estabelecidas a partir do século XI<sup>32</sup>. Mas, mais uma vez, elas não eram fruto de uma “natureza islâmica” e sequer eram exatamente iguais em todos os locais em que existiam. Elas nasceram de conflitos diversos e suas soluções e se se enraizaram foi porque se mostraram adequadas ao momento. Já mencionamos os bairros, com suas populações características e sua solidariedade interna que não as exclui de participar da vida pública, a qual acontece em lugares como o *sūq* (mercado). Outro exemplo é o das quatro *madhhab*, as escolas de jurisprudência sunitas – Hanafi, Maliki, Shafi’i e Hanbali – que por vezes disputavam a participação nas funções públicas, as dividiam entre si ou permaneciam mais presentes como movimentos populares, mas de qualquer modo se faziam presentes. Por fim, havia a instituição dos exércitos de escravos. Eles surgiram pela primeira

---

<sup>30</sup> GRABAR, Oleg. “Chapter XII - Cities and Citizens: the Growth and Culture of Urban Islam” In *Islamic Art and Beyond*. Farnham (Reino Unido): Ashgate Publishing Ltd., 2006, p.164-165.

<sup>31</sup> Na medida em que mais pessoas iam se convertendo ao islamismo, menos espaço havia para oração nas mesquitas, de modo que foram construídos grandes espaços abertos, chamados *musallas*, que permitiriam que as pessoas rezassem mesmo que não houvesse espaço nas mesquitas. Cf. Grabar, op.cit., p.163-165.

<sup>32</sup> Lapidus, op.cit., p.38-39.

vez em Bagdá no início do século IX, quando a disputa entre os irmãos al-Amin e al-Ma'mun pelo controle do Califado Abássida terminou com a derrota do irmão a quem o exército era fiel. Al-Ma'mun, vitorioso, se viu obrigado a montar um novo exército, e para isso recrutou escravos estrangeiros<sup>33</sup>. Em diversos lugares do mundo muçulmano, estes escravos convertidos se tornaram a elite militar e em alguns casos, como será o do Egito, ascenderam ao poder. Uma das características mais importantes destes exércitos é sua distância em relação às populações locais, uma vez que eles eram estrangeiros que detinham uma parte considerável de poder, muitas vezes não sendo bem vistos por seus súditos<sup>34</sup>.

De maneira bastante ampla e não necessariamente absoluta, pode-se dizer que esta nova elite militar ficaria responsável pelo poder político e militar e pela administração pública. Um dos maiores estereótipos do mundo muçulmano é provavelmente a ausência de uma separação entre o Estado e a religião, mas na prática estas duas esferas já atuavam separadamente desde pelo menos o século IX<sup>35</sup>, quando o poder político dos califas abássidas se esvaziou e eles se tornaram as autoridades máximas somente

---

<sup>33</sup> Ibid., p.37.

<sup>34</sup> Esta parece ser uma unanimidade na historiografia. Ver: Grabar, Garcin e Hourani (1970) e Lapidus.

<sup>35</sup> Esta foi uma constatação feita por meio de leituras como de Grabar, Garcin e Hourani (1970) e Lapidus; a explicação mais explícita está em Lapidus, op.cit., p.49.

religiosas, e mesmo assim de maneira bastante simbólica. A manutenção da religião, com suas tradições, ritos e regras morais ficava nas *madrasas* e nas mãos dos estudiosos da religião, em especial dos ulemás<sup>36</sup>.

Se há uma separação entre o poder temporal - político, militar e administrativo – e o poder espiritual, dificilmente podemos dizer que o sistema de poder que foi constituído no mundo muçulmano era intrinsecamente fundamentado na religião islâmica. Ainda que suas instituições possuíssem elementos derivados das leis islâmicas – elas mesmas objeto de interpretações bastante variadas entre si – elas eram, em geral, frutos de outros fatores que contribuíam para moldar a sociedade do *Dar al-Islam* e suas cidades. Há muito além da religião para moldar o espaço urbano: a geografia, as populações autóctones, a existência anterior de assentamentos na região, o fluir dos acontecimentos, entre outros fatores. Ao redor delas, havia também o campo, que, apesar de possuir expressões diferentes da religião e muitas vezes manter distância do poder central, não deixava de fazer parte da *ummah*. Se os irmãos Marçais afirmavam que o Islã era uma religião urbana por excelência, podemos propor que em vez de o Islã moldar a cidade, a cidade pode ter tido um papel em moldar um Islã próprio dos espaços urbanos, um dentre

---

<sup>36</sup> Lapidus, *ibid.*, p.31.

vários Islãs que, apesar de suas diferenças, permanecia unido por sua fé em Alá e na Palavra de Muhammad.

## **Considerações finais**

Nem mesmo o espaço físico escapou do olhar orientalista que se empenhou em desqualificar as culturas não europeias em nome da política imperialista: a cidade foi, portanto, mais um entre os diversos elementos de uma sociedade que foram utilizados em serviço da empresa colonial europeia e sobre os quais ainda há reverberações nos dias de hoje, seja no meio acadêmico ou fora dele. Muito da geopolítica de nossos tempos ainda é organizada dentro da lógica dicotômica entre Oriente (“atraso”) *versus* Ocidente (“progresso”), especialmente no que diz respeito ao mundo árabe-muçulmano. A noção de que existe uma “natureza islâmica”, que é engessada e retrógrada, ainda é muito presente no imaginário ocidental e a convivência entre os povos se torna conflituosa, embora em tantos aspectos haja muito mais semelhanças que diferenças entre, por exemplo, cristianismo e islamismo. Deste modo, a discussão sobre os modelos das cidades do *Dar al-Islam* não se fecha em si mesma e nem está distante de nós brasileiros, sendo parte de um debate mais amplo que diz respeito à desconstrução do modo colonialista de pensar o mundo.

## Referências

ABU-LUGHOD, Janet L. "Chapter 7: Cairo's Monopoly under the Slave Sultanate" In *The World system A.D. 1250-1350*. Nova York: Oxford University Press, 1989, p.212-250.

BIANQUIS, Thierry. “Capítulo 8: O Egito desde a conquista árabe até o final do Império Fatímida (1171)” In *História geral da África*. Brasília: Unesco, 2010, 8 v, vol III, p.196-232.

BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe: a civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BISSIO, Beatriz. *Percepções do espaço no medievo islâmico (séc. XIV): o exemplo de Ibn Jaldún e Ibn Battuta*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

GODDARD, Cedrik Christopher. *The Question of the Islamic City*. 1999. 136 f. Tese para a obtenção do Grau de Mestre em Artes - McGill University, Montreal, 1999.

GRABAR, Oleg. “Chapter XII - Cities and Citizens: the Growth and Culture of Urban Islam” In *Islamic Art and Beyond*. Farnham (Reino Unido): Ashgate Publishing Ltd., 2006, p.155-174.

HOURANI, Albert H. "Introduction: The Islamic City in the Light of Recent Research" In HOURANI, Albert H.; STERN, Samuel M. (orgs). *The Islamic City: A Colloquium*. Oxford: Bruno Cassirer Ltd, 1970, p.9-24.

HOURANI, Albert H. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LAPIDUS, Ira M. “The Evolution of Muslim Urban Society” *In Comparative Studies in Society and History*, Vol. 15, No. 1, Jan., 1973, p. 21-50.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STERN, Samuel M. “The Constitution of the Islamic City” In HOURANI, Albert H.; STERN, Samuel M. (orgs). *The Islamic City: A Colloquium*. Oxford: Bruno Cassirer Ltd, 1970, p.25-50.

GARCIN, Jean-Claude. “Capítulo 15: O Egito no mundo muçulmano (do século XII ao início do XIV)” In: Vvaa. *História geral da África*. Brasília: Unesco, 2010, 8 v, vol IV, p.415-444.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, vol.2. São Paulo: Editora UnB, 2004.

WENSINCK *et al.* “Cairo” In BOSWORTH, Clifford Edmund (org). *Historic Cities of the Islamic World*. Leiden-Boston: Brill, 2007, p.63-102.

Recebido em 09/01/20 aceito para publicação em 14/05/20

# Política de abrigamento: perspectivas de mulheres sobre a Casa-Abrigo no Paraná

Rosilda Fernando da Paz<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo objetiva analisar o modo pelo qual mulheres abrigadas percebem as políticas públicas de proteção e como elas se relacionam com as normativas do serviço de abrigamento, no âmbito da Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá/PR. Para realizar esta investigação, busquei respaldo teórico na abordagem interacionista de Goffman (2002), em sua proposta de considerar as interações como se elas estivessem no espaço de um teatro imaginário. A partir dessa relação dialógica entre a teoria goffmiana e os relatos oferecidos por duas ex-abrigadas, argumento que, na visão dessas mulheres, embora reconheçam a relevância do serviço de abrigamento, apontam o caráter regulador neutralizante e o isolamento social inerentes a Casa, elementos que põe a mulher em condições análogas a prisioneiras. Além disso, a aparente concordância delas com os termos normativos da Casa, bem como, a relação cordial com os pares, denotam-se fachadas que lançam mão para se manterem aceitas no grupo.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Violência de gênero. Política de Abrigamento. Casa-Abrigo.

**Abstract:** The article aims to analyze the way in which sheltered women perceive public protection policies and how they relate to the norms of the shelter service, within the scope of the shelter Edna Rodrigues de Souza at Maringá city, a municipality in Paraná. To conduct this investigation, I sought theoretical support in the interactionist approach of Goffman (2002), in his proposal to consider interactions as if they were in the space of an imaginary theater. From this dialogical relationship between the Goffmian theory and the reports offered by two former shelters, I argue that, in their view, while recognizing the relevance of the shelter service, they point to the neutralizing

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: rosi.f.paz@gmail.com

regulatory character and social isolation inherent in the House, elements which puts women in conditions analogous to prisoners. Moreover, their apparent agreement with the normative terms of the House, as well as their cordial relationship with peers, are denoted facades that make use of themselves to remain accepted in the group.

**Keywords:** Violence against women, Gender violence, Compulsory Institutionalization, Casa-Abrigo.

A violência contra a mulher é um fenômeno de proporções globais – está presente em diversas sociedades e culturas, em diferentes classes sociais, em todas as etnias e religiões, acompanhando a história da humanidade (ADEODATO *et al.*, 2005). Frente a esse fenômeno, o Relatório mundial sobre prevenção da violência 2014<sup>2</sup> (pág. 42), emitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), recomenda que “mulheres que revelam situações de violência devem receber apoio e cuidados imediatos, sensíveis às suas preocupações, e que as ajudem a acessar informações, recursos e apoio contínuo” (OMS, 2014).

Nesse sentido, motivada pelo contato que manteve, em 2018, com o serviço de abrigamento para mulheres submetidas a violência doméstica, mediado pelo Projeto Pró-Mulher<sup>3</sup>, na condição de membro

---

<sup>2</sup> Publicado pela Organização Mundial de Saúde em 2014. A Organização Mundial da Saúde concedeu tradução e direitos de publicação de uma edição em Português para o Núcleo de Estudos.

<sup>3</sup> O Projeto de Extensão Pró-mulher: é um programa de prevenção à violência e apoio à mulher e às famílias vítimas de agressão, do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Compus o Projeto como membro da comunidade externa e acadêmica de Serviço Social.



da comunidade externa, e também a relação de proximidade que estabeleci com algumas abrigadas que estavam na Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza de Maringá/PR, a época, me interessei em saber como essas mulheres percebem a política de proteção, na figura do serviço ofertado pela Casa-Abrigo no município em tela, bem como as formas de relações/interações que elas estabelecem durante o período de permanência na Casa.

Composto por acadêmicos e profissionais das áreas da psicologia e serviço social, um dos objetivos do Projeto Pró-Mulher, pautava-se em promover bem-estar e melhorar a autoestima das mulheres, por meio de grupos de interação, roda de bate-papo e conversas informais individuais. Para as crianças, eram realizadas brincadeiras lúdicas variadas, com intenção de promover desenvolvimento cognitivo e propiciar momentos de descontração e diminuir a tensão da permanência em local fechado.

Assim, o objetivo deste texto é investigar como as usuárias do serviço percebem a política de proteção; como elas agem/reagem em relação às normas internas da Casa-Abrigo, e ainda, como elas se comportam no pós-abrigamento, fora do controle institucional. Para levar a efeito esse propósito, usarei como base os relatos de duas usuárias, adquiridos por meio de conversas informais. Esses dados serão analisados a partir dos conceitos de Erving Goffman (2002), mediado pela abordagem interacionista.

Essa abordagem consiste em vermos o mundo em função das relações sociais e, como se essas estivessem no espaço de um teatro imaginário. No contexto da Casa-Abrigo, por se tratar de um local fechado, com acessos e saídas restritos, apoie-me nas teorias sobre instituições muradas também de Goffman (2001), para dimensionar o caráter de reclusão inerente a Casa-Abrigo.

### **Lógicas institucionais nas políticas de abrigamento**

A Casa-Abrigo é um dos serviços disponibilizados pelo CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher, um local seguro onde é oferecido abrigo protegido e atendimento integral a mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. Conforme preconiza o Termo de Referência das Casas-Abrigo<sup>4</sup> (2007), trata-se de um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias poderão permanecer por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

Os objetivos fundamentais da política de abrigamento situam-se em oferecer abrigamento temporário e promover atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus filhos de menor idade, em especial

---

<sup>4</sup> Termo de Referência visa o fortalecimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que tem por pressuposto a formação, articulação e manutenção de uma Rede de Atendimento à Mulher.

nas áreas psicológica, social e jurídica; promover condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações da Casa-Abrigo à programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, entre outros, fortalecendo a rede de atendimento. Visa também prover suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los e proporcionar ambiente e atividades propícias para que as mulheres possam exercitar sua autonomia e recuperar sua autoestima (TERMO DE REFERÊNCIA, 2007).

Quanto as normas e regulamentações internas à Casa em discussão, quem teve acesso ao seu interior, seja na condição de usuária ou voluntária (o), como eu por exemplo, conforme já mencionado acima, ao acessar o salão principal consegue, facilmente, visualizar as normas e regulamentos presos no quadro de avisos, muito embora essas diretrizes não constem no Termo de Referência das Casas- Abrigo. Esse documento, que funciona como uma espécie de regulamento interno e é empregado como um modelo estrutural de funcionamento das práticas cotidianas realizadas no local, ou seja, ele apresenta uma rotina a ser metodicamente seguida pelas famílias abrigadas, considerando que geralmente as mulheres levam consigo seus filhos.

Sem a intenção de especificar detalhes, como precisão de horários, por exemplo, cumpre aqui ressaltar que a rotina seguida pelas famílias abrigadas consistia em cinco eixos de ações fixas e

padronizadas: 1 - o desjejum matinal; 2- almoço na última hora da manhã, 3- seguido do período de reclusão em ambiente individual da família (no quarto, por período de duas horas), onde (supostamente) interagem e descansam; 4 - a refeição final do dia (jantar); e 5 - recolhem-se para a noite de sono em horário estabelecido. Entre os cinco eixos citados, as famílias socializam em área comum e, também se mobilizam para a manutenção da higiene dos seus ambientes individuais. Sob essa sistematização, pode-se entender que as regras visam controlar os desvios dos sujeitos enquanto indivíduos, esquadrihando seus comportamentos e efetuando sobre eles uma vigilância constante (BENELLI, 2014).

As mulheres abrigadas não são obrigadas a realizar atividades laborais no que diz respeito a manutenção comum da Casa-Abrigo, porém, são solicitadas a contribuir para o preparo das refeições. Assim, são formadas equipes de duas mulheres adultas, em forma de revezamento entre as abrigadas, para atuarem na cozinha, sempre acompanhadas de uma (ou mais) servidora pública que compõe o quadro de recursos humanos da Casa-Abrigo Edna.

Nessa esteira, mesmo se tratando de um serviço de proteção, a mulher é inserida num processo semelhante ao que Goffman (2001) define como instituições totais: “em instituições muradas [...] parte das obrigações do indivíduo é participar visivelmente nos momentos da

atividade da organização [...] o que exige certa submissão do eu na atividade considerada (GOFFMAN, 2001).

Referente ao espaço da Casa-Abrigo Edna, local único onde as mulheres ficam enquanto submetidas a esse modelo de medita protetiva, pode-se conceber, de acordo com Goffman (2001), “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2001, p.11).

Desta forma, a instituição Casa-Abrigo torna-se um espaço total, organizado de modo a atender mulheres em situações análogas. Estas, por sua vez, são separadas da sociedade mais ampla por um período e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente) baseada no discurso de atendimento aos objetivos institucionais. Assim, a instituição apresenta a tendência de fechamento o que vai simbolizar o seu caráter total.

Como um sopro de leveza, mesmo situada num contexto de tensão e isolamento geográfico e simbólico, em razão da natureza e caráter sigiloso do serviço, a Casa-Abrigo Edna dispõe de ambiente externo com considerável espaço de lazer e produção. Pois ao fundo, sob árvores frondosas, é o local que um grupo de mulheres se unem, voluntariamente, para plantar hortaliças. O espaço figura também como local de socialização e descontração. Lá, elas podem sentir a brisa do

vento e um fio de liberdade, elementos que proporcionam alívio para as tensões e estranhamentos inerentes ao confinamento. Em ocasiões em que estive junto do grupo, em seus canteiros de cultivo, suas faces expressavam uma efêmera alegria, detalhe que observei com satisfação.

## **Dinâmicas sociais no programa Casa-Abrigo**

Considerando as características da Casa-Abrigo, como sendo um espaço que apresenta alguns elementos de teor total/rígido (total e não totalitário), onde as fronteiras são delimitadas por muros escaláveis, analisei as relações que se davam no interior do serviço de abrigo, tanto entre as famílias que estão recebendo a proteção, quanto entre essas e as medidas administrativas institucionais.

Assim, considerando o pensamento Goffminiano, que o indivíduo não é o mesmo em todas as circunstâncias, pude inferir que ao chegarem na Casa, as mulheres buscam adequar seu comportamento de acordo com o que presumem ser o adequado, isso, é o que o autor define de fachada. O termo fachada, cunhado pelo autor, visto por um viés nebuloso, transmite a sensação de má fé, porém, numa análise mais atenta, entendemos que os comportamentos, mesmo os mais corriqueiros, não são uniformes. Ou seja, não nos comportamos numa cerimônia religiosa como se estivéssemos numa festa pagã. Desse modo, a adequação ao ambiente é uma estratégia, talvez não

premeditada, capaz de colocar as recém abrigadas em harmonia com os novos pares e possibilita também que sejam aceitas no grupo já estabelecido dentro da Casa-Abrigo (GOFFMAN, 2002).

De maneira consciente ou não, ao se inserirem num ambiente estranho e fechado (Casa-Abrigo), as mulheres identificam a hierarquia e entram num processo de gerenciamento do comportamento. Nessa seara, pude entender certos aspectos de submissão esboçado por parte delas, especialmente as recém-chegadas. Pois, quando as mulheres se expõem a tal ambiente, elas passam a fazer parte de uma engrenagem situacional em curso, onde cada uma vê seu próprio comportamento, mas também o dirige e o guia, modelando as imagens de si que são acessíveis aos outros. Nesse processo, as mulheres se orientam individualmente para agir de forma mais adequada a uma determinada resposta desejada (GOFFMAN, 2002).

Nesse ponto, a medida que as semanas e meses foram transcorrendo, a exemplo do que ocorre em diversos trabalhos de campo realizados em ambientes institucionais (e.g. Carniel, 2013; Slenes, 2014), percebi que a aparente harmonia que resplandecia na Casa, em relação a sua organização diária sistematizada, era na realidade um véu das representações sociais que cobria as tensões existentes. Aparentemente, embora concordassem que sem controle organizacional seria impossível manter o funcionamento da Casa, em várias oportunidades, algumas abrigadas evidenciaram, em conversas que

mantivemos informalmente, que se sentiam mais prisioneiras que protegidas. Isso, devido ao rigor da rotina diária e por perceberem certa responsabilização atribuídas a si (por parte de algumas servidoras) às condições em que se encontravam.

O desconforto fica evidente, na fala de Beatriz, que estava sob medida protetiva pela segunda vez, ao relatar se sentir desconfortável por ser “reincidente”. Segundo ela, mesmo que não tenha presenciado nenhuma verbalização por parte das agentes administrativas a respeito de estar de volta à Casa, e agora com o segundo filho recém-nascido, considera impossível não perceber as críticas subliminares e os olhares de reprova. Apesar da melancolia e constrangimento da situação, Beatriz mostra clareza de pensamento quando diz que estar ali não foi uma escolha sua. “Você acha que eu prefiro estar aqui, ao invés de estar na minha casa, com minhas coisas?”, me interrogou ela com olhos marejados.

Entre as abrigadas, talvez por serem tributárias da mesma dor, com base no que presenciei na Casa-Abrigo, percebi que elas esboçavam considerável empatia entre si. Como se sentissem compelidas de serem cordiais/solidárias com os pares, provavelmente, por se identificarem pela condição em que se encontravam. Mesmo não sendo uma regra, percebi em suas relações, certa camaradagem, regida por uma espécie de contrato tácito e implícito de solidariedade. Dentre alguns casos de apoio mútuo que acompanhei, ressalto o fato de duas



abrigadas (Marcela, com 3 crianças e Beatriz, com 2 crianças) permanecerem no mesmo quarto (3x4m) durante à noite. Quando perguntei o porquê, a resposta veio rápido, “temos medo do escuro da noite”. Entendi, mesmo em suas meias palavras, que o medo do escuro, estava relacionada às questões sobrenaturais. Penso que o objetivo dessa medida é se sentirem emocionalmente mais seguras.

Essa coalizão social firmada entre essas duas famílias contesta a visão naturalizada e parentesco. E estabelece outro estatuto de significados para as redes de relações que exigem a ampliação do enfoque nas mais variadas formas de conexão existentes entre as pessoas. Essas, por sua vez, não configuram apenas por parentesco, vinculado pela via da consanguinidade, mas também pela afinidade. O que fica evidente nessa união que expus, é que a aliança está situada mais no campo social e menos no natural e universalizante da familiaridade. Isso, com base no pensamento de Judith Butler (2014), quando a filósofa se insurge em dissociar família e parentesco. Ou seja, não é somente pelas relações de descendência, casamento e consanguinidade que se contextualiza uma família.

Porém, paradoxalmente, quando o que se espera não acontece na interação, incorre no que Goffman (2002) chama de equívocos na definição da situação, ou seja, uma comunicação imprópria. Em termos claros, a ação decorrente de uma definição equivocada da situação,

configura-se quando alguém fala e faz coisas como se estivesse em um lugar (ou com o ator) apropriado (GOFFMAN, 2002).

Nesse sentido, não eram incomuns os atritos entre as mulheres abrigadas. Vez e outra, desavenças eram suscitadas por variados motivos, desde disputas por objetos comuns a todas na Casa, como os ligados a higiene e limpeza, até as questões mais complexas, como disputa por posição em relação ao grupo, por exemplo.

As atividades do Projeto Pró-Mulher eram desenvolvidas por 5 (cinco) equipes multidisciplinares, com escala semanal alternada. Certo dia, chegamos à Casa e sentimos uma atmosfera bastante “pesada”, com acentuado clima de tensão. Ocorreu que Leila, que já estava na Casa a quase um ano, e por isso exibia uma postura de “dona do território”, protagonizou uma discussão por causa de uma vassoura. Mesmo tendo sido um evento acalorado, felizmente, os ânimos foram rapidamente contidos pelas Educadoras de Base, em conjunto com a coordenação.

Sobre o incidente, encontramos discernimento nas considerações de Goffman (2002), quando o autor fala do termo manejando a impressão. Quando ele defende que, nas relações face a face, os atores agem de forma a ocultar suas verdadeiras impressões e sensações/sentimentos. Assim, pensando sobre a desavença em torno da vassoura, em que as demais abrigadas acusavam Leila de ter ocultado objeto e impedindo a socialização do seu uso, refleti se o ponto sensível da desarmonia era a vassoura em si, ou se seria o extravasamento das

tensões inerentes ao confinamento e o apartamento social, reforçado pelo desejo de Leila em se impor como alfa no grupo.

Desse modo, no período que frequentei à Casa, observei que não há uma uniformidade nas formas de relacionamento entre as abrigadas, bem como entre essas e a administração. Como no contexto social não institucionalizado, no cotidiano, as pessoas que ali estavam se unem tanto por afinidade como por agremiação. No contexto da Casa, elas se filiam também no sentido de estabelecerem um grupo forte e coeso e assim sobreviverem aos desafios da convivência em espaço fechado. Em outras palavras, procuram se inserir num grupo a fim de se manterem ativas nas tramas sociais, além do sentimento de pertencimento coletivo.

### **Solidariedade e autonomia no pós-abrigamento**

Retomo a abordagem da coalizão social, convencida pelo fato de que, após o processo de desabrigamento, Marcela e Beatriz mantiveram a aliança e uniram forças (financeira, emocional e social), com o propósito de alcançar maior autonomia e protagonismo. Desse modo, optaram por juntar as famílias numa mesma casa e assim dividir o ônus da manutenção da sobrevivência e poderem gozar de melhores condições. Ou seja, o objetivo era de viver e não apenas sobreviver. Diante dessa trama social que envolve laços de cuidado e parentesco,

Kaloustian (1994) afirma que a família é indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral de todos os seus membros, independentemente do arranjo ou da forma como está estruturada (KALOUSTIAN, 1994).

Com enfoque na cumplicidade existente na família em questão, pude constatar as maneiras engenhosas que Marcela e Beatriz encontraram para superar as dificuldades impostas pela vida. Para além da associatividade domiciliar, ponho em voga alguns arranjos cotidianos que elas orquestraram para manterem o fluxo contínuo de suas vidas. Assim, destaco o revezamento dos cuidados para com os filhos, a fim de exercerem atividades laborais ou de entretenimento. Também, o sistema de vigilância mútua, onde uma cuida da outra como sentinelas, em momentos mais vulneráveis, como as saídas e chegadas no domicílio, por exemplo.

Diante do que está em tela, mesmo na condição de observadora esporádica do ambiente de bastidores de Marcela e Beatriz, no cotidiano, em casa (no lar), local privado de suas vidas pessoais, pude perceber, dentro do que elas me permitiam visualizar, como se viam no mundo e qual tipo de conduta pessoal preferiam performatizar. No dia a dia, nos limites do que presenciei, elas demonstram protagonismos, não se permitindo incorporar o papel de vítimas, ao contrário, são propositivas, no sentido de encontrar soluções para contornar as dificuldades que lhes são impostas.

Em relação a política de proteção à mulher, em território próprio, a submissão às normas, expressa por elas no período de estadia na Casa-Abrigo, é substituída por análises críticas sobre a política de abrigamento, apontando várias falhas da medida protetiva. Muito embora, cumpre ressaltar, que não reprovam o serviço por completo. As principais críticas, giravam em torno do fato de se sentirem isoladas do mundo social, inseridas num local fechado, de onde não podem entrar e nem sair sem acompanhamento institucional ostensivo. “Eles que praticam a violência e nós que ficamos presas”, lamentou Marcela, ao falar sobre a reclusão, durante conversas que tivemos em sua casa.

Se considerarmos que a política é dominada pelo masculino, e que esse, por sua vez, é o “mesmo” que pratica a violência ao feminino, não é absurdo conceber, que a política de proteção à mulher (criada e implementada pelo dominante) seja atravessada pelo ranço machista e patriarcal. Ou seja, as políticas públicas teoricamente criadas para promover segurança, autonomia e protagonismo feminino, já nascem contaminadas pelo desejo de dominação do homem, portanto, são falhas e controversas, o que fica compreendido na fala de Marcela. As medidas opressivas do serviço, nada mais é que a expressão do projeto de dominação do homem sobre a mulher.

Nesse processo de reclusão, a queixa da interlocutora versa sobre o fato do apartamento social e material (objetos/coisas pessoais), vir acompanhado da sensação de punição que a medida suscita. Ou seja,

a situação análoga ao encarceramento em que a usuária esteve condicionada, aponta para um nexo de responsabilização da situação em que se encontra. Desse modo, a problemática que emerge situa-se no fato do perpetrador da agressão estar na condição de pessoa livre, ao passo que Marcela permaneceu por mais de três meses no sistema protetivo da Casa-Abrigo, podendo circular apenas em locais institucionalizados, sob constante vigilância. Seria impossível imaginar o homem (o agressor de Marcela) em semelhante situação em vista de violência praticada por sua ex companheira.

Em termos dos objetivos expressos nas diretrizes da política de abrigamento de atuar como espaço de promoção da (re) construção da cidadania, resgate da autoestima e empoderamento das mulheres, os relatos das duas ex-abrigadas enfatizam que, no período que permaneceram na Casa-Abrigo Edina, não tiveram acesso a ações que levassem a efeito tais proposituras. Quando perguntadas sobre a oferta de cursos profissionalizantes para imersão no mercado de trabalho no pós abrigamento, bem como ações orientadas para promover a compreensão dos direitos de cidadãs das mulheres, por exemplo, a resposta é: *“nunca vi nada disso!”*. Isso confirma o que fora dito mais acima a respeito da desconexão da proposta inscrita em documentos orientadores da política, com a realidade praticada quando da sua execução na figura do serviço em questão.

Não menos frustrante, são as queixas em relação ao apartamento de certos objetos pessoais, como os celulares (não permitidos na Casa), por exemplo. Tido como um dos objetos mais populares e desejados do mundo moderno, o aparelho celular passou a ser um bem de consumo aos quais muitas pessoas nutrem um sentimento de apego e, sua utilização é requerida quase que em tempo integral na vida cotidiana. *“Quando chegamos na Casa, o celular é confiscado, você fica sem saber o que está acontecendo lá fora”*, relatou Beatriz em certa ocasião. Desse modo, embora possa ser entendido como supérfluo, a privação de uso de um objeto tão presente no dia a dia como o aparelho celular (entre outros de cunho pessoal) configura como mais uma violência que a mulher tem de suportar.

Sem dúvidas, naquele momento sensível de suas vidas o serviço de abrigo na figura da Casa-Abrigo Edna, cumpriu sua função protetiva, no sentido de mantê-las a salvo de seus agressores. Porém, quando atentamos às queixas expressas pelas interlocutoras, percebe-se significativo descontentamento, os quais nos levam a refletir sobre o fato de que a política de enfrentamento da violência à mulher ainda tem muito que se aperfeiçoar no sentido de empreender ações transformadoras e não somente servir de escudo temporário à mulher, diante da ação brutal do agressor. Para além do “resguardo” do corpo feminino, a síntese da política de abrigo é a superação da

condição de violência da mulher, por meio do seu empoderamento, tanto financeiro, quanto social e emocional.

Frente a tudo que foi exposto, vem a superfície a característica de proteção opressora, bem como ineficiente da política de abrigamento. Isso é o que nos mostra a trajetória dessas duas abrigadas dentro na Casa-Abrigo Edna, onde seus relatos apontam evidências de que o serviço está mais para guardar a mulher (como coisas) do que dar condições para que se projetarem como cidadãs autônomas e protagonistas de suas vidas. Esses pontos de fragilidade da política de abrigamento podem repercutir na manutenção da mulher na situação de violência, de modo a contribuir para a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres.

## **Considerações finais**

Neste estudo, busquei compreender as relações entre as mulheres atendidas pelo serviço de abrigamento na Casa Abrigo Edna Rodrigues de Souza, (entre si e a administração), e suas análises quanto aos métodos de proteção empregados. A partir dessas experiências que vivi com as abrigadas dentro e fora da instituição, notei que mesmo exercendo um significativo papel para salvaguardar as mulheres com risco iminente de morte, o serviço apresenta muitos pontos frágeis no que concerne aos mecanismos de promoção da autonomia e



protagonismo das mulheres atendidas, dentre eles a inexistência de oferta de cursos profissionalizantes e capacitação intelectual no sentido de situá-las sobre seus direitos como cidadãs.

A partir da fala de duas ex abrigadas, percebe-se indícios de que a estadia dessas mulheres na Casa-Abrigo Edna é permeada por tensões, especialmente em relação a rigidez da rotina, bem como da interação entre as próprias abrigadas. Considerando que essas mulheres tiveram acesso a uma nova realidade apartada de sua vida cotidiana, inseridas num contexto político e sociocultural carregado por tensões e deficiências a serem superadas, as abrigadas precisaram, assumir um novo papel condizente com a realidade vivida.

Assim, considerando o conceito de Goffman (2002), que para cada situação um papel social diferente representará o indivíduo e, a multiplicidade de papéis que ele representa na vida cotidiana dependerá dos demais atores envolvidos na interação social, no caso de Marcela e Beatriz, o papel que assumiram foi de protagonismo e valentia ante as relações frustradas tanto com seus parceiros íntimos/afetivos, quanto com a política de abrigamento. A partir desse ponto de vista, as ações realizadas por elas são dirigidas para suprir suas necessidades e garantirem o fluxo de suas vidas, refutando assim a posição paralisante da vitimização.

## Referências

ADEODATO, V. G. Carvalho, R. R, Siqueira, V. R, Souza, F. G. M. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros.** *Saúde Pública*, 2005, v.39, n.1, 108-113. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/obra-fundadora-do-feminismo-chega-ao-brasil-em-versao-comentada/>> Acesso em: 10 de out 2018.

BENELLI, SJ. **O lugar das instituições disciplinares na sociedade contemporânea.** In: **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 13-22

BUTLER, J. **O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte** (Editora UFSC, 2014).

CARNIEL, F. **A invenção (pedagógica) da surdez:** sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Tradução: Maria Célia Santos Raposo, 10ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, Prisões e Conventos.** Tradução: Dante Moreira Leite, 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOULART, I. B, BREGUNCI, M. G. C. **INTERACIONISMO SIMBÓLICO: uma perspectiva psicossociológica.** Em Aberto, Brasília, ano 9, n. 48, out./dez. 1990.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira:** a base de tudo. São

Paulo: Cortez, 1994.

**Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres/pacto/documentos/norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf/view>> Acesso em 23 de jun 2019.

**Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).** Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>> Acesso em: 26 de jun de 2019.

**Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>> Acesso em: 26 de jun de 2019.

SLENES, R. **Negociação de Sentidos: Violência e Direitos da Mulher na Prática de ONGs em Marrocos.** 2014. Dissertação, (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

**Termo de Referência Casa Abrigo.** Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/tr\\_cs\\_abrigo\\_2005\\_integra/view](http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/tr_cs_abrigo_2005_integra/view)> Acesso em: 29 de jul de 2019.

**Relatório Mundial sobre a prevenção da violência 2014.** Nações Unidas Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/violencia-contras-a-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas/>> Acesso em: 15 de jul de 2019.

Recebido em 23/04/20 aceito para publicação em 12/05/20

# **Direito à cidade: revisitando o conceito de Henri Lefebvre sob uma perspectiva marxista feminista**

Camila Carolina Hildebrand Galetti<sup>1</sup>

Nathalie Drumond<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho, apoiando-se na obra de Henri Lefebvre sobre o "Direito à Cidade", busca aprofundar o debate acerca das relações de gênero e como elas constituem as relações de poder no e a partir do espaço urbano. Ao mesmo tempo, pretende-se apontar para se não a ausência, ao menos para a subvalorização das mulheres nas obras lefebvrianas. Com isso, propomos uma (re)leitura do conceito de direito à cidade a partir de uma perspectiva teórica feminista e classista amparadas em autoras como Cinzia Arruzza, Nancy Fraser e Silvia Federici. Buscamos discutir como o capitalismo contemporâneo produz segregação e coloca mulheres pobres em situação de cotidiana vulnerabilidade. E, em seguida, analisamos o impacto do aumento dos transportes públicos no Brasil (2020), manuseando dois conceitos importantes: o de viagens em cadeia e o de trabalho reprodutivo.

**Palavras-chaves:** Direito à cidade; Henri Lefebvre; Mulher; Viagem em cadeia; Trabalho reprodutivo.

**Abstract:** This work, based on the work of Henri Lefebvre on the "Right to the City", seeks to deepen the debate about gender relations and how they constitute power relations in and from the urban space. To point out if not the absence, at least for the undervaluation of women in Lefebvrian works. With that, we propose a (re) reading of the concept of the right to the city from a

---

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, Mestra e Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade de Brasília. Bolsista CNPq. E-mail: camilagaletti@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo (2012). Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves.

feminist and classist theoretical perspective supported by authors such as Cinzia Arruzza, Nancy Fraser and Silvia Federici. We will seek to discuss how contemporary capitalism produces segregation and places poor women in a situation of daily vulnerability. Then, the impact of the increase in public transport in Brazil (2020) will be analyzed, handling two important concepts: chain travel and reproductive work.

**Keywords:** Right to the city; Henri Lefebvre; Woman; Travel in series; Reproductive work.

Este trabalho, apoiando-se na obra de Henri Lefebvre sobre o "Direito à Cidade" (2001), busca aprofundar o debate acerca das relações de gênero e como elas constituem as relações de poder no e a partir do espaço urbano. Ao mesmo tempo, pretende-se apontar para se não a total ausência, ao menos para a subvalorização das mulheres nessa obra lefebvriana. Ao elaborar o programa teórico e político d'O direito à cidade em 1968, Lefebvre aponta que tal programa, que surge em meio às efervescências políticas e culturais da época, só poderia ser atingido vinculado à completa transformação do modo de vida nas cidades.

Lefebvre (2001) afirma que para se alcançar o direito pleno à vida nas cidades (das condições materiais às imateriais) é necessário transformar o modo de produção capitalista, que é responsável por produzir o espaço urbano e também é reproduzido nele segundo as determinações da lógica da reprodução ampliada do capital. Por isso, o autor tem como ponto de partida de sua análise o processo de

industrialização e os impactos deste na vida dos indivíduos, afirmando que ‘as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx’ (*id*, 2001: 15). Assim, a indústria produziu seus próprios centros urbanos, modificando as relações sociais com e no espaço.

O urbano torna-se lugar de produção e consumo de mercadorias, de concentração de pessoas ocasionando novas socializações, o que reverbera também em outros tipos de tensões e conflitos. As desigualdades se acentuaram, produzindo novas hierarquias sociais e econômicas expressas na paisagem urbana. Gera-se a ‘suburbanização’ - processo que descentraliza as cidades fruto de um contínuo deslocamento dos indivíduos dos grandes centros para os territórios mais distantes. Essa expansão das fronteiras do urbano, responsável pela formação das periferias, obedece a uma lógica de classe: os operários são relegados ao subúrbio e os centros são destinados aos que detêm e concentram o capital (Lefebvre, 2001: 23). Tal dinâmica produz uma diferenciação interna do espaço das cidades, configurada segundo o fluxo de capitais, a valorização da renda da terra, a concentração dos investimentos.

Mas afinal, como discutir o direito à cidade sem levar em conta as relações desiguais de gênero? Nesta perspectiva, ganham importância o debate sobre como as mulheres vivenciam a realidade urbana, considerando inclusive um recorte de classe, raça, sexualidade e

religião. A partir da formulação de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço urbano e seu programa d'O Direito à Cidade, discutimos a implicação dessas relações desiguais na vida das mulheres. Apesar da omissão do autor, analisamos neste artigo como a formação capitalista das cidades penaliza ainda mais o gênero feminino. Na cidade-mercadoria, a presença das mulheres no espaço público é uma contingência, não uma possibilidade. O medo de andar na rua, por exemplo, é um sentimento comum à maioria delas. Numa pesquisa desenvolvida por Adriana Souza<sup>3</sup> constatou-se que 78% das mulheres entrevistadas em Brasília sentiam medo de se deslocar a pé pela cidade (SOUZA, 2019).

Além disso, se combinamos o debate de gênero com as condições de raça e classe, concluiremos que a cidade não é um território para as mulheres, muito menos para as negras e trabalhadoras. Para Joice Berth<sup>4</sup> (2019),

A configuração do nosso espaço urbano é onde espelham-se as desigualdades sociais e essas são reforçadas, (...) que determinam quem é privilegiado e quem é escamoteado pela ação direta do Estado. Essas particularidades, embora não citadas, são assimiladas pelas pessoas que interagem entre si e com o espaço. Andando pelas cidades, sabemos intuitivamente se estamos em lugares sociais acolhedores, percebemos os lugares hostis e permanecemos nos lugares

---

<sup>3</sup> Doutora pela UNB, autora da pesquisa “Mulher, uma força que caminha” (2019).

<sup>4</sup>Arquiteta, urbanista, feminista negra, autora do livro “O que é Empoderamento?” (2018), terceiro da coleção Feminismos Plurais, organizada por Djamila Ribeiro.



em que o sentimento de pertencimento é despertado. Também sabemos exatamente onde estão os espaços de poder e decisão, onde mora o privilégio. Sabemos onde a cidade é branca e onde a cidade é negra. Sabemos também quais são os espaços femininos e masculinos, ainda que sensivelmente se misturem ou camuflam, essa divisão de gênero também acontece.

Dessa forma, discutimos aqui como esses fatores - gênero, raça e classe, são constituintes do e constituídos no espaço urbano e como sua combinação contribui para uma vivência desigual das cidades, a qual em via de regra resulta em discriminação e violência. A partir dos estudos de autoras feministas marxistas, como Silvia Federici (2019), Cinzia Arruza (2019), Nancy Fraser (2018), podemos identificar que a vivência desigual está profundamente identificada com a divisão sexual do trabalho. Segundo essa perspectiva, as mulheres estão à frente de um papel central: o de cumprir as atividades referentes ao trabalho reprodutivo, quais sejam todas aquelas ligadas à reprodução e manutenção da vida - como os cuidados com a casa e com os filhos.

No debate sobre o direito das mulheres à cidade, não se pode ignorar as determinações que a divisão sexual do trabalho tem sobre a produção do espaço urbano. Estabelecida a partir da hierarquização entre o trabalho produtivo, historicamente atribuído aos homens, e o trabalho reprodutivo, que tradicionalmente recai sobre as mulheres, essa divisão destina a elas os espaços invisíveis. Como resultado, o espaço público historicamente é destinado aos homens, enquanto cabe às

mulheres ocuparem os espaços privados. Assim, “o domínio da rua é essencialmente masculino e corpos femininos fora do ambiente doméstico estão fora de lugar” (CORREIA *et al*, 2018). Temos, portanto, cidades que desde sua origem não consideram as perspectivas e as necessidades das mulheres. Pensadas por homens e para homens.

Com isso, adentramos no foco deste artigo: o de pensar as desigualdades e invisibilidades de gênero na construção do conceito de direito à cidade, a partir da publicação de Henri Lefebvre. Para isso, apresentaremos uma (re)leitura sobre a relação das mulheres na cidade, a partir de dados extraídos das pesquisas como o Mapa da violência de (2015), da Pesquisa Cidade Segura (2011). E, em seguida, analisamos o impacto do aumento dos transportes públicos no Brasil (2020), manuseando o conceito de viagens em cadeia.

Através desses dados, analisamos brevemente como se têm caracterizado as violências contra as mulheres nos espaços públicos e discutimos como o capitalismo contemporâneo produz segregação, colocando mulheres pobres em situação de cotidiana vulnerabilidade. Com isso, propomos uma (re)leitura do conceito de direito à cidade a partir de uma perspectiva teórica feminista, anti racista e classista, considerando o papel das mulheres como sujeito social e político para a transformação radical do espaço das cidades.

## A produção capitalista do espaço urbano e o trabalho reprodutivo

Qualquer atividade humana, as velhas e novas atividades, realiza-se inserida em um contexto social, ordenadas por bases econômicas, políticas e culturais que definem uma dada sociedade, e, é fato, que a produção da existência destas sociedades é ininterruptamente e de maneira dialética impressa no espaço, num lugar. A formação econômico-social de uma dada sociedade informa sua forma de organização do espaço. É dessa forma que devemos compreender o processo de produção e reprodução da cidade. A cidade é trabalho materializado e as formas da cidade revelem a sociedade que a produziu. A cidade é condição, meio e produto das sociedades, lugar de realização da vida humana, extensão do próprio corpo humano, já que o indivíduo usa e vive a cidade através de seu maior e primeiro instrumento, com suas sensações, ações, reações, emoções e contingências. Assim o *uso* da cidade pelas sociedades fez da cidade obras humanas.

Como mencionado anteriormente, Lefebvre (2001) aponta que o processo de industrialização foi o principal motor das transformações da sociedade contemporânea. Neste sentido, tornou a cidade espaço típico da sociedade capitalista e de sua reprodução. É na cidade que a produção, a circulação e o consumo do capital se deram de forma efetiva e é através dela que ele se organiza e reproduz. O autor afirma

ainda que a cidade “se transforma não apenas em razão de processos globais relativamente contínuos, como também em função de modificações profundas no modo de produção nas relações ‘cidade-campo’, de classe e de propriedade” (*id*: 58).

Já o geógrafo David Harvey (2014), ressalta o quanto capitalismo precisa da urbanização para absorver seu excedente de produção e de como a cidade torna-se lucrativa para poucos, viabilizando a concentração de capital nas mãos daqueles que detém poder. De modo geral, as classes dominantes, o capital financeiro, conseguem se estabelecer nos lugares centrais, usufruem das melhores formas de mobilidade e moradia, não estão tão expostos às violências, aos sentimentos de medo e de vulnerabilidade.

A cidade enquanto *valor de uso*, apropriada pelos indivíduos para a realização de sua existência torna-se, sobretudo, *valor de troca*. Suas funções se distribuem segundo possibilidades de reprodução e acumulação de riquezas. A lógica verificada nesta realidade é a da sociedade que tudo consome e transforma em mercadoria, não sendo diferente para a apropriação do espaço. Lefebvre (2001) relaciona isso com uma ideia de ‘miséria urbana’, em um sentido que não seja apenas material. Para o autor, essa “miséria” está atrelada à alienação do acesso à cidade no seu sentido pleno. O modo de vida urbano atual não permite que os indivíduos usufruam do lazer, por não terem tempo fora do trabalho devido ao fato de residirem em áreas afastadas da cidade,

periféricas, quando não em condições precárias e sem infraestrutura digna para promover tais deslocamentos.

Assim, nas cidades a lógica do capital tende a se apropriar de tudo aquilo que é público, comum ou coletivo (de direitos adquiridos a bens comuns assegurados), de modo a garantir sua reprodução. Nessa perspectiva, a manutenção e reprodução da vida são secundarizadas e muitas vezes colocada em xeque, especialmente nas periferias, favelas e morros, áreas onde as maiores dificuldades da vida cotidiana aparecem: da falta de emprego à total ausência do Estado.

É no espaço urbano que se revelam também de forma ainda mais aguda as incompatibilidades entre *a reprodução do capital* e a *reprodução social da vida*<sup>5</sup>. Este último conceito tem grande importância para as reflexões desenvolvidas neste artigo. Se considerarmos que a cidade é o lugar de realização da vida humana, nelas necessariamente estarão expressas as contradições que se referem às tarefas - realizadas em sua maioria por mulheres - de geração,

---

<sup>5</sup>“Em poucas palavras, refere-se às atividades e o trabalho que implica a reprodução biológica, quotidiana e geracional, da força de trabalho. Mas sejamos claros: reproduzir a força de trabalho significa reproduzir as pessoas e a vida. Isto não se limita à mera subsistência ou às necessidades de sobrevivência, mas também à satisfação de necessidades mais complexas e à reprodução de capacidades que contribuem para converter a força de trabalho nessa mercadoria especial que se pode vender no mercado capitalista. Estamos, portanto, falando da socialização das crianças, da educação, mas também da saúde e dos serviços sociais”. Arruzza, Cinzia. O feminismo dos 99% é uma alternativa anticapitalista ao feminismo liberal. *Carta Maior*, 20 de agosto de 2018.

manutenção e reprodução da vida da primeira e mais importante mercadoria: a força de trabalho.

Ou seja, as mulheres ao desempenharem o trabalho (na maioria das vezes não-remunerado) de preparar comida, lavar roupas, procriar e criar filhos, levá-los para a escola, entre outras funções ligadas aos cuidados da família, elas se tornam responsáveis - e, na maioria das vezes, quase que exclusivamente - pela reprodução da mão de obra central para o funcionamento do capitalismo. Se a reprodução do capital só é possível quando os trabalhadores, em busca de meios de vida, vendem sua capacidade de trabalho por um salário, se esses não se alimentam, não socializam e não gozam de saúde plena, não há trabalho. Portanto, o que está ausente na obra de Henri Lefebvre sobre o “Direito à Cidade” é como essa “primeira e mais importante mercadoria: a força de trabalho” é produzida e reproduzida no espaço das cidades. E, sobretudo, quem são os sujeitos implicados nessa tarefa. Ou seja, o lugar das mulheres sob a lógica capitalista de reprodução do espaço urbano e, seu papel na efetivação do direito à cidade.

Partindo do pressuposto de que a reprodução social da força de trabalho é necessariamente uma questão urbana, percebemos o quanto a interlocução do conceito de direito à cidade e mulheres faz-se necessária principalmente no que tange à elaboração de uma nova proposta de urbanização. Torna-se necessário revolucionar os fatores que determinam a urbanidade como modo de vida, tratando de

privilegiar ideias e proposições que tomam com centralidade a justiça econômica e social e a defesa do bem-viver de todos os habitantes.

### **Revisitando o conceito de *direito à cidade* de Henri Lefebvre (1968)**

Ter a cidade como ponto de partida epistemológico nos permite compreender as diversas experiências que se constroem nesse espaço, bem como repensar as experiências do passado que são fundamentais para a análise dos problemas e desigualdades imbricados nas cidades. Como dito por David Harvey influenciado pela obra de Lefebvre, nós moldamos a cidade, assim como ela nos molda. A cidade não é um cenário estático, é um organismo dinâmico que reconstrói os valores da sociedade constantemente. Ao pensar no programa teórico de direito à cidade, Lefebvre tinha como fio condutor o materialismo histórico dialético e não estava evidenciando um direito jurídico, mas a ideia de que conhecer e utilizar a cidade é um direito de apropriar-se dos espaços públicos e das práticas cotidianas de forma a lhe imprimir um sentido, através do qual se produz a noção de cidadania.

Lefebvre se pauta ao pensamento marxista para fazer suas ponderações sobre a cidade, com isso cabe ressaltar que em *O Capital*, a principal obra de Karl Marx, encontramos a dimensão espacial, sobretudo nas reflexões sobre a circulação. Ele cita "a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e a circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os

pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital. (MARX, [1867] 1997a, p. 267).” A produção capitalista requer dispositivos que possibilitem a circulação (cada vez mais rápida e racionalizada) de insumos, maquinaria, mercadorias - isso incluindo, sua mercadoria também específica, a força de trabalho, que habita nos despossuídos de meios de produção.

A mobilidade urbana possui, para o capitalismo, a função essencial de locomoção de força de trabalho e de consumidores. Ou seja, para a produção e realização de valor. A cidade se estrutura para reprodução das relações de produção capitalista, concentrando capitais e meios necessários para sua rápida realização. Há, portanto uma divisão econômica do espaço, cujo pano de fundo está na divisão social do trabalho. Portanto, é possível afirmar que a luta de classes implica em uma luta de espaços.

O conceito de *tecido urbano*, mobilizado por Lefebvre é uma metáfora interessante para se pensar a cidade, as proliferações e as malhas desiguais que vão se constituindo conforme o avanço da lógica capitalista, e nas palavras do mesmo “que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias ou regiões inteiras (...) Com efeito, o interesse pelo tecido urbano não se limita à sua morfologia. Ele é suporte de um 'modo de viver' mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana* (p.19)". Esse tecido urbano é complexo e envolve



uma gama de sistema de valores<sup>6</sup>. A preocupação do autor é de demonstrar os processos de urbanização a partir da industrialização no primeiro momento, logo após o crescimento e desenvolvimento do espaço urbano e, por fim, a produção econômica e o impacto desta na vida social.

Porém, o que significa reivindicar um direito à cidade neste contexto? Lefebvre defende que esse direito é um apelo, uma exigência. Já Harvey, anos depois consolida seu argumento na ideia de que tal direito seria um significante vazio, pois para ele tudo depende de quem lhe vai conferir significado.

Harvey, em seu livro *Cidades rebeldes* (2014, p. 58), ao se referir ao microcrédito e microfinanças no que diz respeito à pobreza global, afirma que este:

em sua encarnação social realmente ofereceu novas possibilidades e teve um impacto significativo nas relações de gênero, com consequências positivas para as mulheres em países como a Índia e Bangladesh. Mas o faz impondo sistemas de responsabilidade coletiva para o pagamento das dívidas que podem aprisionar mais do que libertar (....) A maioria dos participantes do sistema de microfinanças será reduzida à escravidão por dívidas.

---

<sup>6</sup>Lefebvre ressalta que entre os sistemas de valores estão os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança(2001, p.19)

Ele não adentra na questão e não justifica tal afirmativa, porém, Arruzza; Bhattacharya e Fraser (2019) trazem a discussão do quanto o feminismo liberal potencializa o ‘empoderamento feminino via microcrédito’, fazendo com que as mulheres que antes dependiam em sua maioria dos maridos, passem a depender financeiramente do Estado a partir das dívidas criados por conta do microcrédito. O mesmo autor (2014) afirma que o direito à cidade é muito mais do que um direito ao acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora. Ele é, principalmente, um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos profundos desejos (p.28).

Essa ideia nos auxilia na ampliação desse conceito, favorecendo sua reconfiguração a partir de uma ótica feminista. Para isso precisamos incorporar à nossa análise sobre a urbanização e pensar o acesso à cidade incorporando as questões que envolvem o trabalho reprodutivo, as assimetrias de gênero, as disputas de poder desiguais, a noção de que desde antes do período industrial vivemos numa sociedade de ordem patriarcal<sup>7</sup>, e que essa ordem molda as relações entre os indivíduos, no espaço privado e público.

Uma noção hegemônica de cidadania vem sendo questionada pela literatura feminista atrelada com o conceito de direito à cidade. Lefebvre não se preocupou em evidenciar as assimetrias de gênero

---

<sup>7</sup>Por patriarcal compreendemos como uma ‘ordem social que organiza nossas relações sexuais por meio da linhagem patrilinear (Cornell, 2018).

imbricadas na cidade, o complexo emaranhado que informa a formação do urbano a partir do entrelaçamento entre capitalismo e patriarcado - além das relações raciais. Em sua obra clássica de direito à cidade, o autor pensa num sujeito universal, o que a nosso ver gera a necessidade de atualização de sua obra.

### **Um olhar feminista marxista sobre a cidade: o caso das viagens em cadeia**

A recente pandemia gerada pela disseminação do coronavírus e que atinge de maneira dramática a população mundial revelou algo que as feministas marxistas estão dizendo há algum tempo, que o trabalho de cuidados e o trabalho de reprodução da vida são parte fundamental da reprodução do capitalismo. Neste momento em que estamos sob quarentena, os trabalhos que não podem parar são justamente o das enfermeiras, das trabalhadoras de limpeza, dos serviços de produção de alimentos. Ou seja, enquanto parte importante da economia capitalista para por conta do vírus, a alimentação, o abrigo, a limpeza, os cuidados da saúde se revelam como “serviços essenciais” (BHATTACHARYA, 2020).

Embora os homens representem a maioria das mortes pela Covid-19, as mulheres estão mais expostas ao risco de contaminação e sob maior vulnerabilidade diante das consequências da pandemia,

dentre esses efeitos estão o aumento da fome, do desemprego e da violência doméstica. Segundo dados divulgados em março no relatório *Mulheres no centro da luta contra a crise COVID-19* (ONU Mulheres, 2020), a pandemia afeta mais ao gênero feminino porque, em primeiro lugar, 70% dos trabalhadores de saúde em todo o mundo são mulheres, fato que as expõe a um maior risco de infecção. A ONU Mulheres ainda estima que, dentre a população feminina mundial, as trabalhadoras do setor de saúde, as domésticas e as trabalhadoras do setor informal serão as mais afetadas pelos efeitos da pandemia de coronavírus.

De acordo com dados trazidos pela matéria *Como a pandemia de coronavírus impacta de maneira mais severa a vida das mulheres em todo o mundo* (2020), no Brasil, mulheres também são maioria dos empregos informais, ao todo 41%. E se consideramos somente negras e pardas o número sobe para quase 48%. São absoluta maioria entre trabalhadores domésticos (92%) e cuidadores de idosos (85%). No setor têxtil, paralisado em todo o mundo por causa do fechamento das lojas e shoppings, as mulheres são três quartos da mão de obra. Dentre os idosos, as mulheres são 56%, na maioria das vezes morando sozinhas e, muitas vezes, sem direito à assistência previdenciária. Antes da Covid-19, mulheres desempenhavam três vezes mais trabalhos não remunerados do que os homens. Com o isolamento, a estimativa é que este número triplique. Mais do que nunca as mulheres aumentaram sua jornada de trabalho ao terem que se dividirem entre diversas atividades,

como emprego, trabalhos domésticos, cuidado com filhos, educação escolar em casa (já que as escolas estão fechadas) e assistência aos idosos da família.

Além disso, devido ao isolamento, os índices de violência doméstica e feminicídio têm aumentado muito no mundo. Para se evitar a contaminação pelo vírus, as mulheres acabam se isolando em casa com parceiros violentos, separando-as das pessoas e dos recursos que podem melhor ajudá-las. Isso também alimenta a impunidade de agressores. Mesmo antes da pandemia, a violência doméstica já era uma das maiores violações dos direitos humanos. No mês de março deste ano - só na cidade de São Paulo - os registros de violência contra a mulher aumentaram 44,9% segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020).

Esse crescimento da violência de gênero acarretará em inúmeros impactos no bem-estar das mulheres, em sua saúde sexual e reprodutiva, em sua saúde mental e em sua capacidade de participar e liderar a recuperação de nossas sociedades pós pandemia. Assim, o que esses dados sobre o impacto da pandemia revelam é como a desigualdade de gênero está profundamente implicada na dinâmica urbana, o quanto as mulheres são maioria nos trabalhos ditos essenciais e como o direito à cidade é algo ainda muitíssimo distante para a maioria das mulheres.

Mas o fato é que o espaço da cidade não foi dado às mulheres e sim conquistado no decorrer das décadas. A partir dos anos 1970, com a articulação de movimentos de mulheres e feministas, a ocupação desse espaço esteve ainda mais em evidência e a problematização da redução das mulheres ao espaço privado foi questionada pelas feministas incansavelmente.

É necessário ressaltarmos que se tem registros de ocupação dos espaços públicos por mulheres negras nas cidades brasileiras desde o período da colonização, ocupando diversas posições, mas quase como regra de forma subalternizada. Um exemplo disso são as quitandeiras ou quituteiras no século XVIII. O termo quitanda seria um derivativo de kitanda, que, na língua quimbundo, falada no noroeste de Angola, significava tabuleiro, onde se expõem gêneros alimentícios nas feiras, e também designava as próprias feiras e mercados livres, muito difundidos em toda África (Gomes e Soares, 2002). Mulheres negras também circulavam na condição de vendedoras ou ‘negras de ganho’, lavadeiras e outros afazeres deste tipo.

O recorte racial é fundamental para pensarmos a cidade, principalmente porque as experiências de mulheres brancas e negras são totalmente distintas, tendo em vista que vivemos em uma sociedade onde o racismo estrutura as relações econômico-sociais. Além do mais, as mulheres negras são frequentemente objetificadas sexualmente e, portanto, mais vulneráveis a violências tão comuns no ambiente das

cidades. Refletindo tal realidade, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010) reconhece e

estabelece mecanismos para o combate a esta segregação nas cidades. prescreve que o Poder Público tem o dever de garantir esses direitos à população negra, com especial atenção às mulheres negras, em razão de um confinamento histórico dos negros em áreas afastadas ou degradadas, e da reprodução e manutenção das desigualdades. Os negros ainda integram o grupo das pessoas mais pobres e sua ascensão econômica é mais difícil que de brancos em mesma condição econômica (Batista; Mastrodi, p.864, 2018).

Isso evidencia o quanto negras e negros estão são postos à margem da sociedade e que o tecido urbano revela não somente a desigualdade de classe e gênero, mas também as raciais. Portanto, o direito à cidade deve ser pensado para responder a essas desigualdades de maneira integrada, não se limitando somente à ideia de acesso ao espaço urbano, mas a luta por direito à cidade tem como objetivo rompere revolucionar estruturas profundas de poder.

Hannah Arendt em *A condição humana* (1997), afirma que a vida pública é valorizada, pois, pode significar a expressão máxima de liberdade e como potencialidade de desenvolvimento coletivo. Ao ocupar o espaço público as mulheres estão configurando novas formas de sociabilidade, desenvolvendo-se coletivamente, questionando como se dá a mobilidade urbana e com isso, trazendo à tona os problemas que estão relacionados ao fato das mulheres serem sempre condicionadas à

dimensão doméstica, invisíveis enquanto realizam a reprodução social da vida.

A dicotomia entre espaço privado e público é uma questão fundamental quando pensamos no conceito de direito à cidade tendo como fio condutor as diversas experiências das mulheres. As práticas cotidianas das mulheres são produto das relações de gênero, as discriminações e desigualdades nessas construções são resultados da ordem patriarcal, que separa as esferas públicas e privadas, fazendo com que a vivência da mulher no espaço urbano seja diferenciada e mais precária que a do homem. Expressando-se nos sentimentos de medo e insegurança que fazem com que as mulheres muitas vezes acabam excluídas desses espaços.

Isso reverbera na preocupação por parte das mulheres ao risco de violência sexual, fazendo com que elas evitem usar certos serviços e transitar por zonas que consideram perigosas, o que limita a ocupação das cidades por parte das mulheres. A pesquisa *Cidade Segura*<sup>8</sup> (2011) revela que entre as mulheres que estudam 27,5% relataram ter sofrido algum tipo de assédio. As entrevistas apontam que a distância entre o trajeto do lar à escola, a demora do transporte público, o fato de estudarem no turno da noite e a falta de transporte escolar são fatores

---

<sup>8</sup>Como resultado do projeto piloto Cidades Seguras para as Mulheres, a ActionAid Internacional produziu os relatórios *As Mulheres e a Cidade* (2011) e *As Mulheres e a Cidade II: examinando o impacto de gênero sobre a violência e urbanização* (2012), que estão disponíveis em: <http://www.actionaid.org.br/publicações>



importantes para sua insegurança. Por exemplo, 80% dessas mulheres relataram sentir medo de esperar o ônibus sozinhas. Segundo o relatório *As mulheres e a cidade*<sup>9</sup>,

Há uma grande dificuldade de se pensar a violência contra a mulher em espaços urbanos no Brasil. Apesar da importância do tema ser reconhecida, há uma forte tendência a associar a questão da violência de gênero ao âmbito doméstico. Ainda não temos leis e políticas específicas no país que tratem da questão da violência contra as mulheres em espaços públicos. O que existe são mecanismos legais que preveem a punição a atos que atentem contra a vida, liberdade e igualdade de qualquer cidadão – entendendo que homens e mulheres são iguais perante o Estado Brasileiro (2011).

Tais dados evidenciam que as distintas escalas das relações de poder implicam e em diferentes dimensões para a experiência espacial das mulheres, sendo elas o corpo, a casa, o bairro, a cidade e a nação. E esses espaços envolvem complexas relações de poder que se manifestam em formas de abusos, violências sexuais, exclusão econômica, dificuldade de acesso aos distintos equipamentos e direitos públicos. Nesse contexto, cabe ressaltar o conceito de *viagens em cadeia*, onde mulheres que dependem de transportes públicos como

---

<sup>9</sup>Como resultado do projeto piloto Cidades Seguras para as Mulheres, a ActionAid Internacional produziu os relatórios *As Mulheres e a Cidade* (2011) e *As Mulheres e a Cidade II: examinando o impacto de gênero sobre a violência e urbanização* (2012), que estão disponíveis em: <http://www.actionaid.org.br/publicações>

ônibus, metrô, trem, ou fazem trajetos a pé, acabam realizando diversas viagens por dia - para levar os filhos na creche ou escola, ir ao trabalho etc. Cada viagem dessas pode deixar rastros de violências e demandam muito das mulheres.

Segundo Inês Sánches Madariaga (2004), ter uma criança na escola faz com que o número de viagens de uma mulher aumente em 23%. O conceito de ‘infraestruturas para a vida quotidiana’ proposto por Inês é uma das possíveis saídas para que a mobilidade das mulheres melhore nas cidades, porque se ela for adotada como prioridade política, significa que o trabalho reprodutivo será valorizado nos mesmos moldes do trabalho produtivo e que os espaços urbanos contribuirão para sustentar essa valorização (Queirós, 2012).

O quesito sensação de segurança é fundamental ao nos referirmos às vivências das mulheres nas cidades. Segundo a Pesquisa Nacional de Vitimização (2013), quando enfocado o sentimento de segurança nas ruas, 54,9% dos homens afirmam se sentir seguros, já no caso das mulheres, apenas 30,2% se sentem seguras. Outro fator relevante na pesquisa é que entrevistas/os com mais anos de estudo e os de classe mais elevada tendem sentir mais segurança. Tais dados demonstram como as desigualdades de gênero e classe se imprimem nas relações entre mulher e mobilidade urbana, ocasionando em sensações de insegurança nas diversas circunstâncias: em relação ao bairro onde mora, à locomoção via transporte público, à circulação em praças, à

utilização de ruas principalmente de noite, dentre outros ambientes. Os dados revelam o quanto à mobilidade é fator relevante nesta discussão. A relevância se traduz quando analisamos o tempo de deslocamento que indivíduos gastam para irem trabalhar, voltar para a casa, deixar filhos na escola ou creche, principalmente se esses moram em lugares periféricos onde há limitação no acesso de ônibus, metrô, trens.

Além das limitações de mobilidade, do sentimento de insegurança que estão presentes no cotidiano das mulheres, o trabalho reprodutivo é um fator essencial para se pensar este emaranhado de desigualdades expressas no processo de urbanização. O capitalismo designa que somente tem valor aquilo que é ligado ao "trabalho produtivo, aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza numa mais-valia" (MARX, K. apud DUARTE, J., 2017).

Dessa forma, a lógica do capital desvaloriza o trabalho reprodutivo majoritariamente realizado pelas mulheres o qual é indispensável para a reprodução da vida, da força de trabalho e de tudo aquilo que se refere às tarefas de cuidado. Pautar essa discussão é um esforço em demonstrar o quanto ambas as esferas do trabalho não são processos paralelos ou separados, mas sim, estão sistematicamente imbricados. O trabalho reprodutivo é condição inseparável da produção capitalista (FRASER, p.51, 2020).

As preocupações de Lefebvre sobre como o capitalismo transformou as experiências nas cidades, principalmente do ponto de vista dos trabalhadores, conectam-se ao que Nancy Fraser (2019) que ressalta sobre o quanto a forma de prover e realizar o trabalho afetivo constitui os seres sociais (FRASER, p.46, 2020). Assim, provocamos aqui a reflexão sobre como atualizar a teoria da produção capitalista do espaço preconizada por Lefebvre para se entender como as mulheres vivem as cidades em suas mais amplas esferas. E, dessa forma, de que maneira a teoria da reprodução social pode se conectar com esse esforço auxiliando tal empreitada teórica. Possivelmente, através dessa síntese poderemos igualmente atualizar o conceito e o programa sugeridos por Lefebvre sob a alcunha de direito à cidade.

## **Considerações finais**

O esforço empenhado neste artigo foi de colocar em diálogo o conceito de direito à cidade preconizado por Lefebvre com algumas noções importantes da teoria feminista marxista, principalmente aquelas abrangidas sob a teoria da reprodução social presente nos estudos de autoras como Silvia Federici, Cinzia Arruza, Tithy Bhattacharya e Nancy Fraser. Apontamos que Lefebvre (2001) não utiliza o conceito de divisão sexual do trabalho e não reflete o seu impacto na conformação da urbanidade. O fato dele não inserir essa discussão em suas análises

sobre o processo da urbanização prejudica que identifiquemos através de sua obra o lugar das mulheres no que ele define como direito à cidade. Ao revisitarmos esse conceito cunhado pelo filósofo francês, percebemos a importância das elaborações atuais das feministas marxistas para atualizar as análises sobre a dinâmica das cidades.

Portanto, no debate proposto aqui, a noção de trabalho reprodutivo também ganha bastante centralidade. Como pudemos demonstrar as funções relacionadas à procriação, manutenção e expansão da vida desempenhadas por mulheres, que na maioria das vezes não são remuneradas, determinam e são determinadas através da forma como essas mulheres vivenciam a cidade e os conflitos que surgem a partir desta relação.

Partindo da compreensão que a cidade é um lugar de realização da vida humana, é impossível compreendê-la suficientemente sem entender o lugar das mulheres nesse emaranhado. É através das discussões realizadas pela teoria feminista em contato com as elaborações de Lefebvre que poderemos melhor analisar as assimetrias de gênero, as contradições de classe e raça expressas no espaço urbano. O diálogo entre essas duas tradições teóricas foi o fio condutor do presente esforço analítico.

Como trouxemos em momento anterior deste artigo, a recente crise sanitária provocada pelo coronavírus revelou o quão são indispensáveis para a vida em sociedade os ofícios de enfermeira,

trabalhadora da limpeza, cozinheira, cuidadora de idosos. E quais são as condições de realização desse tipo de trabalho em cidades hostis às mulheres? Como as mulheres podem se dedicar ao trabalho noturno nos hospitais sem condições de segurança e mobilidade? Como as mães periféricas podem trabalhar e cuidar dos filhos se seu emprego fica quilômetros de distância de sua casa e a escola de seu filho longe de ambos? Quais condições as cidades oferecem para que as mulheres sejam sujeito da transformação dessa lógica desigual? Pensar a cidade sob uma perspectiva marxista feminista nos dá subsídios para atualizarmos o conceito de direito à cidade. Se o conceito de direito à cidade não puder refletir a realidade das mulheres e oferecer instrumentos para superá-la não prevalecerá como arsenal apropriado para a análise da dinâmica urbana e muito menos como programa para sua transformação.

## Referências

ARENDT, Hannah. (2016). **A condição humana**. Rio de Janeiro. Editora Forense.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. (2019). **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo, Editoria Boitempo.

BERTH, Joice. (2019). **Cidades sustentáveis são cidades democráticas**. Disponível em: <https://medium.com/@joiberth/cidades->

sustent%C3%A1veis-s%C3%A3o-cidades-democr%C3%A1ticas-ca85ebccc0d8. Acesso em: 10 de março de 2020.

BHATTACHARYA, T.; JAFFE, S. (2020). **Reprodução Social e a Pandemia**. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/04/reproducao-social-e-a-pandemia-com-tithi-bhattacharya/>. Acesso em: 16 de abril de 2020.

CORREIA, Aline et al. (2018). **Cidade interseccional**: o direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. (2017). Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 291-299, Agosto 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802017000200291&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000200291&lng=en&nrm=iso)>. access on 25 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p291>.

FEDERICI, Silvia. (2019). **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo, Editora Elefante.

**Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2020. Disponível em: [http://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/](http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/). Acesso em: 23 de abril de 2020.

**Fórum Nacional de Reforma Urbana**, 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/cidade-interseccional-o-direito-a-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/22936>. Acesso em 11 de março de 2020.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. (2020). **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo, Editora Boitempo.

GALETTI, Camila. (2017). O direito à cidade e as experiências das mulheres no espaço urbano. **41º Encontro Anual ANPOCS, 2017**. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt34-8/10916-direito-a-cidade-e-as-experiencias-das-mulheres-no-espaco-urbano/file>

GOMES, F. S.; SOARES, C. E. L. (2002). "Dizem as quitandeiras...": Ocupações e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p. 3-16, 2002.

HARVEY, David. (2014). **Cidades rebeldes**. São Paulo, Martins Fontes.

LEFEBVRE, Henri. (2001). **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro.

MARX, Karl. (2011). **O Capital** - volume I. São Paulo, Editora Boitempo.

MODELLI, L and MATOS, T. (2020). **Como a pandemia de coronavírus impacta de maneira mais severa a vida das mulheres em todo o mundo**. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/como-a-pandemia-de-coronavirus-impacta-de-maneira-mais-severa-a-vida-das-mulheres-em-todo-o-mundo.ghtml> Acesso em: 23 de abril de 2020.

ONU **Mulheres**, 2020. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf). Acesso em: 23 de abril de 2020.

QUEIRÓS, Margarida. (2012). Políticas Públicas para a Igualdade. Uma reflexão a partir do Guia para o combate à discriminação nos Municípios. **Revista exæquo**, n.º 25, 2012.



SOUZA, Adriana. (2019). **Mulher, uma força que caminha um estudo de caso em Brasília e Lisboa.** Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36003> Acesso em: 16 de março de 2020.

Recebido em 09/04/20 aceito para publicação em 12/05/20

**Monografia**

## Os trajes e as crianças: uma análise sobre indumentária infantil e seus padrões de gênero (1883-1918)

Isabela Brasil Magno<sup>1</sup>

Este trabalho teve início dentro do projeto de extensão “Cultura Material e Gênero: A história das mulheres no Museu Paranaense”. O projeto era uma parceria entre o Departamento de História da UFPR e o museu acima citado e tinha como objetivo tematizar uma história voltada às perspectivas de gênero dentro desta instituição. No caso dessa pesquisa mais especificamente, a análise se centra sobre moda infantil. As fontes deste trabalho são as revistas femininas que constam no Museu Paranaense, em recorte que abrange um período que vai de 1883 até 1918. Os títulos analisados são: *A Estação: jornal ilustrado para a família*, *Die Modenwelt*, *a Rainha da Moda*, *Mode und Haus*, *Moda y Passatiempos*, *Die Elegant Mode*, *Ouvrages de Dames*, *Au Prin Temps*. O primeiro capítulo é voltado a refletir sobre a coleção das revistas do museu, as questões que envolvem as suas produções e circulações, e a maneira como o conteúdo que vinculavam se articulava com a elaboração de padrões de gênero. No segundo capítulo são abordadas questões ligadas à produção das subjetividades a partir das roupas, questões teóricas acerca das percepções de gênero e o conceito

---

<sup>1</sup>Mestranda em História a Universidade Federal do Paraná

de infância na modernidade e a sua construção. Também serão trabalhadas mais especificamente, a partir da análise das fontes, as relações estabelecidas entre o vestuário infantil do final do século XIX e início do século XX com as percepções da infância moderna e os processos de construção da masculinidade e feminilidade.

No primeiro capítulo são estabelecidas algumas reflexões a respeito de concepções como feminilidade e maternidade e das maneiras como são retratadas nas revistas femininas. Para tanto é feito um breve histórico desse tipo de publicação. O primeiro periódico produzido para o público feminino teria sido o inglês *Lady's Mercury* no século XVII, de acordo com Dulcília Buitoni<sup>2</sup>. No Brasil, o surgimento da imprensa feminina se daria no século XIX. Segundo Carla Bassanezi<sup>3</sup>, que trata de revistas femininas nos anos 1950 e 1960, esses periódicos tinham como um dos principais objetivos instruírem a mulher para ser uma “rainha do lar”. Ainda que fale de um período bem posterior ao das fontes deste trabalho, essa construção da imagem da “rainha do lar” já pode ser encontrada nos periódicos de fins do século XIX. Isto pode ser percebido pelas próprias seções das revistas e de suas principais temáticas. Em *A Estação*, isto é notado em uma “Chronica” que versa sobre golas:

---

<sup>2</sup>BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

<sup>3</sup>BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del.(org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1997.

Algumas senhoras preferem bordar seus nomes sobre estes collares, é mais singello mas parece me inútil dizer seu nome a toda gente. A mulher tem tudo a ganhar conservando-se na mais absoluta simplicidade e evitando affirmar o seu caráter e suas preferencias por manifestações d'esta ordem<sup>4</sup>

O caráter normativo dessas publicações também pode ser percebido em outro assunto que recebe muito destaque nas revistas voltadas às mulheres: a maternidade. A centralidade da maternidade e da família na vida dessas mulheres, de acordo com que afirmavam essas revistas, torna indissociável uma discussão entre feminilidade e uma das temáticas principais deste trabalho: a Infância. De acordo com Philippe Ariès<sup>5</sup>, os surgimentos das concepções modernas de família e de infância no século XVII não só foram concomitantes como complementares. Teria sido nesse período que se deu o nascimento e o fortalecimento de um sentimento de família. Segundo Badinter<sup>6</sup>, antes deste século recairia sobre as crianças um desinteresse geral por parte da sociedade e de seus pais e mães. Seria principalmente no século XVIII que entraria em voga um novo valor: o do amor materno, em que o cuidado das mães para os filhos passa a ser central na maneira da

---

<sup>4</sup> *A Estação*, n.23. Abril, 1884, p.1

<sup>5</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

<sup>6</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

sociedade ocidental em lidar com as crianças. Um dos principais elementos deste cuidado seria o zelo com a higiene e a saúde familiar, principalmente infantil. Essa preocupação com a saúde e higiene fica evidente, sobretudo em *Moda y Passatiempos*, ainda que as demais publicações também tragam textos sobre o asseio do lar e das crianças. A revista em espanhol se destaca por possuir uma seção exclusiva dedicada a conselhos médicos, intitulada “El Consejero médico”. O seguinte texto está disponível na primeira edição da coleção do museu:

La misión del médico sería mucho más hermosa si se extendiera á la conservación de la salud, en vez de limitarsé á curacion de las. De este modo se evitaría la explotacion del enfermo rico por médicos pouco escrupulosos, y al mesmo tiempo desaparecería la desconfianza de muchas familias. En toda a casa debería procurar-se el concurso de um doctor que velase por la salud, adoptando contantes medidas higiénicas y haciendo innecerarios en muchos casos los recursos teraueuticos. Tal es la ideia que desaríamos propagar.<sup>7</sup>

A partir da leitura do livro de Ariès e da análise das revistas, fica clara a existência de uma relação muito próxima entre feminilidade, na sua faceta da maternidade, com a construção e manutenção da infância moderna. Para além da questão médica, o autor indica outro elemento que teria feito parte das construções dos sentimentos de infância e de família: a indumentária. As roupas e acessórios seriam também de

---

<sup>7</sup>*Moda y Passatiempos*, n.5, v.12, maio 1915, p. 11

fundamental importância nessa relação estabelecida entre mulheres, maternidade e infância. Mescladas nas páginas de moda em geral, ou separadas em seções exclusivas, as roupas de criança se fazem extremamente presentes nas revistas da coleção do Museu Paranaense. A sua massiva assiduidade demonstra que para além de cuidar da saúde das crianças, deveriam também as mulheres zelar pela vestimenta dos pequenos. Para Roveri<sup>8</sup> muito além de uma obrigação atrelada à maternidade e às obrigações domésticas a costura era uma forma das mulheres exercerem criatividade. Essa abertura a um mundo de fantasias e de opções que a costura e a moda possibilitava as mulheres algumas vezes é abordada explicitamente nas revistas do Museu Paranaense. Na seção “Les arts de Las Femmes” da revista *Journal des Dames* é dito que: “Nous vous indiquons dans cet article une série de petits travaux d’une exécution simple et qui ne seront qu’une occasion d’étudier avec vous fantasies que peut voes votre imagination intérieur.”<sup>9</sup> Esta passagem indica que o trabalho manual feminino era uma maneira que as mulheres encontravam de exprimir suas vontades e povoar o seu mundo, o ambiente doméstico, com itens de sua autoria. A temática da “fantasia” é muito significativa para os laços estabelecidos

---

<sup>8</sup>ROVERI, Fernanda. **A roupa infantil nas revistas destinadas às crianças (década de 1950):** modos de educar os corpos de meninos e meninas. In: *IX Congreso Argentino y IV Latinoamericano de Educación Física y Ciencias*. 2014.

<sup>9</sup>Tradução livre: Nós mostramos neste artigo uma série de pequenas obras de uma execução simples e que será apenas uma ocasião para estudar com você fantasias que podem expressar sua imaginação interior. *Journal des Dames*, n.518, maio, 1914.

entre feminilidade e infância neste período. Um mundo “fantástico”, repleto de imaginação, seria muito restrito à infância, contudo, a partir dos trabalhos manuais as mulheres teriam acesso a ele e poderiam compartilhá-lo com seus filhos, e assim deixar por alguns instantes a sua vida tão restrita ao ambiente doméstico e as suas obrigações.

O segundo capítulo é voltado a reflexões sobre as relações estabelecidas entre indumentária e os padrões que regiam as concepções de gênero na infância no final do século XIX e início do XX. Para tanto, se contempla uma discussão sobre o vestir-se, sobre as construções das subjetividades e as relações de gênero que estão ligadas a esses processos. Em relação à indumentária, a obra *Trecos, troços e coisas* do antropólogo Daniel Miller<sup>10</sup> é de fundamental importância para a construção deste trabalho. Este autor rejeita as concepções da teoria semiótica ligadas aos estudos da indumentária e afirma que esta não é uma mera forma de representação de uma verdade natural do sujeito, mas que seria um mecanismo muito relevante, com um papel ativo, nos processos de construção das identidades humanas. Outra noção que auxilia a entender a relevância para os estudos históricos da leitura/análise das vestimentas infantis presentes nas Revistas de Moda

---

<sup>10</sup> MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Por que a indumentária não é algo superficial. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2013.



do museu são as reflexões da filósofa Judith Butler<sup>11</sup> que defende que o gênero é sempre um feito, uma ação corporal. Assim como Miller, Butler nega a existência de uma verdade interior pré-discursiva que constituiria a identidade dos indivíduos. A filósofa defende uma complexidade nas produções dos gêneros, que não teriam apenas um ponto de origem rastreável e imutável.

Para compreender melhor esses processos de construção dos gêneros e suas relações com a indumentária a infância foi tomada como campo privilegiado de análise. Uma obra de fundamental importância para a compreensão da infância como elemento constituído socialmente e os processos ligados à sua elaboração é o já citado *História Social da Infância e da Família* de Ariès. Como já foi abordado, este autor encara o século XVII como o espaço temporal que deu início à criação da concepção e do sentimento da infância moderna, que perdura, com variações e transformações, até os dias atuais. Segundo Ariès, as transformações dos trajes destinados às crianças da Idade Média à Modernidade demonstram a particularização da infância. Até o século XVI, aproximadamente, assim que as crianças deixavam os cueiros eram vestidas conforme os homens e mulheres adultos de sua condição social. No século XVII, contudo, uma vestimenta pensada especialmente para as crianças passou a ser usada. Os vestidos eram os

---

<sup>11</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990].

modelos de roupas por excelência dos meninos até 8 anos de idade, aproximadamente. Áriès aborda brevemente os trajes infantis do século XIX. Segundo ele, na era contemporânea, os vestidos continuariam predominando no vestuário das crianças pequenas, e diferentemente dos séculos anteriores, os vestidos destinados a meninas e meninos passaram a ser praticamente iguais. Na coleção de Revistas do Museu Paraense esta acepção geral se faz presente, mas com algumas diferenciações.

Nas imagens analisadas, as roupas destinadas para bebês, ou seja, para crianças com menos de 1 ano de idade, não têm distinção de gênero. Essas roupas tinham como principal característica um grande comprimento. Na faixa etária de 1 a 2 anos os vestidos continuam a ser o modelo quase que exclusivo. Sua principal diferença para seus predecessores é que se tratam de vestidos mais curtos, visando provavelmente uma maior mobilidade das crianças. A profusão de rendas e babados se faz muito presente nestes modelos, sobretudo os do século XIX e dos primeiros anos do século XX. Nas edições analisadas de *A Estação* e *Die Modenwelt*, que vai até 1901, há alguns raros casos de modelos designados apenas a um gênero na faixa etária de 1 a 2 anos. Nas edições de 1915 os vestidos destinados a ambos os gêneros passam a ser cada vez mais raros. Vestidos específicos para meninos se caracterizam por em geral serem mais retos e com menos adereços que as roupas destinadas às meninas. No final do século XIX, a presença de

vestidos diferentes para meninos ou meninas seria percebida somente a partir da faixa etária dos 2 aos 6 anos. É interessante notar que em alguns casos já há a presença do uso de calças por meninos a partir dos 2 anos. Quanto mais velhos dentro desta faixa etária dos 2 aos 6 anos, mais as calças se fazem presentes no vestuário. Na década de 10 do século XX isto é ainda mais visível, praticamente inexistindo vestidos para meninos acima dos 4 anos de idade. Apesar dos calções já estarem presentes nessa faixa etária desde o final do século XIX, para uma faixa etária que vai dos 3 aos 6 anos de idade, aproximadamente, um modelo intermediário entre o vestido e o calção é o predominante entre os vestuários de meninos. Trata-se de uma espécie de bata ou blusa com saia sobre uma bermuda justa ao corpo, denominada genericamente de “costume”. Para meninos maiores de 6 anos, desde o final do século XIX o modelo exclusivo de roupa se constitui pelas calças curtas (denominadas de calções) de cintura alta geralmente em conjunto com blusas e casacos de comprimento mais curto. Desde o século XIX esses conjuntos destinados aos meninos mais velhos se diferenciam das roupas de meninas das suas idades pelo corte extremamente reto e pela ausência dos detalhes. Há alguns modelos de roupas para rapazes de 14 a 16 anos, que são muito semelhantes aos trajes masculinos adultos e em alguns casos já apresentam calças compridas.

As diferentes etapas do vestuário masculino infantil podem ser compreendidas como a maneira pela qual a sociedade através da

indumentária constituía o processo de construção da masculinidade e simbolizava as suas diferentes temporalidades. A característica principal desse processo seria uma paulatina retirada dos símbolos femininos das roupas dos meninos, tendo como elemento central a substituição sucessiva dos vestidos pelas calças. Essa transformação seria menos brusca que nos séculos anteriores, pois os próprios modelos de roupas vão apagando aos poucos o formato das saias para substituí-los pelos calções, como já colocado. Conforme consta nas fontes, um elemento distintivo dos homens para os meninos é a presença de calças compridas. Ou seja, os jovens só teriam completado seu processo de masculinização quando comessem a usar calças compridas, o que ocorria por volta dos 14 aos 16 anos, como indicado pelas revistas.

A indumentária feminina infantil varia pouco se comparada à indumentária feminina adulta. A maior diferença entre ambas está no comprimento das saias, que vão aumentando conforme a faixa etária da menina até cobrirem os pés nos vestidos adultos. A altura das cinturas também varia para as meninas menores o padrão é uma cintura baixa ou mediana, para meninas maiores e para as mulheres adultas a cintura é alta. A última faixa etária apontada pelas revistas do século XIX e dos primeiros anos do século XX às meninas é dos 10 aos 13 anos em *Die Modenwelt* 10 aos 12 anos em *A Estação e Moda y Passatiempos*, o que leva à conclusão que após essa faixa etária as meninas eram vestidas com roupas adultas. Para Roveri, a atribuição de adereços como os

laços, rendas, bordados, os modelos fofos e esvoaçantes às roupas das crianças era a forma por excelência dos adultos projetarem a principal característica do imaginário coletivo da infância moderna: a aura de inocência, que remetia aos preceitos cristãos de moralidade. Esta maneira de vestir as crianças seria uma tentativa dos adultos de ordenar por meio da visualidade um espaço de beleza e decência no qual os pequenos deveriam obrigatoriamente se inserir, sobretudo os da classe mais abastada, atitude extremamente atrelada às noções higienistas abordadas no primeiro capítulo. Ou seja, as noções de pureza e impureza remetiam ambigualmente a um estado físico das crianças, que podia ser medido a partir de suas vestimentas e da suntuosidade dela, e também a uma moral religiosa. Esses símbolos de pureza desapareciam do vestuário masculino ao mesmo tempo em que se perpetuavam por toda moda feminina, reforçando o caráter infantil das mulheres adultas.

A análise das imagens das vestimentas de crianças da coleção de revistas femininas do Museu Paranaense mostra a impossibilidade de se separar um estudo da infância com as relações de gênero que a permeiam. Primeiramente, no caso destas fontes, por se tratarem de ilustrações veiculadas em periódicos voltados ao público feminino. Além disso, por meio dessas revistas fica claro como a infância era um valor fundamental para a maternidade e a domesticidade feminina do final do século XIX e início do século XX, que deviam se pautar nas recomendações higienistas e em uma moral cristã que quase sempre

eram indissociáveis. Para, além disso, também fica claro que a imagem da mulher adulta era intimamente relacionada com a da criança. Se por um lado isto significava uma limitação para essas mulheres, que por serem consideradas incapacitadas (assim como as crianças) eram banidas do mundo público, por outro lado, esse acesso ao infantil por meio de um “brincar de boneca” com as filhas e filhos utilizando a indumentária e também os mais diversos trabalhos manuais, era uma possibilidade para a ação criativa por parte das mulheres que encontravam uma forma expressarem suas personalidades e de exprimir suas vontades, algo que lhes era constantemente negado em outros espaços e momentos.

Também é muito perceptível como a transformação das vestimentas infantis conforme o crescimento das crianças está intrinsecamente ligado a uma perda da inocência, que apesar de possuir um caráter negativo em comum, apresenta tonalidades muito diferentes para meninos e meninas. Enquanto que essa perda, representada pela retirada dos elementos femininos de ornamentação, se mostrava como algo necessário para adquirir virilidade entre os meninos, para as meninas se tratava de uma perda bem menos sutil e sem nenhum ganho, sendo apresentada como seres cada vez menos morais à medida que a barra de suas saias crescia. O final do século XIX se apresenta como a época em que o processo de construção dos gêneros na infância, sobretudo o da masculinidade, era mais lento e paulatino.

A transformação que começa durante o período da Primeira Guerra Mundial e que se estende até hoje, na qual as crianças são cada vez mais cedo submetidas a diferenciações por gênero pela indumentária, remete a uma forma de naturalização do binarismo de gênero na infância, que se torna cada vez mais crescente. A especialização das roupas das crianças no final do século XIX e início do XX apresentavam uma possibilidade de não serem totalmente homens nem totalmente mulheres até o fim do processo. A utilização de roupas cada vez mais semelhantes às adultas entre as crianças faz com que desde cedo já sejam totalmente identificadas dentro da divisão masculino-feminino. A análise das imagens demonstra como o vestuário constituiu e ao mesmo tempo é impactado pelos processos de construção da masculinidade e da feminilidade no final do século XIX e início do XX, elementos fundamentais da construção do “eu”, como coloca Miller. Ser bebê, menino ou menina, moça ou rapaz, senhor ou senhora necessariamente passava pelo vestir, e não necessariamente este seguia a mesma lógica dos períodos anteriores ou posteriores, o que mostra que este “ser” não é nada natural e é extremamente mutável.

## Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In.: PRIORE, Mary Del.(org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1997.

BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990].

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Por que a indumentária não é algo superficial. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2013.

ROVERI, Fernanda. **A roupa infantil nas revistas destinadas às crianças (década de 1950)**: modos de educar os corpos de meninos e meninas. In: *IX Congreso Argentino y IV Latinoamericano de Educación Física y Ciencias*. 2014.

Recebido em 03/03/20 aceito para publicação em 07/04/20



# **Impressão de leitura**

## **Ensino de história em poucas palavras: questionamentos, inquietações e abertura crítica**

Edson Silva de Lima<sup>1</sup>

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de Oliveira (Org.) Dicionário de ensino de história. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 248p.

É sabido que os manuais de história da historiografia ou dicionários conceituais têm um papel fundamental na formação de jovens cientistas das humanidades, seja nas cadeiras de graduação ou pós-graduação. É fundamental acentuar que essas obras têm funções específicas: colaborar para expansão de uma rede epistêmica para que possa permitir a ampliação do debate de certos temas, campos, áreas a partir de comentadores; e também possibilitar, com base nessas leituras, o aprofundamento em uma linha de pesquisa ou interesses. De modo que entre alguns manuais indispensáveis a formação historiadora, para ser mais específico, estão no hall das obras que não podem ser negligenciadas quando iniciamos nossos estudos em história, *Domínios da história* (1997) organizado por Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas; *Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico*

---

<sup>1</sup> Doutorando em história – UNIRIO

*ocidental e pensamento brasileiro* (2012) e *As identidades do Brasil* (1999) em três volumes de autoria de José Carlos Reis; *O Campo da história: especialidades e abordagens* (2005) de José d'Assunção de Barros entre outros, apenas para ficarmos entre os brasileiros. Poderíamos discutir o valor explicativo ou, ainda, como definiríamos a categoria de manual ou manual de ciências humanas e ciência histórica; o que não convém aqui.

Esse prelúdio tem uma intenção medular. Enquanto leitores atentos a produção desse material historiográfico e também didático, nos deparamos com o lançamento do livro *Dicionário de Ensino de História* (2019) coordenado pelas historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Margarida Maria Dias de Oliveira. Segundo as organizadoras, essa obra nasceu com a finalidade de ser um “suporte para os mestrandos” (p.9) do Mestrado Profissional em História (ProfHistoria), programa voltado à formação continuada de professores da educação básica. Mas não se encerra aí. Ela “procura atender a um público mais amplo” (p.9), o que elas chamam de interessados e praticantes do ensino de história. Outro objetivo central do livro é ser um conjunto de verbetes mais preocupados com a “compreensão do que na extensão” (p.9). Embora tentem argumentar que não há uma orientação teórica específica e, portanto, optaram por uma linha plural de arranjo dos verbetes. A nós, ao penetrá-los, temos a sensação de ausência de organicidade e estrutura; pelo menos não fica claro em relação a quais

diretrizes de organização os autores seguiram. Nos referimos as perguntas de fundo ou questões orientadoras que permitem aos autores dos verbetes caminhar, não por cima, mas entre os protocolos de leitura. A disposição dos verbetes intercala entre aqueles mais definidos, ricos em reflexão e outros de pura exposição.

É evidente que uma obra dessa tenha sua importância quanto a necessidade de captar esse professor em formação continuada, que a muito tempo está distante dos debates conceituais e teóricos; e também de atingir os iniciantes ou iniciados nos estudos históricos ou/e ensino de história que querem se aproximar da caixa de ferramentas do historiador, sem que, com isso, se percam no bosque das epistemologias e filosofias das humanidades. Contudo, salta aos olhos a quase supressão de um exercício reflexivo que proporcione questionamentos, inquietações e alguma abertura crítica; alguns verbetes parecem quase opinativos em direção ao tema do ensino de história; colocado como secundário a discussão conceitual, exemplo do verbete “Acontecimento” (p.13).

É sabido, no entanto, que o ensino de história como campo de pesquisa produtivo e “novo” tem se apresentado como menina dos olhos de algumas universidades do Brasil. Seja pelo seu ar de “descoberta” recente pelos historiadores, seja por atrair interesse de

pesquisadores<sup>2</sup> já consagrados, para uma renovação em sua atuação enquanto pesquisador/professor. Em suma, o que queremos salientar aqui é que esse espaço vem sendo compositivo de uma arena de disputas. De um lado aqueles que já vinham se debruçando sobre esse objeto específico em programas de pós-graduação em educação e de outro os historiadores que perceberam a importância de compreender os mecanismos de ensino-aprendizagem de sua disciplina, tendo como condição para essa atuação, uma reflexão teórica e uma abordagem metodológica.

No Dicionário de Ensino de história, se atentarmos para a questão de disputa de saberes, no lugar de encontrarmos correlações, conexões e convergências entre ensino de história e ciência da educação (pedagogia), há sim absentismo. Isso pode ser verificado imediatamente no sumário quando os verbetes são organizados alfabeticamente com foros de suspensão de hierarquias, ao mesmo tempo em que na composição de cada verbete há uma hierarquização clara que estabelece o lugar do ensino de história como subalterno. Outro aspecto que nos chama atenção nessa obra, se refere àquilo que já apontamos e que em seu corpo não há como negar a intenção puramente expositiva, não desenvolvendo o conceito e pouco relacionando com o ensino de

---

<sup>2</sup>A título de exemplo podemos apontar para o historiador Ilmar Rohloff de Mattos que além de ser um conhecido estudioso de história do Brasil, tem se firmado como uma referência em estudos de ensino de história. cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**, Niterói. v. 11, n. 21, p. 5-16, June 2006.

história, quase que apresentando as explicações como definitivas. Em casos como o verbete “Apropriações” que fala do ensino de história de forma espalmada e corriqueira, deixa o conceito em si sem qualquer tratamento argumentativo, se firmando em chavões que o mais comum dos especialistas rejeitaria.

Em outros verbetes há um isolamento do conceito em prol de um exercício crítico descabido sobre o papel do ensino de história. Nem dá conta de fazer uma crítica com intenção de reforço positivo e nem dá conta de expor o conceito em sua plenitude. O desequilíbrio entre os verbetes é tão atente que da página 44 até a página 85 segue uma série de verbetes com tanta qualidade explicativa e crítica, que ainda que deem pouca atenção ao ensino de história, ao menos atendem a exigência do conceito de ser bem tratado em suas diversas matrizes e questionamentos. A título de exemplo, o verbete “Consciência Histórica”.

O autor privilegia o conceito expondo sua dimensão constitutiva, sua historicidade, seus principais propositores e comentadores, além de conduzir ao dialogo conceitos constelares, aprendizagem e apropriação, como colaboradores em sua discussão, ao que parece, deixa de ser meramente expositivo e, em pouco menos de quatro páginas, nos deixa na ânsia de mais.

Ao fim e ao cabo, o Dicionário de Ensino de história carrega consigo nossas esperanças de uma divulgação ampla sobre os

instrumentos da história e talvez sanar algumas dúvidas quanto a categorias estranhas aqueles que ainda não encontraram valor na prática docente e na sua dinâmica diária. Em outras palavras, o esforço coletivo é fundamental, mesmo que com fraturas, para que se democratize o conhecimento. Não se trata de doutrinação ou de dizer o que se deve fazer ou pensar, mas juntos apontar questões que fazem parte da estrutura social, e empreender uma reflexão que possibilite compreender e atuar como sujeito político.

Recebido em 19/10/19 aceito para publicação em 07/04/20

**Revista Vernáculo n.º 45,  
1.º sem. 2020  
Publicado em junho de 2020  
ISSN 2317-4021  
<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>**